

PALÁCIO BARRIGA-VERDE



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

ANO LVIX

FLORIANÓPOLIS, 26 DE MAIO DE 2009

NÚMERO 6.040

16ª Legislatura
3ª Sessão Legislativa
MESA

Jorginho Mello
PRESIDENTE

Gelson Merísio
1º VICE-PRESIDENTE

Jailson Lima
2º VICE-PRESIDENTE

Moacir Sopelsa
1º SECRETÁRIO

Dagomar Carneiro
2º SECRETÁRIO

Valmir Comin
3º SECRETÁRIO

Ada Faraco de Luca
4º SECRETÁRIO

LIDERANÇA DO GOVERNO
Elizeu Mattos

PARTIDOS POLÍTICOS
(Lideranças)

PARTIDO PROGRESSISTA
Líder: Silvio Dreveck

PARTIDO DO MOVIMENTO
DEMOCRÁTICO BRASILEIRO
Líder: Antônio Aguiar

DEMOCRATAS
Líder: Cesar Souza Júnior

PARTIDO DOS TRABALHADORES
Líder: Dirceu Dresch

PARTIDO DA SOCIAL
DEMOCRACIA BRASILEIRA
Líder: Serafim Venzon

PARTIDO TRABALHISTA
BRASILEIRO
Líder: Narcizo Parisotto

PARTIDO REPUBLICANO
BRASILEIRO
Líder: Professora Odete de Jesus

PARTIDO POPULAR SOCIALISTA
Líder: Professor Grandó

PARTIDO DEMOCRÁTICO
TRABALHISTA
Líder: Sargento Amauri Soares

COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO
E JUSTIÇA
Romildo Titon - Presidente
Marcos Vieira - Vice-Presidente
Jean Kuhlmann
Cesar Souza Júnior
Dirceu Dresch
Pedro Uczai
Sargento Amauri Soares
Joares Ponticelli
Elizeu Mattos
Terças-feiras, às 9:00 horas

COMISSÃO DE TRANSPORTES
E DESENVOLVIMENTO
URBANO
Reno Caramori - Presidente
Décio Góes - Vice-Presidente
Narcizo Parisotto
José Natal Pereira
Manoel Mota
Adherbal Deba Cabral
Jean Kuhlmann
Terças-feiras às 18:00 horas

COMISSÃO DE PESCA E
AQUICULTURA
Pe. Pedro Baldissera - Presidente
Darci de Matos - Vice-Presidente
Giancarlo Tomelin
Edison Andrino
Adherbal Deba Cabral
Reno Caramori
Professor Grandó
Quartas-feiras, às 11:00 horas

COMISSÃO DE AGRICULTURA, E
POLÍTICA RURAL
Rogério Mendonça - Presidente
Reno Caramori - Vice-Presidente
Sargento Amauri Soares
Dirceu Dresch
Serafim Venzon
Romildo Titon
Ismael dos Santos
Quartas-feiras, às 18:00 horas

COMISSÃO DE TRABALHO,
ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO
PÚBLICO
Manoel Mota - Presidente
Joares Ponticelli - Vice-Presidente
Elizeu Mattos
Dirceu Dresch
Jean Kuhlmann
Giancarlo Tomelin
Professor Grandó
Terças-feiras, às 11:00 horas

COMISSÃO DE FINANÇAS E
TRIBUTAÇÃO
Marcos Vieira - Presidente
Darci de Matos - Vice-Presidente
Décio Góes
Kennedy Nunes
José Natal Pereira
Manoel Mota
Renato Hinnig
Professora Odete de Jesus
Silvio Dreveck
Quartas-feiras, às 09:00 horas

COMISSÃO DE SEGURANÇA
PÚBLICA
Darci de Matos - Presidente
Sarg. Amauri Soares - Vice-Presidente
Adherbal Deba Cabral
Pedro Uczai
Elizeu Mattos
Kennedy Nunes
Nilson Gonçalves
Quartas-feiras às 11:00 horas

COMISSÃO DE ECONOMIA,
CIÊNCIA, TECNOLOGIA, MINAS E
ENERGIA
Silvio Dreveck - Presidente
Renato Hinnig - Vice-Presidente
Herneus de Nadal
Elizeu Mattos
Serafim Venzon
Pedro Uczai
Professor Grandó
Quartas-feiras às 18:00 horas

COMISSÃO DE TURISMO E MEIO
AMBIENTE
Décio Góes - Presidente
Renato Hinnig - Vice-Presidente
Marcos Vieira
Edison Andrino
Ismael dos Santos
Reno Caramori
Professor Grandó
Quartas-feiras, às 13:00 horas

COMISSÃO DE SAÚDE
Genésio Goulart - Presidente
Prof. Odete de Jesus - Vice-
Presidente
Darci de Matos
Giancarlo Tomelin
Ana Paula Lima
Kennedy Nunes
Antônio Aguiar
Terças-feiras, às 11:00 horas

COMISSÃO DE DIREITOS E
GARANTIAS FUNDAMENTAIS, DE
AMPARO À FAMÍLIA E À MULHER
Ana Paula Lima - Presidente
Kennedy Nunes - Vice-Presidente
Genésio Goulart
José Natal Pereira
Rogério Mendonça
Professora Odete de Jesus
Ismael dos Santos
Quartas-feiras às 10:00 horas

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO,
CULTURA E DESPORTO
Pedro Uczai - Presidente
Antônio Aguiar - Vice-Presidente
Cesar Souza Júnior
Serafim Venzon
Genésio Goulart
Professor Grandó
Lício Mauro da Silveira
Quartas-feiras às 08:00 horas

COMISSÃO DE
RELACIONAMENTO
INSTITUCIONAL, COMUNICAÇÃO,
RELAÇÕES INTERNACIONAIS E
DO MERCOSUL
Renato Hinnig - Presidente
Nilson Gonçalves - Vice-Presidente
Ana Paula Lima
Lício Mauro da Silveira
Elizeu Mattos
Edison Andrino
Narcizo Parisotto
Terças-Feiras, às 18:00 horas

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO
PARTICIPATIVA
Prof. Odete de Jesus - Presidente
Nilson Gonçalves - Vice-Presidente
Pe. Pedro Baldissera
Kennedy Nunes
Herneus de Nadal
Genésio Goulart
Ismael dos Santos
Quartas-feiras às 18:00 horas

**DIRETORIA
LEGISLATIVA**

Coordenadoria de Publicação:
responsável pela digitação e/ou
revisão dos Atos da Mesa Diretora e
Publicações Diversas, diagramação,
editoração, montagem e distribuição.
Coordenador: Walter da Luz Filho

Coordenadoria de Taquigrafia:
responsável pela digitação e revisão
das Atas das Sessões.
Coordenadora: Lenita Wendhausen
Cavallazzi

**Coordenadoria de Divulgação e
Serviços Gráficos:**
responsável pela impressão.
Coordenador: Claudir José Martins

**DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA
EXPEDIENTE**

Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina
Palácio Barriga-Verde - Centro Cívico Tancredo Neves
Rua Jorge Luz Fontes, nº 310 - Florianópolis - SC
CEP 88020-900 - Telefone (PABX) (048) 3221-2500
Internet: www.alesc.sc.gov.br

IMPRESSÃO PRÓPRIA
ANO XV - NÚMERO 2039
1ª EDIÇÃO - 110 EXEMPLARES
EDIÇÃO DE HOJE: 32 PÁGINAS

ÍNDICE**Plenário**

Ata da 043ª Sessão Ordinária da
16ª realizada em 21/05/2009.....2

Atos da Mesa

Ata da Presidência DI..... 19
Atos da Mesa20

Publicações Diversas

Aviso de Resultado21
Medidas Provisórias21
Mensagem Governamental
.....27
Ofícios28
Projetos de Lei29
Projeto de Lei Complementar
.....32
Projeto de Resolução32

PLENÁRIO

ATA DA 043ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA REALIZADA EM 21 DE MAIO DE 2009 PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JORGINHO MELLO

Às 9h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Adherbal Deba Cabral - Ana Paula Lima -Dagomar Carneiro - Darci de Matos - Décio Góes - Dirceu Dresch - Edison Andriano - Elizeu Mattos - Gelson Merísio - Giancarlo Tomelin - Herneus de Nadal - Ismael dos Santos - Jailson Lima - Joares Ponticelli - José Natal - Kennedy Nunes - Lício Mauro da Silveira - Manoel Mota - Moacir Sopelsa - Nilson Gonçalves - Padre Pedro Baldissera - Pedro Uczai - Professora Odete de Jesus - Reno Caramori - Romildo Titon - Sargento Amauri Soares - Serafim Venzon - Silvío Dreveck - Valmir Comin.

SUMÁRIO**Breves Comunicações**

DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Critica a forma como a Oposição decidiu instalar a CPI da Petrobras; refere-se à pauta de reivindicações dos agricultores familiares.

DEPUTADO JAILSON LIMA - Afirma que a CPI da Petrobras é mais uma tentativa de manchar o governo Lula e frear os investimentos da estatal.

DEPUTADO SERAFIM VENZON (pela ordem) - Anuncia a presença do prefeito de Timbó Grande, Valdir Cardoso, do PSB.

DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA - Comenta a reação dos neoliberais contra

qualquer iniciativa que reforce o que é público; discorre sobre os problemas dos pescadores artesanais e a pesca da tainha; fala da necessidade do pagamento dos serviços ambientais.

DEPUTADO SILVIO DREVECK - Critica a escolha das prioridades do governo do estado ao gastar os recursos dos fundos; comenta a fusão das empresas Sadia e Perdigão.

DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Revela a angústia dos servidores da Segurança Pública, há mais de três anos com os salários congelados e a seis anos lutando pela efetivação total da Lei 254; chama a atenção para a má avaliação feita pela sociedade da Segurança Pública.

Partidos Políticos

DEPUTADO JOSÉ NATAL - Posiciona-se a favor da CPI da Petrobras e condena o voto em lista.

DEPUTADO RENO CARAMORI - Desmente boato de que seja contra o Código Ambiental de Santa Catarina.

DEPUTADO ROMILDO TITON (aparte) - Dá seu depoimento de que o deputado Reno Caramori trabalhou com afinco pela aprovação do Código Ambiental.

DEPUTADO ELIZEU MATTOS (aparte) - Fala do empenho e do apoio do deputado Reno Caramori à aprovação do Código Ambiental.

DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Tece

comentários sobre a 10ª Semana Nacional Antidrogas.

DEPUTADO JOSÉ NATAL (aparte) - Chama o ministro Carlos Minc de aloprado.

DEPUTADO NILSON GONÇALVES (aparte) - Coloca sua posição quanto à atitude do ministro Carlos Minc na Marcha da Maconha.

DEPUTADO MOACIR SOPELSA - Comenta a fusão Perdigão/Sadia.

DEPUTADO PEDRO UCZAI (aparte) - Apoia a iniciativa do deputado Moacir Sopelsa em relação à utilização dos recursos do BNDES na fusão Sadia/Perdigão.

DEPUTADO MANOEL MOTA - Elege como bandeira de luta a construção da Interpraia.

DEPUTADO JOARES PONTICELLI (pela ordem) - Ironiza as obras no sul do estado citadas pelo deputado Manoel Mota.

DEPUTADO MANOEL MOTA (pela ordem) - Responde as críticas do deputado Joares Ponticelli.

DEPUTADO DÉCIO GÓES - Critica o governo do estado por não aparelhar os órgãos ambientais; ataca a Fiesc que criticou o descaso com as obras da BR-101, trecho sul.

DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES (aparte) - Afirma que a Alesc precisa debater mais a utilização de recursos públicos por empresas.

DEPUTADO RENO CARAMORI (pela ordem) - Opina que a presença da Fiesc é imprescindível na audiência pública que tratará da BR-101.

DEPUTADO JOSÉ NATAL (pela ordem) - Parabeniza a equipe do Supersul Esporte Clube, que se sagrou campeã da 6ª Copa Bola na Rede de Futsal.

Ordem do Dia

DEPUTADO SERAFIM VENZON (pela ordem) - Destaca as Indicações n.s 0344 e 0345/2009, de sua autoria.

DEPUTADO PEDRO UCZAI (pela ordem) - Discorda do teor das Indicações de autoria do deputado Serafim Venzon.

DEPUTADA ANA PAULA LIMA (pela ordem) - Solicita permissão para subscrever o Requerimento n. 0664/2009, de autoria da deputada Professora Odete de Jesus.

DEPUTADO DÉCIO GÓES (pela ordem) - Anuncia a presença do deputado estadual Raul Pont, do Rio Grande do Sul.

DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Discute moção de sua autoria, manifestando apoio à renovação ou prorrogação do convênio entre a secretaria de Segurança Pública e a prefeitura de Tubarão para administração do Centro de Internação Provisória.

DEPUTADO JAILSON LIMA (pela ordem) - Registra a presença do prefeito e do secretário da Saúde de Agronômica, e do vereador Uladimir Demeciano, de São Joaquim.

DEPUTADO ELIZEU MATTOS (pela ordem) - Solicita a transferência da votação dos pedidos de informação para a próxima sessão.

Explicação Pessoal

DEPUTADO MARCOS VIEIRA - Questiona as manifestações dos deputados petistas referentes à CPI da Petrobras.

DEPUTADA ANA PAULA LIMA (pela ordem) - Pergunta se houve inversão entre os inscritos e rebate críticas do deputado Marcos Vieira à Petrobras.

DEPUTADO MARCOS VIEIRA (pela ordem) - Responde à deputada Ana Paula Lima.

DEPUTADO PEDRO UCZAI (pela ordem) - Afirma que o deputado Marcos Vieira agiu de forma descortês ao ocupar o lugar do deputado Elizeu Mattos.

DEPUTADO SERAFIM VENZON (pela ordem) - Opina acerca da inversão da inscrição e apóia pronunciamento do deputado Marcos Vieira.

DEPUTADA PROFESSORA ODETE DE JESUS (pela ordem) - Questiona o porquê da não-leitura do teor dos ofícios na Ordem do Dia.

DEPUTADO DARCI DE MATOS (pela ordem) - Registra a presença dos prefeitos de Major Vieira e de Bela do Toldo, e do presidente da Câmara de Vereadores de Bela Vista do Toldo.

DEPUTADO EDISON ANDRINO - Afirma ser importante a CPI da Petrobras; sugere critério de rodízio para inscrição de deputados para falar; tece comentários acerca da audiência pública que vai discutir a infraestrutura turística do Morro da Igreja, em Urubici.

DEPUTADO PEDRO UCZAI - Defende o governo federal e a Petrobras; divulga o Sustentar 2009.

DEPUTADO SERAFIM VENZON - Cita a criação de associação de ex-prefeitos; menciona intenção do governo de enviar projeto prevendo que a PGE defenda membros do governo em processos decorrentes do exercício do cargo; defende o uso de fotocopadoras e celulares nas escolas públicas estaduais; manifesta-se acerca da CPI da Petrobras.

DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Comenta várias denúncias contra o governo do estado.

DEPUTADA ANA PAULA LIMA (pela ordem) - Registra a presença de membro da Ampe/Blumenau.

DEPUTADA PROFESSORA ODETE DE JESUS - Alerta para o perigo dos produtos com prazo de validade vencido nos supermercados.

DEPUTADO RENO CARAMORI - Destaca premiação para contabilistas.

DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Critica a atuação do governo do estado e das prefeituras na guarda e distribuição das doações ocorridas durante a tragédia de novembro de 2008.

DEPUTADA PROFESSORA ODETE DE JESUS (aparte) - Solidariza-se com as críticas da deputada Ana Paula Lima aos desvios dos donativos de novembro de 2008.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

Solicito à assessoria que distribua o expediente aos srs. deputados.

Passaremos às Breves Comunicações.

Com a palavra o primeiro orador inscrito, deputado Dirceu Dresch, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, assistindo às notícias da imprensa nacional, principalmente ontem e hoje, um detalhe chamou-me a atenção: a forma com que a Oposição vem tratando as coisas e a maneira como está fazendo oposição em nosso país.

Deputados Pedro Uczai e Padre Pedro Baldissera, a minha avaliação é que há vários equívocos. O primeiro equívoco diz respeito à forma como foi tratada aqui, ontem, a Petrobras, colocando em risco, em xeque, uma grande empresa brasileira. O segundo equívoco diz respeito à poupança, pois a forma como foram colocadas as coisas, cria pânico na população. Dizer que o presidente Lula iria sacar o dinheiro da poupança, que iria fazer igual ao que Collor fez, é, no mínimo, tratar com leviandade as questões importantes do nosso país, com o objetivo de criar impactos negativos na economia. E essa é a forma como a Oposição vem tratando os sistemas da economia e da política.

Recentemente, com o problema de saúde da ministra Dilma Rousseff, deputado Silvio Dreveck, começam a falar no terceiro mandato do presidente Lula. É uma falta de discurso, é uma falta de estratégia.

Eu quero dizer que o presidente Lula não é igual a Fernando Henrique Cardoso. Ele é uma liderança política e tudo o que construiu no país foi de forma ética, na dura luta popular do movimento sindical, eu não tenho dúvidas disso. Inclusive, o próprio governador de Minas Gerais, Aécio Neves, fez uma declaração hoje dizendo que o Lula não pretende ir para o terceiro mandato. Mas estão falando novamente desse assunto devido à doença da ministra Dilma Rousseff que, graças a Deus, está muito bem hoje, voltando à sua agenda normal. Mas parece que a Oposição quer pressionar para que o presidente Lula assuma a mesma postura que o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso assumiu na época, ou seja, no meio do jogo mudar as regras.

Então, é muito ruim isso, na minha avaliação, e a Oposição vem-se prejudicando cada vez mais com esse tipo de prática. Ainda não aprendeu a fazer oposição no país, fica brincando com coisas sérias e a população vai descredenciando cada vez mais dos políticos em geral, pois a sua avaliação já não está muito boa. E quando ocorre esse tipo de ameaças, como ocorreu com os nossos poupadores, fica ainda pior. Quando fui esses dias ao banco, um funcionário me colocou que a poupança estava em risco. Aí eu perguntei: "De onde

você tiraram isso?" "Ah, está todo mundo comentando". Mas este é o comentário que a Oposição dissemina no país, afirmando que o presidente Lula vai sacar o dinheiro da população da poupança.

E o debate que se fez aqui ontem foi totalmente atravessado, nada esclarecedor, ou seja, que a partir de R\$ 50 mil as pessoas terão que pagar Imposto de Renda sobre a poupança. Isso não é verdade, pode chegar até R\$ 1 milhão, pois quem provar que só tem aquele recurso, que não possui outra fonte de renda, não terá que pagar Imposto de Renda. Então, esse é um debate, no mínimo, intencional, para confundir a nossa população.

Srs. deputados e todos que nos acompanham pela TVAL, temos que deixar muito claro, neste momento, que a Oposição tem um papel importante, mas ela tem que ter também muita responsabilidade com o país, com empresas importantes como, por exemplo, a Petrobras, com a questão da poupança, coisas que estão tratando com uma leviandade muito grande no Brasil, amedrontando a população e criando impactos negativos.

Por quê, sr. presidente? Porque não quer admitir que quando o presidente Lula pegou o governo os juros estavam em 26%, 27% ao ano e hoje estão abaixo de 10%. O juro real gira em torno de 5% a 6% e talvez cheguemos a patamares mais baixos ainda, como nos países de primeiro mundo.

Faço este registro hoje, quinta-feira, desta tribuna, na Assembleia Legislativa, para que de fato as coisas sejam tratadas com mais responsabilidade, para que seja feita uma oposição correta neste país. Não somos contra fazer oposição, pois o nosso partido já fez isso durante muitos anos, mas a Oposição deve apurar, com responsabilidade, essas denúncias fortes de fraudes. E isso não foi feito com relação à Petrobras, antes de instaurar a CPI.

Eu já havia feito alguns registros, nas últimas semanas, de que tivemos grandes ações, mobilizações e debates sobre a agricultura familiar no estado. A questão da estiagem e a questão da enchente trazem à tona novamente problemas que não foram resolvidos em termos de políticas públicas permanentes para esse setor, para amenizar e dar garantia maior em momentos de crise ambiental, em momentos de crise mundial. Por isso precisamos avançar mais numa política de garantias maiores para esse setor.

Houve um avanço na política de seguro para o agricultor que toma um financiamento, a fim de que não coloque em risco a sua produção, a fim de que não precise pagar o financiamento se por acaso perder a sua produção, ganhando mais um bônus de R\$ 2.500,00. Temos o PAA, Programa de Aquisição de Alimentos, que liberará para Santa Catarina, nos próximos dias, um recurso importante para os agricultores poderem ter acesso e vender os seus produtos.

Então, já avançamos muito nesses últimos anos, mas em muitas coisas ainda temos que avançar. Eu diria que uma das questões centrais na qual precisamos avançar é nos momentos de crise ambiental, para trazermos uma segurança maior para os agricultores. E agora, mais do que nunca, essa questão do abastecimento de água está na pauta central do debate. Tanto o armazenamento na propriedade das águas das chuvas, quanto o investimento em políticas públicas de recuperação da mata ciliar para garantir a preservação ambiental através do pagamento dos serviços ambientais.

Então, há toda essa pauta, além da questão das agroindústrias familiares, da

isenção do ICMS às pequenas agroindústrias familiares, da adesão ao Suasa - Sistema Único de Inspeção Sanitária - por parte do governo do estado. Devemos criar também um programa de capital de giro para as nossas pequenas agroindústrias familiares, que são um grande potencial no estado, pois são milhares e milhares de pequenas agroindústrias familiares nos nossos municípios, nas comunidades do interior. E essa pauta estará em debate às 10h, na audiência do governador do estado com as entidades da agricultura familiar.

Mas quero registrar também, é claro, que durante as últimas três semanas os processos de mobilização estão crescendo. Ontem, tivemos mais um momento importante de mobilização no extremo oeste catarinense. Em Irai e Palmitos houve uma mobilização grande de agricultores familiares e pequenos agricultores ligados à Via Campesina, à Fetraf/Sul e ao Movimento Sem Terra, no sentido de reivindicar seus direitos e uma política justa, séria, que dê mais segurança aos agricultores quando forem assolados por problema climático como o que estamos vivendo, e uma política de renda familiar em nível do governo de Santa Catarina e do governo federal, para avançar nas conquistas que temos.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Muito obrigado, deputado Dirceu Dresch.

Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Jailson Lima, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO JAILSON LIMA - Quero cumprimentar os companheiros deputados desta Casa, os telespectadores da TVAL e os funcionários da Assembleia Legislativa.

Falaram em terceiro mandato? O senhor estava aqui ou não, deputado Dirceu Dresch? Com o índice de aprovação do nosso presidente, para nós até seria tranquilo, principalmente se lembrarmos que no período do segundo mandato o presidente Fernando Henrique Cardoso tinha um índice de aprovação que não ultrapassava 20%.

Nobres pares, para termos o Lula numa terceira disputa eleitoral com 80% de aprovação não haverá dificuldades. E tenho absoluta convicção de que nesse caso o governador Luiz Henrique já optaria pela candidatura de Lula no primeiro momento, mesmo porque a tese que tem sido defendida aqui no estado é que o PMDB tem que liberar as suas bases para votar no Lulinha paz e amor para a Presidência da República, porque além da confiança do povo brasileiro no presidente existe também a confiança internacional, propiciada por esse metalúrgico. E assim é o mundo.

Acontece que o nosso presidente tem a postura convicta de que não deve haver um terceiro mandato, e eu, pessoalmente, também. Apesar de achar que mudar as regras do jogo a essa altura do campeonato também não haveria dificuldade, porque Fernando Henrique já o fez; portanto, não serão eles que poderão reclamar da mudança das regras do jogo, uma vez que estão acostumados a fazer isso.

Quando é armada uma panaceia como a CPI da Petrobras, brincando com esse patrimônio brasileiro, um patrimônio nacional, sabemos quais são os objetivos. E o presidente da Petrobras havia ido, um dia antes, conversar com os líderes dos partidos para expor a questão da contabilidade da empresa ao não fazer o pagamento de

determinado valor de imposto que estava sendo cobrado: R\$ 4,3 milhões.

Agora, é importante dizer que esses recursos estão na Petrobras e quem tem que fiscalizar é a Receita Federal. Cabe aos parlamentares, quem sabe, discutir o marco regulador do petróleo no Brasil, o que não temos, agora com a questão do pré-sal. Esse seria um trabalho importante dos deputados, para que existam diretrizes de como será a exploração do petróleo com as parcerias público-privadas, as PPPs. Mas quanto a esse marco regulatório, sequer começou o debate na Petrobras.

Quando se faz esses questionamentos, deputado Elizeu Mattos, líder do PMDB nesta Casa, sobre a questão da Petrobras, temos que ter claro que o governo anterior ao nosso chegou a lançar na Bolsa de Nova Iorque ações da PetroBrax, um programa de venda, de leilão, que queriam fazer com a Petrobras, assim como fizeram com a Vale do Rio Doce. E chegaram a vender US\$ 500 milhões em ações; venderam um terço do patrimônio da Petrobras em ações. Acho que isso é que tem que ser questionado, porque o programa de privatização que tínhamos, no acordo com o FMI, não era só a venda da Petrobras, mas também a da Caixa Econômica e do Banco do Brasil juntos.

Então, temos que ter muita tranquilidade ao tratar dessas questões. O povo brasileiro tem que ter a clareza do embate político que se faz com uma empresa que é um orgulho brasileiro, cujo faturamento no ano passado foi superior ao PIB da Argentina. Inclusive, o governo Lula fechou um acordo, na China, entre a Petrobras e o governo chinês, um evento magistral, em que o governo chinês estará aportando US\$ 10 bilhões para a Petrobras. Mas já estão dizendo que a Petrobras está pedindo dinheiro emprestado para a China.

O que tem que ser dito claramente é que esses recursos serão investidos na exploração do pré-sal, porque quando se falava no pré-sal, a Oposição dizia que era um sonho, porque a exploração só começaria em 2015, 2017. Mas os caminhos de antecipação disso, com o aporte de recursos, estão aí claros, nessa relação internacional do nosso governo com o governo chinês, que vai aportar US\$ 10 bilhões para acelerar a exploração de petróleo. E o pagamento será efetuado com a exportação de petróleo para a China, ou seja, recursos chineses aportados na tecnologia brasileira, em obras, estruturas e geração de renda no Brasil.

Srs. deputados, sras. deputadas, infelizmente, o que se faz, em termos de comentários em relação à Petrobras, está-se fazendo também em relação à nossa querida poupança. Ontem, aqui, em uma votação disputada, deputado Pedro Uczai, aprovaram uma moção contestando a Caixa Econômica Federal pela cobrança do Imposto de Renda em cima da poupança, que alcançará apenas 1% da população.

Nobres pares, se me perguntassem, eu diria que o valor estabelecido para a cobrança do Imposto de Renda poderia ser em cima de um valor maior, em vez de ser em cima de R\$ 50 mil; eu iria propor que fosse a partir de R\$ 100 mil, pois assim não afetaria tanto. Porque sabemos, sim, que existem condições de ampliar isso, ou seja, de não ficar em cima de R\$ 50 mil.

Agora, querer dizer que a Caixa Econômica está cobrando Imposto de Renda de todo o cidadão que mantém o seu dinheiro na poupança, tentando contextualizar isso como uma questão genérica, é uma mentira absurda para tentar enganar a população.

Apenas 1% dos poupadores pagará imposto acima dos R\$ 50 mil que estiverem na poupança. Mas aquele cidadão que tiver a poupança como a única fonte de renda comprovada, somente a partir de R\$ 850 mil é que pagará imposto.

Essa é uma forma dissimulada de agir do cidadão que hoje trabalha na especulação financeira. Porque durante muito tempo fizeram isto: quando a taxa Selic era elevada, induziam a investir na produção, a não levar o dinheiro para um fundo de poupança, que é usado para manter a população que realmente necessita desse fundo. Então, não é justo que a nação financie esses especuladores.

Se me dissessem que aqui teríamos que fazer uma moção para o governo federal no sentido de tributar o especulador, eu concordaria. Acho que essa medida tem que ser feita.

Quem neste país ousaria dizer, três anos ou quatro anos atrás, que a taxa Selic chegaria a 9,25%? Quem imaginaria que a taxa de juros no Brasil chegaria a menos de 10%?

Ontem aqui, deputado Serafim Venzon, v.exa. fez uma confusão na hora em que falou sobre a questão da poupança. A especulação bancária na taxa de juros que cobre o cheque especial eu também condeno, acho um absurdo, mas são regras de mercado, e já cobraram muito mais, porque quando a taxa de juros chegou a 49% no governo do PSDB, o cheque especial dava quase 100%.

Então, temos que ter a clareza de que o Brasil está nos trilhos, que temos que ajudar a construir este país mais sólido e não atrapalhar.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Serafim Venzon - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Serafim Venzon.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Sr. presidente, quero anunciar a presença do prefeito de Timbó Grande, Valdir Cardoso, do PSB, que acompanha os serviços desta Casa, que veio à capital buscar recursos importantes para aquela região.

Muito obrigado, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Feito o registro do deputado Serafim Venzon, o próximo orador inscrito em Breves Comunicações é o deputado Padre Pedro Baldissera, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA - Sr. presidente, srs. deputadas, é interessante o debate, principalmente quando há esse confronto de ideias no que diz respeito às diferentes políticas que vêm sendo implementadas em nosso país.

É interessante a reação dos chamados neoliberais, muito interessante, tentando de toda forma, de todo jeito, contrapor-se a qualquer iniciativa que fortaleça o estado. É impressionante! Isso é próprio dos neoliberais. Qualquer iniciativa que reforce aquilo que é público, imediatamente há uma reação. Claro, porque no fundo mexe profundamente com interesses pessoais ou de grupo e tratar dessas questões públicas fere seus princípios; então, imediatamente vem essa reação.

Basta tratarmos aqui de taxar as grandes fortunas, por exemplo, que veremos um enxame subindo e contrapondo-se; basta falarmos aqui na reforma agrária e novamente o pequeno grupo tenta contrapor-se. Se falarmos aqui em fortalecer o estado, novamente esse mesmo grupo vem e

contrapõe-se. É impressionante! É mexer com os interesses pessoais que imediatamente vamos conseguindo identificar, no dia-a-dia, quem é quem nesse processo.

Então, gostaria de dizer, neste momento, neste Parlamento, que se deveria colocar como ponto central o nosso povo e a sua defesa, porque infelizmente uma boa parte se volta para a defesa daquilo que lhe pertence e dos seus interesses.

Gostaria, na manhã de hoje, de trazer presente uma instrução normativa que bem carrega a problemática em que a nossa comissão de Aquicultura e Pesca trabalha com relação à pesca da tainha, a alguns obstáculos que se estavam contrapondo principalmente aos pescadores artesanais. Felizmente, no último dia 14 de maio, foi emitida a Instrução Normativa n. 13 que atende à solicitação da nossa comissão, a qual foi discutida amplamente e encaminhada ao Ibama e à secretaria especial de Aquicultura e Pesca, que também leva em consideração documentos encaminhados pela Federação dos Pescadores do Estado de Santa Catarina e outros encaminhamentos que já foram dados.

Estive pessoalmente no Ibama, em Brasília, fazendo a discussão e levando as preocupações dos pescadores artesanais e de suas organizações. Também na secretaria em Brasília coloquei e relatei essa preocupação ao ministro Altamir Gregolin. Apresentei também a nossa solicitação encaminhada ao Ibama em relação ao pedido para revogar parte da portaria, principalmente aquela que dificulta a pesca dos nossos pescadores artesanais, devido às suas estruturas, devido às suas condições para poder realizar a pesca e sobreviver dela.

A instrução normativa anterior exigia o afastamento de até 1.800m ou que a partir de 1.800m é que se deveria iniciar a captura ou a pesca. Conseguimos reduzir isso para 800m. Portanto, com essa distância dão-se condições novamente para que os nossos pescadores artesanais continuem com a sua atividade.

Nobres pares, em reunião no ministério do Meio Ambiente com o ministro Carlos Minc, juntamente com vários segmentos da nossa sociedade e principalmente dos movimentos sociais, da Via Campesina, que reúnem vários segmentos da nossa sociedade organizada, discutiu-se amplamente o Código Ambiental.

Acontece que em 2003 iniciei aqui, desta tribuna e deste Parlamento, um debate sobre a necessidade profunda de o estado criar mecanismos para estabelecer aos nossos agricultores, camponeses e familiares a compensação ambiental, ou seja, o pagamento de serviços ambientais para aqueles preservassem, que historicamente têm preservado ou que têm tido atitudes de preservação do meio ambiente.

Então, o ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, estuda o encaminhamento de uma legislação exatamente para construir um processo de compensação financeira às famílias dos agricultores e agricultoras familiares que tiverem qualquer ação de preservação ambiental. Pessoalmente acredito que essa medida tem um cunho social extremamente forte e decisivo na permanência do homem no cultivo do campo. Sem dúvida nenhuma, a compensação por serviços ambientais é decisiva para que o homem, a mulher, o pequeno agricultor que vive lá na roça tenha condições de continuar na terra trabalhando e ao mesmo tempo cuidando do meio ambiente como sempre fez.

Então, o que o ministério do Meio Ambiente aponta, através do nosso ministro

Carlos Minc, sem dúvida nenhuma, vem preencher uma solicitação forte e grande que tem sido feita pelos nossos agricultores, camponeses e familiares.

Socializando, acredito que seja uma das mais importantes iniciativas do governo federal, neste momento em que estamos diante de uma estiagem de um lado e de cheias de outro, enfim, há um desequilíbrio enorme no nosso ecossistema.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Obrigado, deputado Padre Pedro Baldissera!

Com a palavra o próximo orador inscrito, sr. deputado Silvío Dreveck, por até dez minutos.

Enquanto o sr. deputado Silvío Dreveck se dirige à tribuna, quero aproveitar para cumprimentar o ex-prefeito de Otacilio Costa, o sr. Altamir José Paes, diretor-geral do Deter, que se encontra nesta Casa acompanhado do deputado Elizeu Mattos.

Sinta-se em casa e seja bem-vindo a este Parlamento!

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Sr. presidente, sras. deputadas e srs. deputados, a preocupação da sociedade brasileira e catarinense, da população de um modo geral está principalmente pautada no que diz respeito à perspectiva de manutenção do emprego e da geração de oportunidades de novos empregos.

Comentava, nesta tribuna, que poucas ações concretas têm acontecido no Brasil e menos ainda em Santa Catarina. E começo fazendo uma reflexão com todos os telespectadores: quando há poucos recursos, quando há pouco dinheiro, temos que analisar as prioridades. Mas em Santa Catarina isso não está acontecendo, deputado Reno Caramori, porque não está sendo dado o destino correto ao dinheiro público neste momento tão difícil. Por que digo isso? Porque o próprio Tribunal de Contas do Estado aponta que recursos estão colocados em atividades não essenciais, como saúde, educação e habitação.

Devemos nos aprofundar principalmente sobre a aplicação dos recursos oriundos dos fundos: Fundo Social, Fundo de Incentivo à Cultura e Fundo de Incentivo ao Turismo, deputado Lício Mauro da Silveira. São muitos fundos, não dá para encontrar o fundo dos fundos!

Nós, como deputados, temos a obrigação, o dever, de esclarecer à população catarinense onde está sendo colocando o dinheiro público, uma vez que a esse dinheiro não tem sido dada a prioridade adequada, principalmente quando não se cumpre os 25% para a Educação, quando não cumpre os 12% para a Saúde, como determina a nossa Constituição.

Neste momento crítico, há dinheiro para colocar em *shows* e em outras atividades, que obviamente são importantes, mas neste momento tão difícil a prioridade é outra. A prioridade é aplicar os recursos em políticas públicas que gerem empregos.

Na iniciativa privada vemos o contrário. Um exemplo que está acontecendo e que já aconteceu em Santa Catarina e no Brasil foi fusão da Sadia e da Perdigão, que vai evidentemente resultar em economia. Deputado Moacir Sopelsa, são duas empresas reconhecidas nacionalmente e internacionalmente, mas, acima de tudo, são catarinenses.

É claro que existe muita especulação, mas eu acredito que essas empresas que se estão fundindo não têm nenhum

objetivo escuso, até porque são empresas responsáveis e que têm demonstrado isso no dia-a-dia, através de suas ações, pela responsabilidade social que têm tanto com os seus colaboradores quanto com a sociedade catarinense e brasileira de um modo geral.

Obviamente, se foi tomada essa decisão pela direção das empresas é porque encontraram um caminho mais viável para, além de mantê-las, torná-las mais competitivas no mundo dos negócios. Certamente, a preocupação também foi crescer, gerar novas oportunidades de trabalho, pois são vários os estados brasileiros em que a Sadia e a Perdigão têm os seus negócios. Por isso, geram empregos no Brasil todo, direta e indiretamente.

Então, como estava dizendo, há muita especulação. É claro que não podemos falar pelas empresas, mas podemos opinar a respeito da perspectiva de geração de empregos em Santa Catarina e no Brasil, até por conta da situação econômico-financeira do mundo todo. Não resta a menor dúvida de que não podemos ser pessimistas ao extremo e nem extremamente otimistas neste momento crítico da economia internacional, que afetou o Brasil também.

No final do ano passado e início deste ano havia uma expectativa de crescimento do PIB entre 3% a 4%; ontem, contudo, já ouvimos declarações de que o crescimento talvez possa chegar a 1%. Portanto, deputado Reno Caramori, não há empresa que supere sozinha seus problemas ou que vá crescer extraordinariamente diante de uma crise internacional.

Mas, ao mesmo tempo, esse empreendimento vai evidentemente se recuperar, vai manter os empregos e vai crescer novamente, porque o mundo vai consumir. Esse momento de crise poderá ser de longo ou médio prazo, mas uma hora a economia vai voltar a crescer e Santa Catarina vai ganhar novamente, em especial, o município de Itajaí, administrado pelo prefeito Jandir Bellini, que foi deputado conosco até dias atrás, porque receberá a sede da Brasil Food, que o nome da empresa resultante da fusão da Perdigão e da Sadia.

Santa Catarina mais uma vez está demonstrando o quanto é importante estrategicamente para o Brasil e para o mundo, pelo litoral que possui e, acima de tudo, pelos portos cada vez mais eficientes e cada vez mais ágeis.

Obviamente vai melhorar quando houver a integração e fico muito satisfeito quando vejo movimentos, ações, para dar início ao projeto da ferrovia do litoral sul, a litorânea sul. Essa ferrovia certamente vai fazer a integração não só do litoral do estado, deputado Moacir Sopelsa, mas de todo o estado, à medida que vai-se estender para o oeste catarinense. Eu não tenho dúvida disso. E não há como não avançar na construção do sistema ferroviário, até porque sabemos que as rodovias não vão suportar o excesso de peso e de movimento de veículos.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Solpesa) - Com a palavra o sr. deputado Sargento Amauri Soares, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, sras. deputadas, srs. deputados, telespectadores da TVAL, ouvintes da Rádio Alesc Digital e pessoas que nos acompanham nesta sessão, eu gostaria muito de falar de vários assuntos que estão sendo abordados, como a Petrobras, a reforma política e a lista fechada. Mas, infelizmente, tenho que voltar a atenção

mais uma vez para a Segurança Pública em Santa Catarina, que está muito mal, inclusive na avaliação da opinião pública.

A Segurança Pública é o setor com a pior avaliação dentre todos os setores do serviço público em Santa Catarina. E falar isso como policial militar, como servidor da Segurança Pública, é bastante triste e lamentável, mas as piores avaliações estão-se concretizando até porque esse importante setor da vida social catarinense tem passado por dilemas bastante profundos.

Temos falado que, a persistir a mesma postura por parte das autoridades do governo e das instituições, a coisa tende a piorar, infelizmente. Nós temos uma situação não resolvida, sem nenhum encaminhamento, sem nenhum indício de querer dar-se um encaminhamento que poderia levar à superação das dificuldades.

Neste segundo mandato do governador Luiz Henrique da Silveira, somando mais o último ano do primeiro mandato, portanto, há três anos e meio, os servidores da Segurança Pública estão com os seus salários congelados. Foi feita toda uma tentativa de diálogo, de negociação: ofícios, telefonemas, conversas com secretários, reuniões, assembleias, caminhadas pelas ruas das cidades, concentrações nas praças públicas, atos na frente do Centro Administrativo, até dezembro do ano passado, quando a situação, que já ruim, ficou insuportável e os praças da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros fizeram manifesto bastante contundente, pacífico e com interesse de resolver a situação e ter uma saída negociada para o conflito.

Diferentemente disso, o governador comportou-se como se estivesse diante de um monte de bandidos, inclusive com manifestações na imprensa de absoluto desequilíbrio com relação aos fatos que estavam acontecendo, à motivação dos fatos, à reivindicação que a categoria estava colocando para o debate e à sua postura de avaliação sobre aquilo que estava acontecendo. O próprio governador chegou a chamar a manifestação de movimento guerrilheiro, uma reivindicação salarial decorrente de uma lei da qual estávamos esperando o integral cumprimento há cinco anos, à época; agora já estamos indo para seis anos.

De lá para cá a coisa piorou, porque setores internos da Polícia Militar não ficaram ao nosso lado, o comandante não cumpriu sua promessa de uma reunião no mês de novembro passado, na secretaria da Segurança, em que ele ficaria com a sua tropa. Isso não aconteceu. Aconteceu o contrário. O comando e os oficiais, em boa parte, ficaram com o governador e, aliás, instruíram o governador para dizer o que disse, de forma equivocada, e alegraram-se muito quando o governador disse que era para punir exemplarmente os policiais manifestantes.

Talvez numa tentativa de vingança histórica, agora alguns oficiais da cúpula da instituição falam que é hora do resgate. É evidente que eles não estão falando do resgate de vítimas de acidente, de possíveis vítimas de incêndio, de afogamento, de sequestro. Eles não estão falando disso. Quando falam a palavra "resgate" estão falando de resgatar aquilo que só existe na cabeça deles e que a sociedade catarinense, brasileira e mundial não aceita mais. Quando falam em hierarquia e disciplina - conceitos que nós achamos corretos e que existem em todas as instituições públicas ou privadas, inclusive na família e aqui neste Parlamento, por isso temos uma Mesa Diretora - ,

concordamos, mas quando colocam essa expressão, estão falando de subserviência. O resgate que eles querem é o da obediência cega, da subserviência, ou seja, cumprir ordens sem saber para quê, sem saber com que objetivo, com que finalidade social. Obedecer cegamente às ordens ditas e proferidas, talvez, de forma também cega. Este é o resgate, hierarquia e disciplina, da qual falam alguns dos nossos chefes, dos nossos dirigentes.

Mas eles estão felizes porque o governador disse que era para punir exemplarmente. E eles vão punir, estão punindo. Nós vamos chegar, provavelmente, há mais de mil policiais e bombeiros punidos. Ontem saiu o resultado dos Inquéritos Policiais Militares n.s 779/2008 e 48/2009, com mais uma caçambada de processos administrativos disciplinares de indicação para processo na Justiça Militar e mais dez indicações para o Conselho de Disciplina. Mais dez!

Inclusive, deputado Pedro Uczai, tenho em mãos um IPM que me coloca no Conselho de Disciplina, assim como já apresentaram queixa-crime no Tribunal de Justiça, já me indicaram em meia dúzia de crimes em outros inquéritos policiais.

O deputado Jailson Lima já somou aqui, há dois meses, e só uma queixa-crime daria mais de 20 anos. Então, se somarmos tudo dá mais de 100 anos de cadeia, porque os praças não admitem mais obedecer cegamente às ordens obtusas, cegas e muitas vezes arbitrárias, quando não ilegais.

Então, só posso falar o que estou falando aqui porque estou na condição de deputado, só por isso posso dizer o que penso, embora eles não admitam, tanto que estão apresentando queixa-crime no Conselho de Disciplina, inquérito, porque não posso falar. Isso que nós falamos aqui, para eles é a perda do horizonte da instituição e por isso eles querem resgata-la.

Curiosamente, neste mesmo tempo, enquanto eles estão procurando massacrar-nos, aniquilar a Aprasc, ou seja, aniquilar a consciência coletiva e organizada de uma categoria historicamente oprimida, os policiais civis, com os delegados à frente, estão tentando dar um galope sobre nossas costas na questão salarial. Mas tudo bem para a nossa cúpula, desde que prossigamos obedecendo cegamente, eles ficam conformados. Preferem, companheiro J. Costa, que também está no Conselho de Disciplina, ter o direito de usar o chicote contra quem pede justiça, dignidade e respeito ao ser humano, do que unir todos os iguais, os policiais militares que deveriam ser iguais e defender uma Segurança Pública de qualidade...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos. Hoje, quinta-feira, os primeiros minutos são destinados ao PSDB.

Com a palavra o sr. deputado José Natal, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO JOSÉ NATAL - Sr. presidente, srs. deputados, catarinenses que nos prestigiam através da TVAL e da Rádio Alesc Digital, no primeiro momento quero registrar, com muita satisfação, a presença nesta Casa do nosso secretário de Desenvolvimento Regional de Canoinhas, Edmilson Verka, junto com o seu assessor, o Carlos Alberto, que têm uma audiência com o secretário de estado da Educação, Paulo Bauer, para tratar de assuntos inerentes àquela cidade.

Nós sabemos o trabalho que o Verka tem feito como secretário de Desenvolvimento Regional, por isso o nosso reconhecimento. E sempre que ele vem a Florianópolis, procura esta Casa, procura este deputado e outros deputados amigos, que têm interesse de ver a região do planalto cada vez melhor.

Então, o nosso abraço e, com certeza absoluta, Verka, você hoje, ao sair da secretaria de estado da Educação, sairá mais feliz, porque penso que o p secretário Paulo Bauer atenderá as reivindicações da sua região.

Srs. deputados, gostaria de dizer a v.exas., especialmente aos deputados da bancada do PT que assumiram esta tribuna e ficaram nervosos quando, ontem e em outros dias, foi levantada a CPI da Petrobras, que é claro que quando há suspeita de alguma irregularidade, o papel da Oposição é sempre ter uma reação pertinente àquilo que é trazido à tona.

A Petrobras tem dinheiro, é uma empresa realmente sólida, é um orgulho para o país, sim, com certeza absoluta, é um orgulho para todos nós, brasileiros, pois patrocina cultura, esporte, cinema, mas o que mais patrocina é o cinema. Lamentavelmente, poucas pessoas têm a possibilidade, a chance, de ir ao cinema. Mas a Petrobras investe, pois cinema é cultura. A empresa tem dinheiro, doa dinheiro - e a doação é legal -, mas não pagou uma dívida que deveria ter sido paga, que também iria para os cofres do governo para investir em outra coisa.

Senhores deputados, R\$ 4 bilhões em impostos é muito dinheiro! E isso levantou suspeitas da Oposição, o que é normal. Não é porque é o PSDB! É que o PSDB está mais atento às questões da política nacional, em nível de Câmara Federal, em nível de Congresso Nacional, apesar de ser minoria naquela Casa. Mas como no Congresso há o PSDB, o Democratas e algumas áreas do PT que não estão satisfeitas com algumas mazelas praticadas pelo partido, resolveram assinar o pedido de instalação da CPI para investigar todos os problemas da Petrobras. Isso é normal, com certeza absoluta. Da mesma forma, que quando alguma coisa vem à tona contra Luiz Henrique da Silveira e Leonel Pavan, na área administrativa, o PT e o PP vêm a esta tribuna, trazem a questão à tona e procuram uma solução, às vezes, não a mais correta, mas sempre procuram.

Quero dizer que sou favorável, que defendo, sim, a CPI da Petrobras, porque a empresa é um patrimônio dos brasileiros, como foi colocado por alguns deputados que me antecederam. Já os deputados do PT defendem que não seja realizada. É lógico que uma CPI sempre traz desgaste, problemas. E, com certeza, para quem é acionista - e não apenas brasileiros são acionistas, mas também grandes empresas multinacionais - isso pode realmente significar um risco, pois as ações da Petrobras podem cair, e isso não queremos. Mas, volto a dizer, quando a coisa é feita com maturidade, sem paixão político-partidária, sem espírito de vingança, tem mais resultados positivos, sim, do que negativos.

Então, em nome da bancada do PSDB na Assembleia Legislativa, quero dizer que sou favorável, sim, à CPI da Petrobras, porque temos que falar a língua do povo, colocar o preto no branco. Se alguma coisa errada está acontecendo, tem que ser apurada! E não sou favorável por causa de Fernando Henrique Cardoso e nem porque sou do PSDB. Além do que, no passado, o PT pregava a transparência em todos os níveis, qualquer suspeita já pedia uma CPI, fazia e denunciava.

Mas volto a dizer: quando uma empresa cobra e não repassa os impostos há alguma coisa errada. Afinal de contas, os R\$ 4 bilhões e alguma coisa que a Petrobras não pagou de impostos voltariam para o caixa, talvez para o governo Lula acelerar o PAC, porque até agora o PAC, deputado Pedro Uczai, não disse para que veio.

Aqui na região da Grande Florianópolis está tudo empacado! E continua a mesma burocracia, ou seja, os prefeitos de São José, Florianópolis, Palhoça e das regiões que seriam contemplados com o PAC estão indo a Brasília toda semana porque está sempre faltando um documento. Mas o governo federal diz aos quatro cantos que dinheiro há, que não sei mais o quê. O prefeito faz um projeto, vai a Brasília, anuncia para a sociedade e nada sai do papel. Então, há alguma coisa errada e o que está errado deve ser realmente apurado.

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social aprovou um empréstimo de R\$ 206 milhões para a OHL, a empresa concessionária da privatização das BRs-101, 116 e 470, que vai ser privatizada este ano ainda. E quero que alguém venha aqui me desmentir, dizer o contrário! Será cobrado dinheiro do povo novamente - de mim também, como deputado pago pedágio, pago imposto, como todo mundo paga e até mais elevado pela condição financeira -, pois o governo está dando o nosso dinheiro para uma empresa que tem a concessão das rodovias e que vai cobrar pedágio para pagar o governo. Foi o que o BNDES fez!

O BNDES ganhou na semana passada um suporte financeiro de R\$ 100 bilhões. Para quê? Para dar dinheiro para empresas privadas? Temos que olhar isso, sim, com mais carinho. E há outro detalhe gravíssimo: deputados, após a aprovação do empréstimo para o BNDES de R\$ 100 bilhões, sendo entrevistados por um canal de televisão, não sabiam o que tinham votado. Eles não sabiam que haviam aprovado um empréstimo de R\$ 100 bilhões. Foi, então, perguntado a outros seis deputados o significado de BNDES e só um soube responder. Perguntaram também o que quer dizer FGTS a uma gama deles e nenhum acertou! Muito recentemente, um canal de televisão muito esperto, que agora deu para pegar os deputados para mostrar para a sociedade o que acontece em Brasília, perguntou o que significava a sigla PMDB. E houve deputado federal do partido que não conseguiu dizer o que significa a sigla PMDB.

Catarinenses, o projeto que prevê o voto em lista, com certeza, já deve estar tramitando há muito tempo, mas já deu para ver, pela fisionomia de alguns, que muito parlamentares federais já estão ultrapassados, mas vão permanecer em Brasília se aprovado o tal voto em lista.

Meu Deus do céu, o que nós queremos? Nós queremos coisas diferentes, coisas novas. A sociedade nos cobra isso todos os dias. E quando vemos um deputado que aprova R\$ 100 bilhões de empréstimo para um banco e cinco minutos depois não sabe o que votou, isso é um absurdo! E continua acontecendo tudo isso com o dinheiro da sociedade.

Então, sou favorável à CPI da Petrobras para apurar todas as denúncias. Se ela estiver bem, parabéns ao governo Lula, parabéns a todo o corpo diretivo e funcional da Petrobras, essa empresa que é uma grife brasileira, mas temos todo o direito de saber realmente o que acontece com o dinheiro que ela gira.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PP.

Com a palavra o sr. deputado Reno Caramori, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO RENO CARAMORI - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, volto à tribuna - e ontem já me manifestei no programa *Fala Deputado* - para esclarecer àqueles que cultivam a mentira e a difamação o que está acontecendo na minha região.

Você, catarinense que nos assiste e que busca a verdade cada vez mais - porque conhecemos o povo catarinense, que preza a moral, a honestidade, a verdade -, não tem a obrigação de escutar aqueles que, revanchistas, magoados com suas derrotas políticas, profissionais e pessoais, tentam denegrir a imagem de quem trabalha com honestidade, de quem trabalha com a verdade e que busca, através das suas atividades, não interessa a função, o bem-estar da sociedade.

É isso que nós fazemos nesta Casa. Estamos no quinto mandato defendendo o nosso povo, a nossa gente, a nossa terra, defendendo aquilo que é bom para a sociedade catarinense, aquilo que é produtivo, enfim, fazemos nossa obrigação como parlamentar de, acima de tudo, procurar a verdade.

Ligaram-me, deputado Lício Mauro da Silveira, há poucos dias - e não foi uma pessoa, foram várias - perguntando-me se era verdade o boato que corria na minha região, orquestrado por meus adversários, não preciso dizer o nome, por esses revanchistas magoados, derrotados, dizendo que eu fui contra a aprovação do Código Ambiental.

Srs. deputados, v.exas. sabem o quanto eu lutei. Desde 1992 nesta Casa nós buscamos uma solução para manter a pequena propriedade produzindo alimento no campo. Desde 1991, apresentamos indicações, pleitos nesta Casa, apoiado por todos os srs. parlamentares, para encontrar uma maneira de liberar o cultivo da bracatinga, por exemplo, para o manejo sustentável da araucária, para o aproveitamento das madeiras que estão apodrecendo pela ação da natureza porque foram derrubadas pelo vento.

Desde aquela época nós brigamos pelo homem do campo. Não são esses revanchistas que estão indo aos rodeios, aos torneios de laço, às exposições de gado e às feiras que vão incutir na cabeça do nosso pequeno produtor, do nosso pecuarista, do nosso fruticultor, que o deputado Reno Caramori é contra o Código Ambiental.

Nesta Casa, em junho de 2006, entregamos um documento ao então governador Eduardo Pinho Moreira, em sessão solene, formatado pela Fiesc, pela Fetaesc, pela Fetraf/Sul, pela Ocesc, pela comissão de Agricultura, que presidíamos na época, e por tantas outras entidades afins, com as diretrizes de um projeto de lei que o governo deveria encaminhar para esta Casa para adequar a nossa lei à topografia, aos costumes e às culturas do nosso povo.

Deputado Romildo Titon, v.exa. que foi um dos lutadores e o relator dessa lei tão importante para os catarinenses sabe o quanto nos dedicamos nesta Casa.

Então, quero deixar bem claro aos catarinenses que não se preocupem com as mentiras que surgem em nossa região. Essas pessoas não merecem crédito, mesmo que uma delas esteja aqui pela ilha, mais uma vez acobertada.

E há aqueles, deputado Romildo Titon, que estão lá na minha terra, em Caçador, buscando desesperadamente informar, através de mentiras, o nosso homem do interior, o nosso pequeno produtor. O sr. Miguel, em Calmon, ligou-me desesperado para me perguntar se era verdade. E o Jair Carneiro, homem regionalista, presidente da 4ª Região do Tradicionalismo Gaúcho, ontem me questionava se isso era verdade também, pois havíamos participado de uma reunião com o secretário da Agricultura, com o presidente da Cidasc, com o grupo do MTG, para que o nosso cavaleiro, o nosso tradicional laçador, o homem dos torneios de laço, das cavalgadas, conseguisse um prazo um pouco maior para fazer o exame de anemia infecciosa equina nos animais. O prazo hoje é de 60 dias e estamos tentando elevar para, no mínimo, 90 dias a coleta de material e os exames.

Mas, como dizia, o Jair Carneiro me ligou apavorado, assustado, porque a mentira está sendo propagada na minha região, para tentar difamar o meu nome. Mas a verdade voltará.

O Sr. Deputado Romildo Titon - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO RENO CARAMORI - Concedo um aparte a v.exa., deputado Romildo Titon, que foi relator desse projeto de lei tão importante e que já foi sancionado, embora estejamos enfrentando alguns percalços. Mas no Congresso Nacional a bancada catarinense deve estar atenta para que lá também a legislação ambiental seja modificada de acordo com a característica de cada região, de cada estado.

O Sr. Deputado Romildo Titon - Deputado Reno Caramori, serei breve. Apenas quero dar o testemunho de que se algumas pessoas estão fazendo esse tipo de crítica a v.exa. não estão falando, de forma alguma, a verdade. Quero dar o meu testemunho, como relator do projeto do Código Ambiental, da participação de v.exa. em todo o processo de discussão através de emendas, colaborando, incentivando e votando favoravelmente.

Portanto, como relator desse projeto tenho plena convicção de que v.exa. foi um dos grandes responsáveis pela mudança e pela aprovação do Código Ambiental de Santa Catarina, a favor dos pequenos agricultores, principalmente.

O SR. DEPUTADO RENO CARAMORI - Eu agradeço o seu aparte e reafirmo, mais uma vez, que v.exa. fez um trabalho muito grande para que pudéssemos adequar todas as emendas, todas as discussões feitas nas audiências públicas. E não fomos nós, políticos, que opinamos, foram feitos levantamentos técnicos, científicos em cima disso.

Parabéns também a v.exa., deputado Romildo Titon, pelo seu trabalho.

O Sr. Deputado Elizeu Mattos - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ROMILDO TITON - Pois não, líder do governo.

O Sr. Deputado Elizeu Mattos - Da mesma forma que o deputado Romildo Titon, eu quero aqui fazer justiça a v.exa., pois sei do seu empenho. E uma das emendas que foi acolhida no projeto do Código Ambiental, a que trata dos campos de altitude, foi assinada por v.exa. e por este deputado. Essa emenda foi acolhida e hoje está no Código Ambiental.

Eu só queria fazer justiça a v.exa. e dizer do seu empenho e do seu apoio na aprovação do Código Ambiental.

O SR. DEPUTADO RENO CARAMORI - Deputado Elizeu Mattos, v.exa. também participou de vários encontros conosco, de várias audiências públicas, inclusive...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao DEM.

Com a palavra o sr. deputado Ismael dos Santos, por até oito minutos.

O SR. DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Sr. presidente e srs. deputados, primeiramente eu quero registrar, com muita satisfação, a presença, nesta Casa, do empresário Ronaldo, de Sangão, no sul do estado, e do vereador Alcio Bittencourt, vice-presidente da Câmara de Vereadores de Jaguaruna, quiçá, futuro prefeito.

Sejam bem-vindos a este Parlamento.

Sr. presidente, srs. deputados, sra. deputada, o Brasil celebra a 10ª Semana Nacional Antidrogas, iniciada no último dia 19, que vai até o próximo dia 26 de maio, com a temática Prevenção na Comunidade, que busca conscientizar a sociedade brasileira sobre a prevenção ao uso de drogas.

E eu quero aqui enaltecer três atitudes, deputada Ana Paula Lima, do presidente Lula na Semana Nacional Antidrogas. A primeira delas é a sanção ao projeto de lei, esta semana, que proíbe a venda de bebidas alcoólicas nas rodovias federais. Houve um amplo debate com toda a sociedade brasileira, através da mídia, e finalmente o presidente tomou coragem para sancionar, esta semana, essa lei em homenagem à Semana Nacional Antidrogas.

A segunda atitude dele é o lançamento do programa Prevenção Fé e Vida, da secretaria nacional Antidrogas, que busca capacitar gestores que desempenham papel de líderes religiosos nas comunidades para contribuir na prevenção ao uso de drogas e também em situações que requeiram encaminhamento à rede de serviços existentes na comunidade.

E uma terceira iniciativa do presidente Lula na Semana Nacional Antidrogas, que merece os nossos aplausos, é a de equipar, até 2011, todas as viaturas da Polícia Rodoviária Federal, em todo o território nacional, com aparelhos de aferição de álcool no sangue, com o respectivo treinamento dos policiais.

Mas nós, deputado José Natal, que trouxemos a esta Casa, já que estamos falando do combate às drogas, o debate e o nosso posicionamento contrário à tal da Marcha da Maconha, precisamos fazer mais uma vez uma nota de repúdio ao ministro Carlos Minc - agora o assunto não está relacionado ao Código Ambiental, que foi debatido exaustivamente nesta Casa -, que esteve participando da Marcha da Maconha no Rio de Janeiro. Ele esteve lá, no dia 9 de maio, inclusive com microfone na mão. E o pior, srs. deputados, é que aquela marcha foi organizada por uma instituição clandestina, que fazia a apologia do uso dessa substância nociva. Claro que o ministro poderia dizer: "Bem, estou aqui como cidadão". Ora, a partir do momento que está investido do cargo como ministro, ele não poderia, e não podemos admitir isso, como agente político do mais alto escalão, estar presente naquela marcha induzindo a um crime contra a saúde pública, sim, porque aquela marcha é um crime contra a saúde pública!

Por isso, deputado José Natal, fica aqui o nosso repúdio a essa atitude do ministro Carlos Minc. Inclusive, vou preparar uma moção repudiando a participação dele como ministro de estado na Marcha da Maconha no Rio de Janeiro.

O Sr. Deputado José Natal - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Pois não!

O Sr. Deputado José Natal - Deputado, é só um repeteco do que eu já disse aqui antes: quando o senador Mão Santa, em algumas vezes que assomou à tribuna do Senado da República, disse que o presidente Lula tinha alguns aloprados ao seu lado, que cometem grandes loucuras, com certeza deveria estar-se referindo ao ministro Carlos Minc como um deles! Ele é um aloprado que tem cometido grandes loucuras contra o Brasil e contra a sociedade.

O SR. DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Muito obrigado, deputado, pela sua intervenção. Certamente nós faremos essa moção, para a qual espero contar com a aprovação dos srs. deputados, em repúdio à presença do ministro naquela marcha, que de fato é uma marcha contra a vida.

O Sr. Deputado Nilson Gonçalves - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Ouço, com muita satisfação, o deputado representante da região norte do estado de Santa Catarina.

O Sr. Deputado Nilson Gonçalves - Nobre deputado, eu apenas estou pedindo um pequeno aparte a v.exa. porque percebi que o nobre deputado quer fazer uma moção que vai criar, eu tenho a impressão, outra polêmica, outra celeuma enorme aqui. Por isso serei obrigado a votar contra a sua moção, mas entrarei em detalhes quando ela estiver em plenário. Não me leve a mal, deputado, mas tenho algumas convicções que certamente vão bater de frente com as suas.

Obrigado!

O SR. DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Respeito a sua posição, mas tenho certeza de que os milhões de dependentes deste país, os milhões de pais que sofrem com a questão das drogas, certamente vão estar conosco nessa moção repudiando essa atitude do ministro. Só quem trabalha na ponta, como nós, que temos uma casa de reabilitação por onde já passaram mais de mil jovens, sabe do aperto, da angústia e, sem dúvida alguma, a maconha é a porta para outras drogas pesadas neste país.

Para concluir esta intervenção sobre a Semana Nacional Antidrogas, quero fazer, inclusive, um apelo ao Fórum Parlamentar Catarinense, para a qual estou encaminhando as seguintes considerações:

(Passa a ler.)

"Considerando que apesar dos esforços e do interesse da sociedade em contrário ao consumo desenfreado de bebidas alcoólicas;

Considerando que as futuras gerações não estão livres das garras das bebidas com alto teor alcoólico;

Considerando que o consumo de álcool tem provocado trágicos acidentes, como esse que acompanhamos em noticiário de um deputado do Paraná, na semana passada;

Considerando que o álcool tem contribuído para um clima de medo e insegurança nas estradas de todo o país;

Eu vou fazer um apelo, uma solicitação à Frente Parlamentar Catarinense para que elabore um projeto de lei proibindo que qualquer profissional da área dos esportes participe de comerciais em mídia nacional que faça apologia ao uso de bebidas alcoólicas."

Eu espero contar com a parceria do meu amigo, o deputado Kennedy Nunes, nessa moção. Tenho certeza de que estará comigo, pois não é possível admitir que ícones do esporte estejam fazendo apologia das drogas, desvirtuando, infelizmente, as futuras gerações.

Por tudo isso, os nossos aplausos e a nossa posição em relação à 10ª Semana Nacional Antidrogas!

Obrigado, sr. presidente.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PMDB.

Com a palavra o deputado Moacir Sopelsa, por até 17 minutos.

O SR. DEPUTADO MOACIR SOPELSA - Sr. presidente, deputado Gelson Merísio, srs. deputados, sras. deputadas, assomo hoje à tribuna para dizer que os assuntos que estão sendo veiculados nos jornais, nas últimas semanas, têm muito a ver com o oeste de Santa Catarina, tirando as questões da reforma partidária, que é uma das questões sobre as quais precisamos ter mais consciência, pois é necessário que seja tomada alguma atitude a respeito.

Mas, deputado Pedro Uczai, eu nasci no PMDB, não tive outro partido a não ser este, e sempre participei das eleições com muito trabalho, cumprindo o meu dever. Sendo assim, tenho dificuldade em aceitar aqueles que se elegem sem muito compromisso com a população.

Não sei se querem que a próxima eleição seja feita com lista fechada ou com lista aberta, se com voto misto distrital ou não. Mas nós, quando falamos no voto distrital, precisamos lembrar-nos que somos deputados de municípios pequenos e que isso não pode ficar apenas com os grandes colégios eleitorais. Enfim, precisamos ter consciência de que temos que fortalecer o partido para haver fidelidade partidária, para haver responsabilidade nas ações de cada parlamentar, de cada político exerce, seja no Executivo, no Legislativo, nas Câmaras de Vereadores, nas prefeituras municipais, nas Assembleias, no governo federal, no governo estadual, no Congresso Nacional.

Temos que pensar com seriedade, com transparência e fazer alguma coisa para fortalecer e atender a população. Não apenas um discurso contra ou a favor da lista fechada. É preciso que tenhamos consciência de que da forma como está não podemos continuar, deputado José Natal. V.Exa. é um deputado de uma região populosa de eleitores, tem compromisso, como nós temos, com aqueles pequenos municípios e sabe que precisamos caminhar para fortalecer a democracia, para ter um partido político forte, a fim de buscarmos de fato aquilo que é de responsabilidade de uma pessoa que exerce um cargo público, ou seja, trabalhar com transparência e com seriedade para mostrar que na função que exercemos é necessário dar o exemplo.

Eu, quando fui vereador pela primeira vez, em 1982, tive a recomendação do meu pai para ser fiel ao meu partido e trabalhar com transparência, para poder andar sempre de cabeça erguida. E o terceiro alerta que o meu pai me fez foi que eu não iria mais viver para a minha família, mas que a minha família iria passar a ser todos aqueles que me conduziram ao mandato de vereador, todos aqueles que esperavam de mim um trabalho. E são esses conselhos que eu procuro seguir!

Também gostaria de falar, pois acho muito oportuno, sobre a questão da fusão da Sadia e da Perdígão. Vivemos um momento muito difícil e às vezes são distorcidas as ações, as informações e acabamos esquecendo que dia após dia são mais pessoas desempregadas devido à crise.

Nós sabemos que as nossas indústrias - e eu me refiro mais às indústrias ligadas ao setor agropecuário - estão fechando

o seu frigorífico em Joaçaba, ocorrendo demissões de pessoas em Chapecó e em outras unidades. E agora, com a crise, uma das nossas maiores indústrias está tendo que buscar parceria. Por isso temos, deputado Pedro Uczai, que ser justos com os funcionários dessas empresas que fizeram a sua parte com os integrados, com os trabalhadores e com os produtores. Na verdade, quem não fez a sua parte foi quem comandava, quem dirigia essas indústrias, colocando-as em dificuldades, tendo que buscar bilhões de reais para pagar a sua dívida.

Então, nós temos que ter a consciência de defender os funcionários - eu vi que a grande imprensa está preocupada com os 180 mil empregos nessas indústrias - e com o consumidor, para que tenha a oportunidade de escolher o produto com mais opção.

Também me preocupo muito com aqueles que produzem a matéria-prima, no sentido de que eles possam ser reconhecidos verdadeiramente por essas empresas. Eu tenho conversado e dito aos diretores das empresas que olhem para o nosso produtor, porque ele está envelhecendo, está ficando pobre, mas é ele que gera 180 mil empregos, é ele que dá condições para que esses produtos sejam distribuídos dentro do país e pelo mundo afora.

Tenho certeza de que o atual presidente da Sadia, dr. Luiz Fernando Furlan, uma pessoa de berço como o fundador da empresa, sr. Atílio Fontana, que foi um exemplo para o país e para o estado, tem uma visão social e vai atender aquelas pessoas que mais precisam. E que essa empresa que, eu acredito, será forte, grande e competitiva em todo o mundo, possa realmente olhar para aqueles que a fizeram crescer e que continuam fazendo-a crescer, seus funcionários, seus trabalhadores e os produtores agrícolas que produziram a matéria-prima. Que eles tenham competência para fazer uma empresa que vá trabalhar na sua atividade e não no capital especulativo, gerando assim muita dificuldade.

O Sr. Deputado Pedro Uczai - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO MOACIR SOPELSA - Ouço v.exa., deputado Pedro Uczai, que com certeza conhece e sabe das necessidades do grande oeste de Santa Catarina.

O Sr. Deputado Pedro Uczai - Deputado Moacir Sopesla, quero cumprimentar v.exa. pela preocupação e sensibilidade principalmente com os trabalhadores e com os agricultores que movem a produção econômica no oeste de Santa Catarina.

Eu vivi, como prefeito de Chapecó, 100 dias de trabalho para colocar o Frigorífico Chapecó em funcionamento, a partir de novas empresas arrendando. E vivenciamos o sofrimento dos agricultores e dos trabalhadores, durante oito meses, com o frigorífico parado. E agora, infelizmente, quando a Aurora fecha uma unidade em Joaçaba, já temos consequência regional.

Quanto a essa fusão da Sadia e da Perdigão, torcemos para que tenha sucesso, que se crie essa empresa e que seja cada vez maior a sua produção. Por outro lado, temos que defender, como agentes públicos, que o dinheiro público que irá financiar essa nova empresa esteja condicionado à preservação dos agricultores, dos trabalhadores. E um dos encaminhamentos começa a partir do seu pronunciamento. E, se for de sua iniciativa, assinarei esse encaminhamento ao BNDES, que vai financiar essa nova empresa.

Só há razão de haver dinheiro público numa grande empresa, cujos diretores

irresponsáveis colocaram em crise, se condicionado à manutenção da integração e à manutenção do emprego, porque não foi a produção, não foram os trabalhadores, não foi a economia no sentido produtivo, mas foi no setor especulativo que essas grandes empresas produtoras se equivocaram, numa leitura cambial de buscar recursos.

Quero colaborar nessa direção e parabéns pela sua preocupação.

O SR. DEPUTADO MOACIR SOPELSA - Muito obrigado, deputado Pedro Uczai, eu sabia que v.exa. ajudaria. E acho que é válido pensar aqui, no conjunto da Assembleia Legislativa, em fazermos esse pleito, porque entendo também que quando há recursos públicos, quando há dinheiro público nos investimentos, deve haver o compromisso de olhar o lado social, o lado das pessoas, e garantir aos trabalhadores do campo a permanência na sua atividade. Vamos trabalhar nessa direção e vamos ser parceiros.

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO MOACIR SOPELSA - Pois não, só pediria que fosse breve por causa do horário regimental.

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - Deputado Moacir Sopesla, muito obrigado pelo aparte e pela gentileza.

Eu quero fazer uma rápida observação, porque esse assunto tem-me instigado e eu gostaria de estabelecer esse debate, mas não teremos tempo aqui, mesmo que usássemos os demais minutos que restam ao PMDB. Mas é um assunto que merece um grande debate, porque são milhares de vidas de pessoas envolvidas.

O SR. DEPUTADO MOACIR SOPELSA - Muito obrigado, deputado Sargento Amauri Soares.

O restante do tempo do partido será usado pelo deputado Manoel Mota.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dagomar Carneiro) - Com a palavra o sr. deputado Manoel Mota, por até cinco minutos, referentes ao restante do tempo destinado ao PMDB.

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, eu gostaria registrar nos anais desta Casa a presença de nossos vereadores Saudi Correa da Rosa, de Meleiro, com a marca muito forte de vários mandatos; Volnei Roniel Bianchini da Silva, o Roni, que era o meu piloto - inclusive, a moçada achava que Araranguá deveria tirá-lo de mim, e tirou - e que agora é vereador de Araranguá; e o nosso amigo Antoninho Dal Molin Netto, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, que teve uma eleição extraordinária, eis que os agricultores votaram em massa nele. Não sobrou nada para outros cantos.

Então, queremos cumprimentar essas lideranças e marcar nos anais desta Casa o extremo sul de Santa Catarina, o trabalho deles, em busca de alternativas para ajudar a nossa região. Hoje, tenho o Fabrício, que me carrega por aí afora; até consigo cochilar, porque ele é bom no volante.

Eu quero dizer, sr. presidente, que temos uma nova palavra de ordem daqui para frente: Interpraias.

A bandeira de luta que buscamos para trabalhar foi, em primeiro lugar, a BR-101, que hoje, mesmo com todos os problemas, é um capítulo já superado, porque ela está andando e vamos resolver os problemas que ainda existem. Depois, vinha a serra do Faxinal, aquela que o eminente deputado Joares Ponticelli disse que lá não se ouviam

roncar os motores, que era coisa da minha cabeça. A verdade, porém, é que as máquinas estão roncando, nobre deputado Joares Ponticelli. Quanto à serra da Rocinha, a obra vai ser licitada, é uma obra federal e uma única emenda foi feita no Congresso Nacional. Temos, ainda, a barragem do rio do Salto, que faz parte do PAC e também do Orçamento do estado.

Então, quero convidar os deputados Joares Ponticelli, Décio Góes, Ronaldo Benedet, enfim, todos os deputados, para participarem de um encontro, que contará com 500 empresários da área de turismo, para que possamos começar a botar em prática a Interpraias, cujo projeto de engenharia está pronto, é de primeiro mundo, que foi feito no governo Paulo Afonso e que hoje está sendo melhorado.

Na semana passada aprovamos uma dotação orçamentária para a SC Parcerias, e a Interpraias consta desse desdobramento. Então, é preciso que daqui para frente comecemos a imaginar o trabalho da Interpraias. E o que está pegando hoje? A área ambiental. Temos problemas ambientais. É importante a preservação ambiental, é a nossa vida que está em jogo, mas o desenvolvimento gera emprego e renda para colocar comida na mesa para a família. Ou seja, é preciso conciliar a preservação ambiental e o desenvolvimento do nosso estado. E a nossa é uma região que tem um potencial turístico muito grande, eis que se liga à Estrada do Mar, que foi construída pelo então governador do Rio Grande do Sul, hoje senador Pedro Simon. E os investimentos naquela região, hoje, são astronômicos.

Então, se fizermos a primeira etapa até Laguna e a segunda, até Garopaba, serão investimentos com um potencial turístico muito grande, que vão gerar emprego, renda e indústria sem chaminé, que não polui. Portanto, é preciso trabalhar nessa direção. E eu tenho lutado; são 26 anos de luta. A Eucatur, que trabalha em cima da Interpraias, foi criada no governo municipal, quando fui prefeito de Araranguá. E, evidentemente, estamos trabalhando nessa direção. Mas é preciso somar todos os esforços dos parlamentares do sul para que tenhamos essa situação resolvida.

Para finalizar, quero dizer que se não quiserem criar problemas, não abram pedágio sem a duplicação. Abrir pedágio sem a duplicação vai ser problema. Já respondo a quatro processos na Polícia Federal por causa da BR-101, e podem abrir mais um.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PT.

Com a palavra o sr. deputado Décio Góes, por até dez minutos.

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - Pela ordem sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Joares Ponticelli.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Deputado Décio Góes, talvez o seu gabinete tenha recebido o convite para a inauguração das serras do Faxinal e da Rocinha e também da Interpraias. Então, se já recebeu o convite, peço que me encaminhe uma cópia, porque, como disse, quando essas obras forem inauguradas vou participar para aplaudir o governo, porque há sete anos só há conversa e mais conversa e até agora não chegaram os convites para a inauguração daquelas obras, inclusive a Interpraias. O que

a Interprias já elegeu de político do PMDB é um negócio doido, mas a obra, que é bom, continua no discurso.

Agora, como está chegando uma nova eleição talvez saia alguma coisa para tentar enganar o povo mais uma vez.

O Sr. Deputado Manoel Mota - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Manoel Mota.

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - O eminente deputado estava em outro planeta quando fiz meu pronunciamento, mas ele precisa ir a Praia Grande para conhecer a obra. Ele só vai buscar voto, não sabe onde fica a região e não conhece a estrada. Convidei o deputado Décio Góes para que possamos trabalhar em cima da consecução da Interprias. Falei isso o que eu disse em meu pronunciamento, mas o deputado Joares Ponticelli estava num planeta estranho e não entendeu.

Queremos fazer um convite aos deputados do sul para encamparmos essa obra, para que não seja só um projeto. Eu não disse que ela estava pronta e não convidei ninguém para a inauguração. Agora, irei convidar todos para a inauguração da serra do Faxinal e comer os bois que o deputado Joares Ponticelli guardou.

Deputado Décio Góes, com certeza v.exa. participará.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra o sr. deputado Décio Góes.

O SR. DEPUTADO DÉCIO GÓES - Sr. presidente e srs. deputados, primeiramente quero elogiar esse debate que houve aqui. É importante que esses assuntos venham à tona e sejamos realmente convidados para a inauguração dessas obras, porque há muito tempo esses assuntos estão em pauta. A sociedade tem novas demandas, mas ainda não conseguiu superar as antigas, que são importantes para o desenvolvimento do estado.

Nesta semana eu soube, com alegria, que até o meio do ano vai ser concluída a famosa estrada do Camacho, que faltou na sua lista, deputado Joares Ponticelli. E se isso realmente acontecer, será uma grande notícia para a região. Aí dará para acreditar que começarão as obras no trecho de Camacho à Barra da Laguna, que está prometido. Aliás, há tanta coisa prometida! E a justificativa de que as coisas não começam é em função das licenças ambientais.

O governador fica reclamando que há falta de investimentos no estado em marinhas, em hotéis cinco estrelas, investimentos internacionais, por conta das questões ambientais. Mas justamente esses investimentos vêm para cá por conta das questões ambientais. Agora, aqui não há um plano de gerenciamento costeiro, não há um plano de recursos hídricos, não há um levantamento econômico-ambiental, um levantamento florestal, não há os instrumentos jurídicos que darão garantia aos investidores e aos servidores públicos que têm que aprovar as licenças ambientais.

Eles reclamam de coisas que eles mesmos podem resolver, como, por exemplo, dotar a Fatma de estrutura capaz de dar vazão à demanda. Agora, com 210 funcionários a Fatma nem conseguirá completar esses planos que estamos precisando. E já existe lei para fazê-los.

Então, quando fizerem isso, aceitaremos a desculpa, mas por enquanto essa desculpa é de quem não quer fazer a obra. Não estruturam o órgão ambiental e não fazem

os planos porque não está estruturado. Então, não se sabe quem nasceu primeiro, se foi o ovo ou a galinha.

Mas, sr. presidente, o debate hoje, nesta Casa, girou em torno do PSDB justificando por que quer a CPI da Petrobras, dizendo que ela está prestando um grande desserviço à nação brasileira. Eles estão querendo expor a empresa justamente num momento de captação de recursos, de captação de parceiros, para explorar o pré-sal, porque eles querem privatizar a Petrobras. Inclusive, o PSDB está sinalizando que, se ganhar, vai privatizar. Então, para poder justificar ao povo catarinense essa postura, vem aqui e aponta questões que não têm fundamento. A Petrobras é uma empresa que tem grande parte das suas ações no mercado e conta com auditorias rigorosíssimas de controle de bolsa nacionais e internacionais. Portanto, não tem sentido essa CPI, a não ser para prestar um grande desserviço para a nação brasileira.

Outra questão muito falada também é a duplicação da BR-101. Acho que todos nós estamos preocupados com o ritmo das obras da duplicação da BR-101, trecho sul. Todos nós estamos preocupados: muitos estão preocupados em ajudar a resolver os entraves e dar a agilidade necessária, enquanto outros estão preocupados em fazer disputa política, em fazer política em cima de uma obra tão importante para o Brasil e para o sul de Santa Catarina.

Deputado Pedro Uczai, veja esse painel da Fiesc que divulga um acontecimento para premiar, para exaltar os vários empreendedores no estado, para anunciar o plano de aplicação de recursos em Santa Catarina de forma positiva. Mas aí recebem todas as entidades do estado com um cartaz dizendo: "BR-101: o descaso com Santa Catarina precisa acabar".

Eu acho que, se a Fiesc quisesse ajudar mesmo a resolver essa questão, deveria não só convidar, mas convocar, obrigar as empresas, as empreiteiras, a participarem da audiência pública que vamos ter nesta Casa, na segunda-feira, às 14h, para a qual todos estão convidados. Essa audiência foi convocada pela comissão de Transporte e Desenvolvimento Urbano.

Acredito que as empresas deveriam vir aqui, deputado Reno Caramori, dizer por que estão com o cronograma atrasado, qual o problema que realmente existe e qual a solução que elas sugerem, porque aí, sim, faremos uma força política para ajudar a resolver essa questão.

Agora, eu não vi nenhuma empresa reclamando que não recebe; não vi ninguém dizer que faltou recurso. E olha que esse trecho não foi financiado pelo BID, como o trecho norte o foi, o que está obrigando, pela força do contrato, a instalar o pedágio no trecho norte.

Todos aqui, agora, resolveram reclamar, mas antes não reclamavam. Quando fomos, deputado Sargento Amauri Soares, protestar contra o pedágio, pedir para suspender o edital, para que pudéssemos revê-lo, porque achávamos que havia problemas, os quais agora eles estão apontando, chamaramos de dinossauro e lá na BR ridicularizaramos e hoje eles estão vindo as consequências. Mas esse é o trecho norte, que tem financiamento do BID, porque o trecho sul está sendo feito com recursos da União e com muita coragem, com muita energia.

O presidente Lula foi extremamente audaz. Quando lhe disseram que havia três entraves, ele achou que deveriam ser feitos os outros, deixando esses três de fora, porque

não havia nem projeto na época. Hoje, passados três anos, já há o projeto de engenharia. Como sou arquiteto, sei que não se faz um projeto de engenharia desse porte rapidamente, como alguns pensam, pois é um projeto extremamente sofisticado, que exige um conjunto de estudos. Hoje existe o projeto de engenharia e estão fazendo todos os projetos ambientais, que são elaborados realmente posteriormente, de tal forma que até o final do ano devem estar todos prontos para poder licitar a obra.

Mas eu volto a insistir que a Fiesc deveria ter uma postura mais construtiva, mais positiva e convocar todas as empresas para estarem aqui, na segunda-feira, na audiência pública sobre a BR-101, para nos ajudar a desenrolar essa questão. Eles precisam dar sugestões sobre como vamos encaminhar a questão. Isso é importante.

E falando em pauta positiva, deputado Pedro Uczai, a Assembleia anunciou uma pauta positiva ontem, e eu não vi um conjunto de demandas para o governo do estado, só vi, estranhamente, um conjunto de demandas para o governo federal, como se fôssemos deputados federais. Mas somos ainda deputados estaduais e esta Casa, com todo respeito, tem influência no âmbito estadual. Assim, eu gostaria de ver algumas demandas para o estado.

Voltando ao tema, o presidente Lula sabe da situação da BR-101 e está preocupadíssimo; o diretor-geral do DNIT também tem conhecimento; o deputado Jorge Boeira e a senadora Ideli Salvatti têm acompanhado esse processo junto com a bancada federal, e é importante...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Reno Caramori - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Reno Caramori.

O SR. DEPUTADO RENO CARAMORI - Sr. presidente, eu não quis atrapalhar o pronunciamento do deputado Décio Góes, mas s.exa. tem razão. Inclusive, na manhã de ontem eu conversava com Henry Quaresma, da Fiesc, a quem coloquei que seria indispensável a presença daquela federação na audiência pública de segunda-feira, dia 25, para que o setor empresarial catarinense também esteja representado, através da sua entidade maior, que é a Fiesc, para opinar, para cobrar e para acompanhar aquilo que estamos tratando.

E a comissão de Transportes que presido, formada por sete srs. deputados, tem a responsabilidade de tornar cada vez mais público - e por isso trata-se de uma audiência pública - o que está acontecendo em Santa Catarina.

O Sr. Deputado José Natal - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Eu queria fazer um apelo aos srs. deputados. É evidente que hoje vamos tratar de outra forma, até porque a sessão já iniciou. Mas a verdade é que o nosso Regimento Interno é claro quanto ao pedido da palavra pela ordem. O pedido, em tese, deveria vir fundamentado no artigo que teria sido infringido. É evidente que temos uma flexibilidade pela boa relação com os srs. deputados. No entanto, se fizermos dessa ferramenta uso desproporcional, acabaremos tendo que voltar a seguir à risca o Regimento Interno.

Então, eu vou pedir que os srs. deputados, nas próximas sessões, apenas em casos excepcionais utilizem a palavra pela ordem, porque senão teremos que cumprir o

Regimento e a cada questão de ordem suscitada, teremos que pedir ao solicitante que cite o artigo infringido.

Não é o caso de hoje, pois a palavra pela ordem já foi concedida para vários srs. deputados. Sendo assim, vou agir da mesma forma com o deputado José Natal, concedendo-lhe a palavra pela ordem.

O SR. DEPUTADO JOSÉ NATAL - Muito obrigado pela compreensão de v.exa.

Eu queria, com muito orgulho, parabenizar a equipe do Supersul Esporte Clube, que se sagrou campeã da 6ª Copa Bola na Rede de Futsal. A Supersul foi fundada em São José, em 1988, por uma gurizada com idade média de 13, 14 anos, que hoje já está na casa dos 30. De qualquer forma, são jovens que seguiram o caminho do esporte e hoje são um orgulho para o município de São José.

Parabéns à equipe do Supersul Esporte Clube, campeã da 6ª Copa Bola na Rede de Futsal!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) -

Passaremos à Ordem do Dia.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0050/2009.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0001/2009.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0031/2009.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0068/2009.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0095/2009.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0107/2009.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0111/2009.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0295/2009.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0359/2009.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Esta Presidência comunica que serão encaminhadas aos destinatários as Indicações n.s.: 0342/2009, de autoria do deputado Edison Andrino; 0343/2009, de autoria do deputado Jean Kuhlmann; 0344 e 0345/2009, de autoria do deputado Serafim Venzon, conforme determina o art. 206 do Regimento Interno.

O Sr. Deputado Serafim Venzon - Peça a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Serafim Venzon.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Sr. presidente, quero destacar essas duas indicações. Uma refere-se à fotocopiadora e ao telefone celular para os diretores das escolas estaduais. Sei que isso, no montante de 1.300 colégios que há no estado, claro, vai significar também uma despesa, mas vai ser um meio para os pais dos alunos e os alunos interagirem melhor com a escola, principalmente com o diretor.

Assim, apresentamos essa indicação para que esses itens sejam disponibilizados, assim como acontece hoje com as SDRs, que destinam celulares com contas controladas, com contas limitadas de R\$ 50,00 ou R\$ 100,00 por mês, no máximo, e podem receber um número infinito de ligações.

Agora, para fazer ligações é preciso que haja limitação. Eu acredito que R\$ 50,00, R\$ 100,00 não atender a necessidade de ligações que um diretor de escola precisa fazer. Mas os pais e os alunos poderão interagir melhor com a escola.

Muito obrigado!

O Sr. Deputado Pedro Uczai - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Pedro Uczai.

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - Eu até acho que o uso do celular, sr. presidente, pode ser legítimo e justo para os diretores de escola da rede pública estadual e não venho questionar a questão do mérito. Mas enquanto faltarem cadeiras, carteiras e cortinas nas salas de aula; um mínimo de estrutura em várias escolas; reformas e melhores condições de trabalho em sala de aula, eu não posso ser a favor da concessão de celular aos diretores. Precisamos primeiro dar condições dignas para os professores atuarem na rede pública estadual. Eu sou contra.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Esta Presidência comunica que defere os Requerimentos n.s.: 0659/2009, 0660/2009, 0661/2009, 0662/2009, 0663/2009, 0664/2009, 0665/2009 e 0666/2009 de autoria da deputada Professora Odete de Jesus...

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, a deputada Ana Paula Lima.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Sr. presidente, eu gostaria de pedir à deputada Professora Odete de Jesus para subscrever o Requerimento n. 0664/2009, que cumprimenta a presidente da Sociedade Casa da Esperança, de Blumenau, pela realização de evento beneficente em prol da comunidade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a aquiescência da deputada Professora Odete de Jesus, com certeza v.exa. terá seu nome no referido requerimento.

O Sr. Deputado Décio Góes - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Décio Góes.

O SR. DEPUTADO DÉCIO GÓES - Sr. presidente, quero anunciar e dar as boas-vindas ao deputado estadual do Rio Grande do Sul, Raul Pontes, que nos visita neste momento.

Dou-lhe as boas-vindas e que tenha uma boa estada nesta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Esta Presidência se associa à manifestação do deputado Décio Góes e também cumprimenta o nosso colega, deputado Raul Pontes. Sinta-se em casa na Assembléia Legislativa de Santa Catarina. Muito obrigado pela presença.

A Presidência defere também os Requerimentos n.s.: 0667/2009 e 0668/2009, de autoria da deputada Professora Odete de Jesus; 0669/2009, 0670/2009 e 0671/2009, de autoria do deputado Adherbal Deba Cabral; 0656/2009, de autoria do deputado Edison Andrino; e 0658/2009, de autoria do deputado Pedro Uczai.

Moção de autoria do deputado Joares Ponticelli, a ser enviada ao governador do estado, manifestando apoio à renovação ou prorrogação do convênio entre a secretaria de Segurança Pública e a prefeitura de Tubarão para administração do Centro de Internação Provisória.

Em discussão.

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - Peça a palavra, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, para discutir, o deputado Joares Ponticelli.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Sr. presidente, sra. deputada e srs. deputados, quero chamar muito a atenção de v.exas. para esse assunto.

Deputado Elizeu Mattos, líder do governo, trago aqui uma notícia e apresento esta moção porque estou muito preocupado com sucessivos equívocos que estão sendo cometidos na secretaria de estado da Segurança Pública. Mais um equívoco está em curso agora e se não for resolvido na próxima semana vai gerar mais uma demanda para alimentar, no mínimo, o meu discurso aqui.

Ocorre, deputado Silvio Dreveck, que o governo do estado desde 2003 vem cancelando os convênios celebrados com os CIPs - Centros de Internação Provisória -, que cuidam do menor infrator, e as prefeituras, entregando a sua gestão para diversas entidades, ONGs, Ocips.

O de Tubarão, deputado Elizeu Mattos, é referente a um convênio celebrado entre a prefeitura e a secretaria da Segurança realizado há quase 20 anos. É um convênio que funciona, que dá certo, porque a prefeitura de Tubarão transferiu a gestão daquele convênio para a Combemtu - Comissão Municipal do Bem-Estar do Menor de Tubarão - e a gestão, deputada Ana Paula Lima, é exemplar! Exemplar! Ocorre que esse convênio venceu no dia 24 de abril próximo passado, podendo continuar as operações até 31 de maio. O governo do estado, não sei por que, não quer renovar o convênio, deputado Serafim Venzon!

Eu tenho aqui a manifestação de diversas entidades que fazem parte do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, que é presidido pela dra. Maria Apolinária Lardizabal, que, inclusive, é do PMDB e já foi candidata a vereadora pelo partido, fazendo uma exposição de motivos e

pedindo a renovação do convênio. Tenho aqui a manifestação do dr. Renato Poeta, que é o delegado regional de polícia, pedindo a renovação do convênio com a prefeitura de Tubarão. Tenho aqui a manifestação do vereador mais peemedebista de Santa Catarina, com cinco mandatos, Maurício Silva, a quem respeito muito, pedindo a renovação do convênio. O vereador do PMDB está pedindo a renovação do convênio! Tenho aqui também a manifestação, um extenso documento, da dra. Brigitte Remor de Souza May, juíza da 1ª Vara Criminal da capital, que conhece o convênio, que sabe da sua importância. Tenho a manifestação da dra. Lara Maria de Souza da Rosa Zanotelli, manifestando apoio, pedindo a renovação do convênio. Tenho a manifestação do dr. Fabiano Antunes da Silva, juiz de direito substituto, e do dr. Giancarlo Bremer Nones, juiz de direito da comarca de Criciúma.

Deputado Elizeu Mattos, essas pessoas todas conhecem o problema, conhecem o convênio, conhecem a solução. Só o que se pede, deputado Ismael dos Santos, é a renovação de um convênio que tem quase duas décadas. E o secretário Ronaldo Benedit diz que não vai renovar porque vai entregar a gestão daquele Centro de Internação Provisória para uma entidade não sei de onde.

Não dá para compreender, não há boa intenção nisso, deputado Reno Caramori. Não há boa intenção. Se existe um convênio que funciona, que atende, deputado Serafim Venzon, o menor infrator da nossa região, é o convênio com a prefeitura do município de Tubarão. Por que não quer renovar? Qual é o problema? Qual é o interesse? O que está por trás disso, verdadeiramente, deputada Ana Paula Lima? Há interesse obscuro nisso. O fato é que quer entregar para uma entidade não sei de onde, uma entidade com interesse financeiro ou eleitoreiro, deputado Ismael dos Santos, essa é a verdade. O objetivo, deputado Marcos Vieira, eu não tenho dúvidas, ou é financeiro ou é eleitoreiro. Não há outra razão, não há outra explicação.

Tenho em mãos, deputado Elizeu Mattos, um calhamaço de documentos assinados por lideranças, por entidades, por pessoas sérias que conhecem a Combemtu. Repito, a presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, que foi candidata por duas vezes pelo PMDB, que é peemedebista militante, é uma das pessoas que pedem a continuidade do convênio; o vereador Maurício da Silva, do PMDB, é outra. Há pedido de juizes, de instituições, do delegado regional. E nada disso, deputado José Natal, sensibiliza a secretaria de Segurança Pública. Qual é o verdadeiro interesse? É eleitoreiro, deputado Reno Caramori, não tenha dúvida disso. Ou é eleitoreiro ou é financeiro. Querem desmontar o nosso CIP - Centro de Internação Provisória -, uma instituição que funciona em convênio com a prefeitura de Tubarão, convênio que agora o secretário se nega a renovar porque tem outros interesses.

A moção que apresento é endereçada ao governador do estado, deputado Elizeu Mattos, eminente líder do governo. O governador precisa intervir nesse processo porque a secretaria de Segurança Pública tem outros interesses que não estão claros, portanto devem ser eleitores.

Por isso, quero pedir o apoio dos pares, no sentido de aprovarmos esta moção hoje, para que o governador possa fazer, imediatamente, essa intervenção, deputado Adherbal Deba Cabral, e determinar a renovação desse convênio com a prefeitura municipal de Tubarão para a manutenção do

nosso Centro de Internação Provisória. A situação é grave, e espero que o governador possa fazer a intervenção necessária para que não ocorram prejuízos maiores para a nossa comunidade, para a nossa região.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Jailson Lima - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Jailson Lima.

O SR. DEPUTADO JAILSON LIMA - Sr. presidente, gostaria de registrar a presença do prefeito de Agronômica, José Ercolino Menegatti, juntamente com o secretário de Saúde, Maicon Jahn, e o vereador Uladimir Demeciano, de São Joaquim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Muito obrigado, deputado Jailson Lima, está feito o seu registro.

Continua em discussão a moção do deputado Joares Ponticelli.

(Pausa)

Não havendo mais quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Passaremos aos pedidos de informação.

O Sr. Deputado Elizeu Mattos - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Elizeu Mattos.

O SR. DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Sr. presidente, é visível a falta de quórum. Por isso, peço aos srs. líderes para transferirmos a apreciação dos pedidos de informação para a próxima sessão, pois se solicitarmos verificação de quórum, a sessão terá que ser encerrada e não é essa a nossa vontade.

Havendo um acerto entre as lideranças, podemos deixar para deliberar sobre os pedidos de informação na sessão de terça-feira.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - É visível, deputado Elizeu Mattos, a falta de quórum. Portanto, atendendo ao pedido de v.exa., suspendemos o restante da pauta da Ordem do Dia, que ficará para a sessão de terça-feira.

Passaremos, então, à Explicação Pessoal.

O primeiro orador inscrito é o deputado Elizeu Mattos, que declinou do direito de utilizar a palavra em favor do deputado Marcos Vieira.

Com a palavra o sr. deputado Marcos Vieira, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO MARCOS VIEIRA - Sr. presidente, sra. deputada, srs. deputados, ocupo a tribuna, nesta quinta-feira, deputado José Natal, cumprimentando todos os senhores e senhoras telespectadoras da TVAL, ouvintes da Rádio Alesco Digital, para falar sobre dois pronunciamentos feitos nesta Casa, um no dia de ontem e outro no dia de hoje.

Quero referir-me, primeiramente, ao pronunciamento do deputado Padre Pedro Baldissera, ocorrido no final do expediente de ontem. Em seu discurso, *ipsis litteris*, conforme notas taquigráficas, disse o seguinte:

(Passa a ler.)

"O SR. DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA [...] Quando vou para Brasília, eu me defronto com todas aquelas estruturas, e volto de lá até revoltado. Por quê? Quanto dinheiro sai do suor do trabalho, do sangue do nosso povo e que se está perdendo com essas

grandes estruturas. E aí falta educação, falta saúde, faltam programas para a nossa agricultura, faltam programas de inclusão social.

E o dinheiro se perde nessas faraônicas estruturas que não libertam e não trazem novas perspectivas para toda a nossa sociedade, felizmente!"

Mas continua o deputado Padre Pedro Baldissera, no seu discurso no dia de ontem:

(Continua lendo.)

"Temos que começar a mudar isso! No momento em que começarmos a mudar essas estruturas, faremos uma revolução na sociedade e no país onde estamos vivendo. Por quê? Porque dinheiro existe". Não sou eu que estou dizendo! Quem disse foi o deputado Padre Pedro Baldissera.

"Falo isso porque vim recentemente de uma reunião. Sai ontem à noite da Assembleia e fui até o extremo oeste e lá participei, na parte da manhã, de um encontro no qual desde ontem mais de seis mil agricultores e agricultoras, camponeses, estavam reunidos, organizados, lutando e discutindo para uma pauta de reivindicações aos nossos governos, que, infelizmente, está longe, distante, de ser atendida. E olhem que são reivindicações humildes, pequenas."

O deputado Padre Pedro Baldissera disse isso na tribuna, tocando o pau no governo do PT!

E continua ele:

"E olhem, srs. deputados, há anistia de fazendeiros, há anistia de latifundiários, há isenção fiscal, há renúncia fiscal, e se o governo não tomar uma atitude neste momento, com toda certeza nós vamos engrossar as fileiras dos grandes centros urbanos."

Palavras do deputado Padre Pedro Baldissera. Com certeza s.exa. foi lá e disse que o governo federal é o melhor governo do mundo e deve ter sido aplaudido, mas aqui ocupa esta tribuna para tocar o pau no governo do PT! Crítica o governo do PT quando diz que falta saúde, falta educação, falta inclusão social.

E aí eu pergunto, deputado Edison Andrino, será que a Petrobras não tem dinheiro? Por que não querem a CPI da Petrobras para investigar indícios de fraudes nas licitações para reforma de plataforma de exploração de petróleo? Para investigar possíveis irregularidades nos contratos de construção de plataformas? Para apurar indícios de superfaturamento na construção da Refinaria Abreu Lima, em Pernambuco, que foram apontados por relatório do Tribunal de Contas da União? Para apurar denúncias de desvios de dinheiro dos *royalties* do petróleo? Para apurar denúncias de fraudes investigadas pelo Ministério Público Federal envolvendo pagamentos, acordos e indenizações feitos pela ANP? Para investigar denúncias de uso de artifícios contábeis que resultaram em redução do recolhimento de impostos, deputado José Natal, e contribuição no valor de mais R\$ 4 bilhões? Será que os R\$ 4 bilhões que a Petrobras deixou de recolher não dão para incentivar a agricultura catarinense, para subsidiar o agricultor de Santa Catarina, deputado Moacir Sopelsa?

Dinheiro, com certeza, há! Se não há para o agricultor; se não há para a área da saúde; se não há para a área da educação, há dinheiro, R\$ 6,600 milhões, da Petrobras para uma ONG petista na Bahia. Dinheiro há! Mas não há para a saúde, para agricultura e nem para a educação! Mas a Petrobras usa uma ONG petista para bancar festas de São João na Bahia! Esse é o grande problema!

O deputado Padre Pedro Baldissera ainda fica espantado com as superestruturas em Brasília. Então, por que o presidente Lula está autorizando a Petrobras a construir uma mega obra de R\$ 500 milhões, com mais de 100.000m²? Por quê? Não há dinheiro para a saúde! Não há dinheiro para a educação! A Petrobras inicia uma obra ainda sem dono de R\$ 8,5 bilhões, já gastou R\$ 1 bilhão e está no prejuízo! O preço do petróleo caiu, mas o óleo diesel aumentou! Por que não baixam o preço do óleo diesel para o nosso agricultor? Por que não baixam o preço do óleo diesel para o transporte coletivo?

E aí, deputado Edison Andrino, vou-me permitir mostrar os *e-mails* que recebo dizendo que é pertinente falar sobre a Petrobras e que a CPI deve ocorrer! São dezenas de *e-mails* que recebemos no gabinete. Como não se pode falar na Petrobras?

Hoje, pela manhã, o eminente deputado Jailson Lima, que estava aqui até agora, afirmou desta tribuna que a Petrobras fez o maior negócio do mundo na China, conseguindo US\$ 10 bilhões do governo chinês para investir. Acho que o deputado Jailson Lima não leu os jornais! Na verdade, vou clarear as idéias do deputado Jailson Lima. A Petrobras pegou US\$ 30 bilhões de empréstimo, dos quais US\$ 10 bilhões foram de um banco chinês. É o segundo maior empréstimo individual da empresa e ele diz que isso vai ser para investimento?

Ora, a Petrobras vinculou a venda do petróleo para pagamento, porque se não houvesse vinculação, não haveria dinheiro. A Petrobras, infelizmente, está sem crédito. Foram US\$ 30 bilhões em pouco mais de um ano. Onde está o dinheiro do povo? Ou seja, deputado Edison Andrino, o preço internacional do barril do petróleo caiu para US\$ 40, mas o combustível no Brasil não caiu. A Petrobras continua recebendo altas somas em dinheiro, um lucro exorbitante, tanto é que o governo federal quer meter a mão no dinheiro da Petrobras para resolver o problema de caixa interno. E ainda autoriza a Petrobras a contrair US\$ 30 bilhões de empréstimo, sendo US\$ 10 bilhões do governo chinês e US\$ 12 bilhões do BNDES?! O que é isso? E ainda não querem que se investigue a Petrobras? Isso é irresponsabilidade de um governo que não toma as devidas providências e que não investiga a fundo para onde está indo o dinheiro do brasileiro! Pagamos a gasolina muito caro e o agricultor paga o óleo diesel caro também.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra, pela ordem, a sra. deputada, Ana Paula Lima.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Sr. presidente, houve inversão na lista de inscritos? Eu estava inscrita e o deputado Marcos Vieira parece que era depois do deputado Pedro Uczai e depois desta deputada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - O sr. deputado Marcos Vieira trocou o horário com o deputado Elizeu Mattos.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Então, vou-me manifestar mais tarde, mas quero dizer que o presidente Lula é o cara! Se a Petrobras conseguiu esse empréstimo é porque é competente. Graças a Deus que o PSDB não ganhou as eleições, caso contrário essa empresa já estaria privatizada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Deputada Ana Paula Lima, pediria que quando v.exa. quisesse fazer um aparte solicitasse ao deputado que ocupa a tribuna e não ao presidente, pela ordem. E é um direito do deputado dar o aparte ou não, sra. deputada!

O Sr. Deputado Marcos Vieira - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Marcos Vieira.

O SR. DEPUTADO MARCOS VIEIRA - Gostaria de requerer o mesmo direito que a deputada Ana Paula Lima teve, de 30 ou 40 segundos, para dizer, sr. presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Pediria a compreensão de v.exa.

O SR. DEPUTADO MARCOS VIEIRA - Sr. presidente, somente gostaria de dizer que foi feito um acordo entre dois deputados o que, regimentalmente, é correto e não vejo o porquê do questionamento.

Quanto a Petrobras, sr. presidente, quero dizer que é um patrimônio da população brasileira e que estamos vendo, infelizmente, manchetes e manchetes nos jornais pelo país afora denegrindo a imagem de uma empresa pública.

O Sr. Deputado Pedro Uczai - Peço a palavra, pela ordem, para uma questão de ordem, sr. presidente!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra, pela ordem, para uma questão de ordem, o sr. deputado Pedro Uczai.

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - Quero saber (desculpe, deputado Edison Andrino, logo em seguida v.exa. irá pronunciar-se) se é regimental trocar a ordem das inscrições. Quem chega a esta Casa às 7h e inscreve-se tem preferência, senão teremos que rasgar a folha e virei às 11h para trocar com um deputado. Portanto, não se faz acordo entre deputados: ou se faz acordo entre líderes de bancada ou entre bancadas, com o consentimento da Mesa Diretora. O que o deputado Marcos Vieira está fazendo é um desrespeito conosco que chegamos antes aqui e inscrevemo-nos.

Portanto, não se trata de discussão acerca da Petrobras ou não, trata-se de uma questão regimental. A base do governo tem maioria aqui, mas não pode humilhar-nos, violentar-nos e desrespeitar-nos nesta Casa. O deputado Marcos Vieira tem que respeitar o que reza o Regimento Interno, porque não está respeitando! V.Exas. têm a maioria aqui, mas não nos respeitam como minoria. E respeitar a minoria é um princípio da democracia.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Deputado Pedro Uczai, não é regimental, quem fez a troca foi o vice-presidente quando estava presidindo a sessão. É feito acordo de líderes diariamente para haver trocas, e isso ocorre de

forma cortês entre os deputados. Mas se tivermos que usar o Regimento, eu proponho que a partir de hoje ele seja usado e não haja mais troca, pois me parece que é uma questão de cortesia, uma troca entre cavalheiros. É uma questão de bom senso dos deputados, mas não é regimental.

O Sr. Deputado Serafim Venzon - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - V.Exa. vai falar sobre o assunto? Eu pediria que esse assunto fosse encerrado.

Mas concedo a palavra, pela ordem, a v.exa.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Na condição de líder do PSDB e já que foi citado o deputado Marcos Vieira, com relação à permuta, se é regimental ou não, não posso discutir agora, mas é hábito na Casa essa prática. E o deputado Marcos Vieira não teve intenção, em absoluto, de ofender ou de passar na frente de qualquer outro pronunciamento de deputado. Meramente utilizou um expediente que é costumeiro nesta Casa. Agora, se adotarmos que fica proibida a permuta, então é outra coisa!

Por fim, sr. presidente, com relação ao teor do pronunciamento do deputado Marcos Vieira, eu também sou a favor.

A Sra. Deputada Professora Odete de Jesus - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente, para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra, pela ordem, para uma questão de ordem, a sra. deputada Professora Odete de Jesus.

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA ODETE DE JESUS - Sr. presidente, eu gostaria de saber se foi deliberado pela Mesa que agora só se lê o número do ofício e não mais o contexto. Solicito que v.exa. me informe, porque a população está acompanhando, quer saber e esta deputada também.

Então, como líder do PRB, quero saber se houve alguma deliberação da Mesa nesse sentido, porque só citam o número do ofício e não leem mais o seu conteúdo. Nós queremos, e a população que está atenta também, saber o conteúdo. Por isso, a minha reivindicação, sr. presidente.

Muito obrigada!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Deputada Professora Odete de Jesus, o teor do requerimento vai para o painel na íntegra para os deputados acompanharem; para o presidente vem apenas o número dos requerimentos deferidos.

Eu pediria que v.exas. compreendessem para darmos continuidade ao horário regimental.

O Sr. Deputado José Natal - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado José Natal.

Pediria, contudo, que v.exas. compreendessem que precisamos dar continuidade à sessão, respeitando o horário regimental.

O SR. DEPUTADO JOSÉ NATAL - Sr. presidente, eu quero ir em defesa, exatamente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Deputado José Natal, vamos deixar esse assunto para outro momento. Pediria a compreensão de v.exa.!

O Sr. Deputado Darci de Matos - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Darci de Matos.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Sr. presidente, quero registrar com muita satisfação a presença, neste plenário, do prefeito de Major Vieira, o amigo Israel Kiem; do prefeito de Bela Vista do Toldo, o amigo Adelmo Albertini, e do presidente da Câmara de Vereadores de Bela Vista do Toldo, vereador Francisco Carlos Schissel.

Sejam bem-vindos!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - O próximo orador inscrito para falar em Explicação Pessoal é o sr. deputado Edilson Andriano, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO EDISON ANDRINO - Sr. presidente e nobres srs. deputados, essa polêmica acerca da CPI da Petrobras, que se arrasta por Brasília e que, provavelmente, vai-se espalhar pelo estado inteiro, é uma coisa interessante. Eu acho que a Petrobras talvez seja a estatal mais importante do Brasil e uma das mais importantes do mundo, mas nem por isso ela está isenta de qualquer tipo de investigação. Não é porque ela é importante, fundamental e estratégica para a economia do Brasil, que não pode ser investigada.

É verdade - e eu estava em Brasília à época - que se tentou privatizá-la. Fizeram de tudo e não conseguiram. E eu não acredito que muitos dos senadores que assinaram a CPI, como Jarbas Vasconcelos e Pedro Simon, do PMDB, tenham interesse na privatização da Petrobras, apesar de tantos burburinhos sobre a má aplicação dos recursos.

Se for feita uma CPI séria, sem palanque eleitoral, será importante para todo mundo, até para o governo Lula, para ficar claro que não há problema nenhum, que não há irregularidades. Mas é importante que sejam apuradas essas denúncias constantes que dizem respeito à Petrobras.

Sr. presidente, eu apresentei um requerimento à Mesa a respeito das inscrições dos srs. deputados, dando oportunidade a todos de falar na tribuna da Assembleia Legislativa de Santa Catarina. Eu não concordo que o melhor critério para falar todos os dias é chegar primeiro na Casa. Eu até apresentei esse requerimento para que fosse mudado o Regimento Interno, pois entendo que temos que fazer um sistema de rodízio. Por que todos que chegam cedo aqui podem pronunciar-se todo dia e quem não chega cedo não merece falar?

Então, esse critério de chegar de manhã cedo para se inscrever para poder falar na tribuna desta Casa não é o melhor. Nós podemos fazer um sistema de rodízio. E por isso apresentei um requerimento para dar uma solução a isso e espero que a Mesa o analise. Se um deputado se inscreve hoje, outro deputado poderá inscrever-se amanhã, passando o primeiro para o final da fila, dando prioridade àqueles que não falaram ainda. Dessa forma, então, todos

terão direito de se manifestar na Assembleia Legislativa. Na minha maneira de ver esse é o critério mais justo, pois todos os deputados poderão ser contemplados aqui e inscrever-se no horário que quiserem.

Mas, sr. presidente, eu assomo à tribuna, hoje, para cumprimentar a comissão de Meio Ambiente, através do deputado Décio Góes, que se reunirá às 15h, em Urubici, uma das belas cidades de Santa Catarina, um dos municípios mais importantes para o turismo rural. Lá iremos encontrar-nos com a Aeronáutica, com o Deinfra, com a Santur, com a prefeitura municipal, com o setor empresarial ligado ao turismo naquela região, com a secretaria Regional, com a Câmara Municipal, para discutirmos uma estrutura condizente com a beleza natural do Morro da Igreja, que é uma das regiões mais bonitas de Santa Catarina.

Eu sempre digo que o Morro da Igreja só perde para a Lagoa da Conceição. Quando você chega ao morro da Lagoa da Conceição e olha o mar, para a ilha do Xavier, para a ilha do Campeche, para as dunas em forma de coração banhando a lagoa ou a lagoa banhando as dunas, percebe que é um lugar paradisíaco. E o Morro da Igreja também é de uma beleza impar, uma natureza completamente diferente da natureza da Lagoa da Conceição.

E nós, que falamos tanto em turismo rural, que valorizamos a serra de Santa Catarina, temos que valorizar também o Morro da Igreja, que é um grande atrativo daquela região, além de outros atrativos naturais como cachoeiras etc.

Entretanto, quando se chega lá, vê-se que não há a mínima estrutura, pois nem se consegue fazer a volta do automóvel, do ônibus porque ali se encontra uma base da Aeronáutica que não tem nada a ver com segurança nacional. Existem lá terrenos que podem ser usados como estacionamento ou para uma estrutura de banheiro público. Além disso, deputado Serafim Venzon, há risco para as pessoas que lá chegam, porque se trata de um penhasco enorme, com 1.600m de altitude. Não há a mínima segurança para os turistas, para as pessoas da universidade e para os pesquisadores que visitam aquela região. Precisamos fazer uma estrutura, um deck de madeira, aproveitando a natureza local, para dar segurança às pessoas que desejam observar a natureza.

Então, essa audiência pública tem como objetivo exatamente dar uma estrutura mínima àquela região.

Por isso, quero cumprimentar o deputado Décio Góes, que é o presidente da comissão, e dizer que daqui a pouco vamos deslocar até Urubici para participar dessa audiência pública, para a qual convido os demais deputados, porque é fundamental ajudarmos a melhorar a estrutura daquele local.

Mas aproveitando ainda os três minutos e meio que me restam, sr. presidente, eu queria falar um pouco sobre a safra da tainha que começa agora no litoral catarinense.

O Ibama inventa muita coisa. Não estou falando da diretoria do Ibama, do Américo, por quem tenho o maior carinho. Estou falando do corpo técnico, que inventa

muita coisa, e não é de agora, é uma coisa histórica. Eles transferiram o início da Festa da Tainha de 1º de maio, que era uma data histórica, escolhida pelos nossos antepassados, os pescadores antigos, para 15 de maio. Nós perguntamos por que motivo foi mudado o dia dessa festa, mas não há resposta, não há explicação!

Além disso, o limite da pesca de rede de malha era 1.800m, que é o limite para a pesca industrial. Agora o limite para o pescador artesanal, que também pesca com rede de malha, não com barcos do tamanho dos barcos industriais, mas com pequenos botes, com pequenas baleeiras, foi revertido para 800m, o que também está errado.

Esse é um setor no qual milito, pois já pesquei profissionalmente, e isso está errado porque hoje a pesca de praia, de arrasto, existe em poucos pontos pesqueiros de Santa Catarina. Bem poucos pescadores artesanais ainda usam, infelizmente, a rede de praia, que tem de ser mantida como tradição, que é a mais justa, que é a que distribui melhor o pescado produzido, porque ali todo mundo ganha, deputado Serafim Venzon: quem chega, quem ajuda a puxar a rede, o turista que passa, a senhora que está olhando, enfim, todo mundo leva um peixe daquele arrasto.

Mas a rede de malha do pescador artesanal aparece para concorrer com a pesca industrial, e não pode ter um limite de 800m! Isso está errado! Cada praia é uma realidade! Por exemplo, na praia do Moçambique, na Barra da Lagoa existe uma rede de praia e se você balizar só a praia não haverá como colocar 800m porque irá prejudicar a pesca artesanal do pescador que usa rede de malha, que terá de concorrer com a pesca industrial.

Então, eu acho que isso tem que ser mais bem conversado e discutido com muita antecedência.

Nós participamos de uma reunião na comissão da Pesca presidida pelo deputado Padre Pedro Baldissera e na véspera da abertura da pesca da tainha é que se foi discutir balizamento. Isso tinha que ser discutido dois, três meses antes! Não balizaram, deputado, ainda as praias! Mas pode ser feito um acordo com o pescador que pesca de canoa, que arrasta na praia, com o de rede de malha, como também com os surfistas, que de igual forma fazem parte desse acordo. São somente dois, três meses até o dia de São Pedro, se não me engano, dia 29 de julho, época em que se encerra a pesca da tainha.

Então, eu chamo aqui a atenção do Ibama para que no próximo ano faça essas tratativas, esses acordos com antecedência.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dagomar Carneiro) - Com a palavra o próximo orador inscrito, sr. deputado Pedro Uczai.

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - Sr. presidente, srs. deputados, sra. deputada, eu quero aqui falar sobre dois temas. O primeiro diz respeito a uma resposta ao deputado Marcos Vieira.

Concordamos que ele faça uso das notas taquigráficas dos pronunciamentos dos parlamentares, pois todo pronuncia-

mento é público, aberto e transparente. Mas ele também precisa construir uma relação de honestidade com o pronunciamento que foi produzido pelo deputado Padre Pedro Baldissera sobre as justas reivindicações que os pequenos agricultores do oeste de Santa Catarina estão buscando em Brasília, porque em nosso estado, no governo do qual o deputado Marcos Vieira faz parte também - inclusive, foi secretário de estado -, os movimentos sociais já desistiram. Nem o governador recebeu e nem as reivindicações foram atendidas; as de quatro anos atrás foram atendidas, mas as de três anos atrás o governo do deputado Marcos Vieira não atendeu.

A pauta de reivindicações de um ano atrás precisa de crédito e o governo do estado precisa também fazer parte das políticas públicas do governo federal. A construção de cisternas tem financiamento do Pronaf, do governo federal; no Projeto Luz para Todos, a maior parte do financiamento é do governo federal, e assim por diante.

Então, o deputado Marcos Vieira, do PSDB, do governo do estado, que faz crítica ao governo do presidente Lula - é inimigo do presidente, mas não há problema, isso faz parte da democracia -, fez um pronunciamento da superestrutura quando o deputado Padre Pedro Baldissera se estava referindo ao Congresso Nacional. E ele fez uma crítica ao Congresso. Mas a reforma política não vai sair porque os deputados que são contra querem continuar negociando, como os deputados aqui. E eu vou pegar algumas emendas de projetos, de negociações que ocorreram aqui! É por isso que eles são contra a reforma política.

Nós vamos começar a apresentar emendas a projetos desta Casa, para saber qual o destino que será dado e vou mostrar nesta tribuna para aqueles que não querem a reforma política. O deputado Padre Pedro Baldissera sempre disse que era necessário fazer a reforma política, mas ela não vai sair porque o Congresso não quer; ele quer continuar fazendo negociata, emendas, para fazer governabilidade.

Deputado Marcos Vieira, v.exa. pode continuar fazendo uso dos discursos dos meus colegas parlamentares, mas coloque-os dentro do contexto!

E a Petrobras? Que alegria, presidente Lula, saber o crédito, a confiança que os países têm nela! Tanto é verdade que a China liberou US\$ 10 bilhões para a Petrobras, uma empresa que tem lucro e que, portanto, é eficiente. Ou v.exas. são contra que uma empresa de capital aberto tenha rentabilidade? Se ela tivesse prejuízo, deputado Marcos Vieira - e v.exa. dizia que a Petrobras estava falida -, vocês diriam que era ruim, mas se ela tem lucro, é eficiente, isso é problema também?! Conseguir um crédito de US\$ 10 bilhões da China não é para qualquer empresa, não é para qualquer país, não é para qualquer presidente.

Presidente Lula, parabéns! V.Exa. tem crédito e tem a confiança não só do povo brasileiro, como do mundo todo, e de um dos países economicamente mais viáveis do planeta, a China! Parabéns, presidente Lula, porque está levando essa imagem e não o entreguismo, o neoliberalismo, a privatização do governo anterior, do dr. Fernando Henrique Cardoso.

Agora, no mês de maio, entraram no Brasil US\$ 2 bilhões em investimento de capital estrangeiro. Esse valor é um recorde porque o Brasil merece confiança. Mas por isso eles querem privatizar a Petrobras, por isso eles querem desmoralizá-la. Uma empresa de capital aberto significa ações no mercado, significa dizer que não é o PSDB, não é o governo neoliberal de Fernando Henrique que eles querem que volte a governar este país. Porque a Vale do Rio Doce, a maior empresa do mundo, eles entregaram em 45 dias e consumiram o dinheiro da sua privatização. Eles não conseguiram privatizar a Petrobras porque houve uma reação do povo brasileiro. E agora questionam por que o presidente Lula conseguiu US\$ 10 bilhões de uma das maiores economias do mundo. Questionam também por que a Petrobras teve lucro, por que está desenvolvendo o pré-sal. E a Petrobras vai investir o dinheiro do pré-sal, como diz o presidente Lula, em saúde, em educação. É por isso que o PSDB, que os opositores, que os inimigos do presidente Lula estão muito nervosos, porque ele continua com 80% de aprovação, diferentemente do segundo governo de Fernando Henrique que, depois de janeiro de 99, quando desvalorizou o real, perdeu moral, perdeu crédito, perdeu popularidade e perdeu apoio.

Sr. presidente, catarinenses, quero aqui divulgar que será realizado o encontro Sustentar 2009. No ano passado realizamos o Sustentar 2008, que foi um grande sucesso. Neste ano, deputado José Natal, o Sustentar 2009 será realizado entre os dias 27 e 29 de maio. Já estamos com 458 inscritos, cuja inscrição foi feita eletronicamente pela Assembleia Legislativa. Trata-se de uma promoção desta Casa, através da comissão do Meio Ambiente, presidida pelo deputado Décio Góes, e da comissão de Economia, Minas e Energia, presidida pelo deputado Silvio Dreveck. Este deputado está humildemente contribuindo e colaborando com a coordenação do evento.

Então, há mais 100 vagas para quem quiser ainda se inscrever gratuitamente para participar desse encontro, que será realizado na semana que vem. A abertura será na quarta-feira à noite, com representações de entidades e lideranças políticas de Santa Catarina e do Brasil; na quinta-feira será dada continuidade e na sexta-feira teremos o encerramento.

O livro *Inevitável Mundo Novo*, que só vou mostrar porque vai ser lançado no Sustentar 2009, é fruto do resultado do Sustentar 2008. O sucesso foi tanto que acabamos produzindo esse livro. Eu tive a alegria e o prazer de coordenar, de organizar um livro que trata da relação entre as energias renováveis, a produção de alimentos e o futuro do planeta.

Na semana que vem cada parlamentar vai ter acesso a um volume e no dia 28 à noite vamos fazer o lançamento desse livro, que tem a grande colaboração e parceria do sistema cooperativista da Aurora, que tem sido nossa parceira nesse debate. Inclusive, ela tem *know-how* em energias renováveis e produziu experiências novas em geração de energia limpa, dando um exemplo concreto e prático e sendo parceira na publicação do livro *Inevitável Mundo Novo*.

Então, estou divulgando o Sustentar 2009 e convidando aqueles que desejarem participar a se inscrever. Traremos ao conhecimento de todos experiências de Portugal, como a maior central fotovoltaica do mundo, que gera 46MW em 252ha de terra, como estratégia de desenvolvimento de uma região. E junto com a central há uma fábrica de placas fotovoltaicas para a implantação de novos empreendimentos e uma nova empresa constituída entre o poder público e privado, para construir na região novas alternativas a partir da energia solar. Inclusive, vamos mostrar a experiência de um relógio mantido e movido por energia solar, assim como lanternas e máquinas de calcular movidas por energia solar, substituindo as baterias que produzem problema ambiental.

Então, vamos fazer do Sustentar 2009 um grande sucesso, como foi o Sustentar 2008. E vamos...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dagomar Carneiro) - Com a palavra o sr. deputado Serafim Venzon, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Sr. presidente, sra. deputada, srs. deputados, prezados catarinenses que nos acompanham pela TVAL e ouvem-nos pela Rádio Alesc Digital, eu queria fazer uma saudação muito carinhosa ao prefeito Fridolino Nitz, do PSDB, do município de Witmarsum, que vem acompanhado do presidente do nosso partido, sr. Waldemar Erthal, da primeira-dama, sra. Anita, e também da Marilete.

Quero saudar ainda a delegação de Treviso, o Nei Buogo, ex-secretário do nosso amigo e correligionário Clésio Salvaro, o vereador Rodrigo Fenili, o vereador Marcos Cesconetto e o ex-vereador Eliezio de Lorenzo.

Saudamos essas duas delegações que vêm à Assembleia Legislativa e ao governo do estado trazer suas reivindicações e seus projetos, e em nome delas saudamos todos os catarinenses que acompanham os nossos trabalhos no dia de hoje.

Quero saudar os estivadores e os diretores do porto da Laguna que, juntamente com o deputado Décio Góes, representante do sul do estado na Frente Parlamentar de Logística Portuária, elaboram uma reunião para o dia 9 de junho, uma grande reunião, para discutir questões acerca do porto de Laguna. E o deputado Moacir Sopena está também organizando um evento com os estivadores e diretores do porto de São Francisco do Sul, para o dia 25 do mês que vem. Aliás, essa Frente Parlamentar de Logística Portuária vem a cada dia tendo uma agenda mais apertada, mais premente, devido às inúmeras necessidades que estão aparecendo. E se aparecem, é para que a nossa Casa resolva.

Quero ainda destacar a presença do ex-prefeito de Santo Amaro da Imperatriz, o Nelsinho. Aliás, ele e vários ex-prefeitos de Santa Catarina estão formando uma associação de ex-prefeitos, até porque hoje em dia ser prefeito, ser governador ou presidente e, imagino, até secretário de

estado, resulta em muitos processos durante o mandato, os quais, depois, ficam durante oito anos, dez anos, 15 anos, perturbando até que sejam desembaraçados.

Vejo aqui o deputado Décio Góes assinalando com a cabeça, eis que ele foi prefeito de Criciúma e certamente tem casos assim. São casos que depois de resolvidos até parece que não haveria necessidade de se ter elaborado o processo. Inclusive, o governo de Santa Catarina, o governador Luiz Henrique da Silveira, vai encaminhar a esta Casa um projeto inovador no sentido de modificar um pouco essa realidade. A PGE, a Procuradoria-Geral do Estado, quando algum secretário está envolvido em ações do governo, em decisões governamentais...

O presidente da Fatma, o presidente de um órgão ambiental ou de qualquer secretaria muitas vezes teme tomar alguma decisão, porque terá que bancar, sozinho, um processo que é de responsabilidade de todos. E cito a Fatma porque nas questões ambientais existe uma ambiguidade muito grande sobre conceitos, até onde pode e até onde não pode, o que é e o que não é.

Na Vigilância Sanitária também existe essa ambiguidade. São decisões muito pessoais de quem está vendo, de quem presencia o fato no momento, mas que depois pode enfrentar processos intermináveis. E quem tem que bancar tudo isso é o próprio secretário, às suas próprias custas.

Então, o governo de Santa Catarina encaminhará à Assembleia projeto que prevê que a defesa de membros do governo em função de processos legais decorrentes de decisões tomadas no exercício do cargo, no cumprimento da função, caberá também à PGE.

Quero lembrar ao nosso amigo, deputado Paulo Bauer, que fiz hoje uma indicação ligada a sua área. Santa Catarina tem 1.300 escolas, dessas 1.300 não sei se algumas têm fotocopiadora, por exemplo, para atender a necessidade dos alunos. Nós muito falamos em qualidade da nossa escola, e entre as premissas para uma boa escola estão uma biblioteca, uma refeição de qualidade, a qualificação e a motivação do professor, e a deputada Professora Odete de Jesus pode falar melhor sobre isso, pois é professora. Mas existem inúmeras ações que precisam ser empreendidas no sentido de melhorar a qualidade do ensino. Uma delas é disponibilizar, naturalmente com limites, fotocopiadoras nas escolas, para permitir que o aluno copie algo, duas ou três folhas para levar para casa e preparar o trabalho ou para o professor elaborar uma prova. Enfim, há inúmeras utilidades, e tenho certeza de que, se tivermos a fotocopiadora, vai melhorar bastante a qualidade do ensino.

Outro fator que preciso citar diz respeito ao telefone celular, que hoje, para o diretor da escola, é uma necessidade e não um luxo. Não é o fato de termos escolas para reformar, porque no meio de 1.350 escolas temos sempre oito, dez, 15 novas para construir e umas 50 para arrumar, que não nos permite implantar celular na escola.

Se imaginarmos uma empresa,

veremos que não existe nenhuma em Santa Catarina que tenha o tamanho da secretaria da Educação. O maior empresário, o maior chefe de departamento de pessoal de Santa Catarina é o deputado Paulo Bauer. Portanto, não podemos usar a justificativa de que enquanto tivermos uma escola para reformar ou uma carteira quebrada, no meio de milhões de cadeiras que temos e que sempre estamos repondo, não poderemos fazer outras coisas pela Educação.

Toda vez que um diretor de escola entra em contato com a secretaria da Educação, seja diretamente com a secretaria ou através da SDR, claro que está sendo para melhorar a sua escola.

Mas o meu pedido é no sentido de dar um celular ao diretor de escola, porque tenho certeza de que vai melhorar a qualidade do ensino, até porque os pais terão melhor acesso à direção da escola, a começar pela cabeça da direção, que é o secretário da Educação. Por isso fiz essa reivindicação.

Por último, quero destacar o assunto Petrobras. Não quero nem entrar muito no mérito de haver ou não uma CPI. Se o prefeito pode ser questionado, pois os vereadores têm o prefeito na mira; se o governador é questionado a todo instante, eis que existem os 40 deputados, a sociedade, o Ministério Público e uma tropa de gente querendo pegar qualquer deslize desses administradores públicos, porque eles estão administrando a coisa pública; por que a Petrobras não pode ser questionada?

Cadê a Câmara Federal? Existe uma Câmara Federal fiscalizando a Petrobras? Existe uma Assembleia Legislativa fiscalizando as ações da Petrobras? Existe um Ministério Público que tenha entendimento para fiscalizar todas as ações da Petrobras?

No entendimento da população há uma grande questão: se a gasolina tinha esse preço de agora quando o barril custava US\$ 150, como é que aumentou 10% com o barril custando apenas US\$ 40? Claro que existe uma grande indignação por parte da população, e certamente uma CPI vai ajudar a entender um pouco o caso.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dagomar Carneiro) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Joares Ponticelli, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Sr. presidente, sras. deputadas e srs. deputados, trago alguns assuntos à tribuna, na manhã de hoje, que me preocupam e demonstram, deputado Reno Caramori, mais uma vez, que as coisas neste governo estão cada vez mais fora de controle quanto à transparência e o cumprimento da legislação, avolumando-se, cada dia mais, as suspeitas da corrupção que começa, parece-me, a se espalhar pelo governo por toda Santa Catarina, deputada Professora Odete de Jesus.

Uma notícia veiculada no jornal *Diário Catarinense*, desta quinta-feira, na página 33, tem a seguinte manchete: "Centro multiuso tem problemas no edital".

Deputado Dagomar Carneiro, o Tribunal de Contas do Estado determinou que a secretaria de estado de

Desenvolvimento Regional da Grande Florianópolis suspenda o edital de concorrência para a construção do centro multiuso no trevo de Canasvieiras, devido à constatação de 20 irregularidades. A maioria delas contraria a Lei de Licitações. O secretário Valter José Gallina tem 15 dias, a contar da decisão, que é de ontem, para corrigir o edital ou anulá-lo. São 20 irregularidades em um edital, deputada Ana Paula Lima. E o Tribunal de Contas mandou o secretário Gallina corrigi-las, que é aquele que se diz o melhor secretário de Desenvolvimento Regional do Brasil. Como só existe secretário de Desenvolvimento Regional em Santa Catarina e ele diz que é o melhor daqui, portanto, é o melhor do Brasil.

Como dizia, essa notícia, vergonhosamente, consta do *Diário Catarinense* e da nota do Tribunal de Contas divulgada no dia de ontem. São 20 irregularidades no mesmo edital. Então, o governador Luiz Henrique que controle o seu governo, porque a maracutaia começa a se espalhar por toda Santa Catarina!

Também foi divulgada, deputado Reno Caramori, uma notícia, pelo Cesar Valente, com a seguinte manchete: O super-hipermegaevento. O preço da fama: o governador Luiz Henrique mandou pagar, sem licitação, pasmem, R\$ 521 mil para participar do evento do João Dória Júnior, chamado 8º Fórum Empresarial de Comandatuba. São R\$ 521 mil, deputada Ana Paula Lima, sem licitação, para sentar-se à mesa de autoridades, para posar para a revista *Caras* e aparecer no Fórum de Comandatuba. Meio milhão de reais, deputado Reno Caramori, para aparecer na foto do evento do João Dória Júnior!

Tribunal de Contas, Ministério Público, ajudem-nos! Já estamos encaminhando a denúncia. Precisamos de ajuda para buscar transparência para isso.

Na coluna do Moacir Pereira de terça-feira, deputado Reno Caramori, há o seguinte título: "Equívocos a eliminar". O jornalista discorre sobre os diversos equívocos havidos na ocasião do WTTC, como motoristas de Porto Alegre para atender as autoridades aqui, deputada Ana Paula Lima, bufê de Curitiba, organização do evento feita por uma empresa de São Paulo. Para servir café, contratar uma empresa de São Paulo?

Foi um evento muito badalado, que ninguém sabe ao certo quanto custou. Fala-se que custou de R\$ 12 milhões a R\$ 20 milhões! De R\$ 12 milhões a R\$ 20 milhões! Importante, sim, mas sem transparência nenhuma. E agora se descobre que para o cafezinho foi contratada uma empresa de São Paulo; o bufê, aliás, muito criticado, foi de uma empresa de Curitiba, desprestigiando a nossa cozinha, a nossa gastronomia, em que somos referência.

Foi um evento de turismo que deveria projetar a nossa capital, a nossa gastronomia, mas foi contratada uma empresa de Curitiba para servir a comida; os motoristas vieram de Porto Alegre para transitar com autoridades aqui, na capital dos catarinenses. Enfim, o emprego e a renda gerados foram para as pessoas de fora, o que demonstra que este governo perdeu o controle.

Governador Luiz Henrique, não sei se o senhor está preocupado demais com o

processo de Brasília, se está só pensando nisso, se isso marcou demais o seu governo, porque é sacanagem espalhando-se por toda Santa Catarina.

Por fim, deputado Reno Caramori, não é o linguarudo Reno Caramori, da Oposição, que vai falar nem o Joares Ponticelli, é a coluna do Prisco Paraíso, no último sábado, deputada Professora Odete de Jesus, que diz o seguinte:

(Passa a ler.)

"Bandeira - O Centro Administrativo não quer perder o foco da descentralização, principal bandeira do governo Luiz Henrique.

Além de reuniões regionais com técnicos das SDRs, outra ação está sendo desenvolvida pela secretaria de Coordenação e Articulação: o titular Valdir Cobalchini visita uma secretaria de Desenvolvimento Regional a cada sexta-feira.

Juntamente com o secretário da pasta, Cobalchini atende a todos os prefeitos, dando encaminhamento aos pleitos já aprovados pelo Conselho de Desenvolvimento Regional.

Ontem, a maratona foi na cidade de São Lourenço do Oeste."[sic]

Deputada Professora Odete de Jesus, esta nota por si só recomenda o imediato fechamento das 36 SDRs. Agora, o próprio governo, deputado Dagomar Carneiro, está reconhecendo que não funciona. Aliás, o deputado Nilson Gonçalves disse aqui, no dia 14 de maio, que poderiam fechar, porque não vão fazer falta. Até deputados da base do governo já estão reconhecendo que isso é só politichal, é só cabide de emprego. E agora o governador manda o secretário Valdir Cobalchini, todas as sextas-feiras, ir para uma SDR diferente ouvir os prefeitos e dar encaminhamento para os projetos lá aprovados.

Deputada Professora Odete de Jesus, é a farsa da descentralização se despiando, é a máscara dessa grande mentira, dessa caríssima mentira que consome R\$ 150 milhões por ano, só para manter a porta aberta! E agora tem que mandar uma espécie de subgovernador, de primeiro-ministro, não sei qual o título que se daria para o secretário Cobalchini, a cada sexta-feira, atender numa SDR.

O deputado Reno Caramori lembra que ele é candidato também nas eleições do ano que vem. Mas ele não deve ter nenhum interesse eleitoral nessa ação. Isso deve ser uma ordem do governador para ver o seu governo funcionar um pouquinho mais, já que as SDRs afundaram. Afundaram junto com o governo que começa ver a lama espalhar-se por toda Santa Catarina.

Deputado Reno Caramori, espero que consigamos ter, no Tribunal de Contas do Estado e no Ministério Público, os parceiros para começar a apurar, porque Santa Catarina está cansada de ver tantas denúncias que aqui trazemos, já que na prática são poucas ações que faz o governo para tentar corrigir o rumo, pelo menos nessa reta final.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dagomar Carneiro) - Ainda em Explicação Pessoal, a próxima oradora inscrita é a

eminente deputada Professora Odete de Jesus.

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dagomar Carneiro) - Com a palavra, pela ordem, a deputada Ana Paula Lima.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Sr. presidente, apenas para fazer o registro da presença e dar boas-vindas ao sr. Wilson, da cidade de Blumenau, aqui representando também a Associação de Micro e Pequenas Empresas daquele município.

Muito obrigada!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dagomar Carneiro) - Está feito o registro da deputada Ana Paula Lima.

Com a palavra a deputada Professora Odete de Jesus.

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA ODETE DE JESUS - Sr. presidente, deputado Dagomar Carneiro, demais integrantes da mesa, sras. deputadas Ana Paula Lima e Ada De Luca, deputado Reno Caramori, recebi a cópia de um artigo de jornal do digníssimo promotor de Justiça, dr. Trajano, que é responsável pela defesa do consumidor, que vou ler. Mas este exemplar eu recebi da nossa amiga Jamile, da Assembléia Legislativa.

Quero dizer que li muito atentamente o artigo que fala sobre a defesa do consumidor, do desrespeito com que o consumidor está sendo tratado. Gostaria que v.exas. atentassem para a leitura desta deputada.

(Passa a ler.)

"Tenho notado, em recentes compras de supermercado, produtos em oferta especial, por preços bem atrativos. Vou verificar o prazo de validade, e das duas uma: ou já estão vencidos ou prestes a vencer.

Mesmo quando não há descontos no preço, os produtos à frente da prateleira, que, naturalmente, seriam nossas escolhas imediatas, também estão nessas condições.

É o golpe dos prazos de validade, muito mais sério e perigoso do que se possa imaginar. Porque, ao contrário do que muitos consumidores pensam, a validade dos produtos não é definida aleatoriamente. Há estudos para estipular a duração de suas características, sujeitas à natural deterioração provocada pelo tempo, pela temperatura e por condições de armazenamento.

Isso ocorre mesmo em um momento em que o consumidor dispõe de muito mais informações na hora de escolher um produto. Embora os rótulos e embalagens ainda estejam distantes do ideal, hoje eles contêm mais dados fundamentais para nortear nossa escolha, principalmente de alimentos, artigos de higiene e limpeza e medicamentos.

Alimentos vencidos podem provocar intoxicações alimentares e seus indesejáveis sintomas, como vômitos e diarreia.

Produtos de limpeza fora do prazo são igualmente perigosos, pois, normalmente, já têm ação abrasiva, tóxica ou corrosiva."

Então, quero dizer a v.exas. que também com relação aos medicamentos

precisamos ter muita cautela. Estive verificando nos supermercados - por enquanto estou dando uma olhadinha -, e a lei que foi aprovada nesta Casa Legislativa, de autoria desta deputada, com o aval de todos os meus colegas parlamentares, sr. presidente, em muitos deles não está sendo cumprida.

(Continua lendo.)

"Que a população fique bem atenta para os produtos promocionais. Refiro-me à Lei. n. 13.098, de 2004, aprovada por todos os srs. deputados e sancionada pelo governador do estado. Temos que ficar muito espertos, porque nas prateleiras, deputado Reno Caramori, há bilhetinhos que para ler a data de validade temos que usar uma lupa de tão pequenos e às vezes o consumidor não enxerga direito porque aquela anotaçãozinha está muito pequena.

Isso é um desrespeito à população, ao trabalhador que levanta cedo, que arregança as mangas, que vai cansado ao supermercado fazer as suas compras e, claro, vai procurar os produtos promocionais porque ganha um salário miserável. Ai, quando chega em casa, tem que colocar o produto que comprou na lata do lixo porque está fora do prazo de validade.

Então, chamo a atenção de v.exa., sr. presidente e todos os parlamentares desta Casa, porque nós aprovamos essa lei e ela está aí para ser cumprida.

O dr. Trajano, do Ministério Público, teve a atenção de enviar ao meu gabinete uma cópia do jornal *Folha de S.Paulo*, e vou estar muito atenta para denunciar, desta tribuna, os supermercados que não cumprirem a lei. Nós temos que fazer isso, não estamos aqui para passar a mão na cabeça de ninguém, somos os fiscalizadores do dinheiro público e do dinheiro do trabalhador também.

Então, quero deixar registrada essa manifestação sobre os produtos promocionais, os enlatados, os produtos de higiene pessoal e os outros produtos que são colocados nas prateleiras fora do prazo de validade. A população pode até estar contraindo uma doença, uma alergia incurável, devido a esses produtos que não possuem o prazo de validade correto."

Deixo a minha manifestação e vamos ficar atentos porque o Ministério Público também está de olho!

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dagomar Carneiro) - Com a palavra o próximo orador inscrito, eminente deputado caçadoreense Reno Caramori, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO RENO CARAMORI - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas Ana Paula Lima e Professora Odete de Jesus, fazendo justiça, queremos mais uma vez cumprimentar o presidente do Conselho Regional de Contabilidade, o contabilista Sérgio Faraco, pela bela festa homenageando alguns contabilistas renomados e experientes.

Foi uma solenidade realmente digna dos contabilistas, foi muito bem elaborada, muito concorrida. Queremos cumprimentar mais uma vez os homenageados de ontem, o meu amigo Sérgio Faraco e sua equipe, que organizaram aquela bela

comemoração em homenagem a pessoas ligadas aos contabilistas e aos economistas de Santa Catarina.

Mas, sra. deputada e srs. deputados, por algum tempo calei-me para pelo menos dar uma trégua a quem nos critica tanto, a quem critica os bombeiros voluntários, cuja causa eu compartilho e tenho defendido. As corporações de bombeiros voluntários da sociedade civil, de bombeiros voluntários de Santa Catarina, do Brasil e do mundo, são realmente as corporações que mais funcionam. Há dias quero fazer esse registro neste plenário, mas, em virtude do horário e de outras matérias, não tive condições de fazê-lo, sr. presidente. Por isso hoje eu o faço.

Eu recebi aqui uma nota divulgada pela imprensa a pedido do comando e da presidência dos Bombeiros Voluntários de Barra Velha, do meu grande amigo, grande comandante daquela corporação, Vânio César Mattei.

A nota na imprensa diz o seguinte.
(Passa a ler.)

"Fofoca de que Bombeiro Voluntário irá fechar.

A diretoria dos Bombeiros Voluntários vem a público informar acerca de boatos e fofocas de que o Bombeiro Voluntário irá fechar (acabar). Muitas pessoas preocupadas têm nos procurado para perguntar 'o Bombeiro Voluntário vai fechar?'

Diante do exposto, sentimo-nos obrigados a nos dirigir aos moradores de Barra Velha e de São João do Itaperiú, para afirmar que seu Bombeiro Voluntário nunca esteve tão sólido como está agora.

A instituição atualmente não possui dívidas, tem um dos melhores parques de materiais emergenciais da região, com 30 bombeiros voluntários e o quartel está recebendo reformas.

A entidade possui: duas ambulâncias, dois caminhões de combate a incêndio, um *jet-sky*, um barco, nove roupas completas de aproximação para combate a incêndios, dois equipamentos de respiração autônoma, 30 profissionais devidamente treinados, dois mergulhadores profissionais, seis salva-vidas, uma enfermeira padrão e dois técnicos de enfermagem.

O comandante é instrutor em nível federal de salvamento e combate a incêndio."

Senhores, a instituição está passando por um processo de modernização, tem elaborado desde 2006 um plano de trabalho e de expansão, que prevê desde a criação de um subquartel no vale do rio Itapocu e até projetos voltados para a terceira idade.

Sexta-feira, 10 de maio, estive no quartel um casal de Curitiba, que tem casa de veraneio em Itajubá, verificando as reais condições da entidade, pois ficaram preocupados com os boatos e pediram à direção dos bombeiros voluntários anônimo até que as fofocas sejam devidamente apuradas.

O comandante instaurou uma comissão para identificar a origem e/ou quem está difamando a instituição, pois uma vez identificados certamente serão acionadas judicialmente. Esse procedimento visa a manter o bom nome do corpo de

bombeiros voluntários e da própria comunidade que mantém com justificado orgulho uma das entidades mais atuantes no litoral. O comandante adianta que alguns nomes já foram identificados, estamos aguardando apenas o levantamento de provas.

A fofoca é uma praga que se propaga com a velocidade da luz e tem o poder destrutivo de um furacão. Por causa dela, a reputação de uma instituição pode ser abalada. A inveja e a fofoca são como um sapo: tem olhos grandes e está sempre na lama.

A boa notícia é que dentro de aproximadamente seis meses iremos receber a doação de mais uma ambulância, de outro caminhão de combate a incêndios e possivelmente de um *pick-up*, para apoio nas emergências nas áreas rurais.

Voltamos a repetir: a corporação dos Bombeiros Voluntários de Barra Velha nunca esteve tão sólida como está agora.

Assina a assessora Fernanda Aviz e o presidente e comandante daquela corporação Vânio César Mattei.

Deputadas Professora Odete de Jesus e Ana Paula Lima e deputado Dagomar Carneiro, que preside esta sessão, é lamentável que existam aqueles que ainda busquem as corporações organizadas para fazê-las incorporar-se às corporações oficiais.

Governador, mais uma vez faço-lhe um pedido: determine aos seus comandados que não incomodem as corporações de bombeiros voluntários, que prestam um trabalho tão importante à comunidade e que custam tão pouco para o governo, a exemplo da corporação de Campo Belo do Sul, que frequentemente está sendo incomodada. Deixem essas corporações de voluntários trabalharem. As prefeituras, as Câmaras de Vereadores têm dado todo o apoio necessário. O empresariado de cada município, de cada região tem apoiado, porque conhece o seu trabalho. A comunidade toda participa através de mensalidades que são recolhidas no pagamento da água ou no pagamento da luz. São colaborações espontâneas da própria sociedade, que auxilia a manutenção dessas corporações.

Precisamos deixar essas pessoas abnegadas trabalharem. São anjos da guarda, gratuitamente, prestando um trabalho para a comunidade.

Por isso, faço este registro e cumprimento aqui o sr. Vânio Mattei. Eu o conheço e também sua corporação. São pessoas idôneas, responsáveis, com alta qualificação, que usam o seu tempo precioso de lazer em benefício da sociedade, da comunidade. Enquanto outros ficam com a família mercedamente, eles estão treinando, porque todos são voluntários. Só fica na sede, sendo remunerado, quem faz o plantão. O restante são pessoas que pertencem a empresas de toda sorte e que estão à disposição. E eles só têm tempo para treinamento após o serviço e nos fins de semana, mas recebem treinamento devidamente organizado e autorizado pelas autoridades competentes da área.

Parabéns sr. Mattei!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dagomar Carneiro) - Com a palavra a sra. deputada Ana Paula Lima, representante do vale do Itajaí, por até dez minutos.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Sr. presidente e srs. deputados, público catarinense que nos acompanha pela TVAL, pela Rádio AleSC Digital, sr. Wilson que prestigia a sessão aqui no Parlamento catarinense, fui presidente do Fórum de Solidariedade e pela Reconstrução das Cidades Atingidas pelas Enchentes e Deslizamentos e fui incansável na reivindicação dos recursos em nível municipal, estadual e nacional.

No dia 23 de maio completará seis meses a tragédia que atingiu nosso estado. E, infelizmente, há pessoas que ainda sofrem. O deputado Joares Ponticelli falou dos milhões gastos com eventos. Mas quero dizer que em Blumenau ainda há pessoas nos abrigos provisórios. São milhares de famílias que ainda vivem coletivamente em galpões. Dias atrás um desses abrigos pegou fogo, deputada Professora Odete de Jesus, as pessoas queriam sair e o portão estava fechado com cadeado. Imaginem a desgraça que iria acontecer em Blumenau. Há seis meses famílias estão em abrigos com seus filhos e o problema ainda não foi resolvido.

Por isso é que, incansavelmente, enquanto ainda houver uma pessoa sofrendo, eu não posso calar a minha voz.

Aproveito também para saudar os alunos da Escola Básica Municipal Visconde de Taunay, de Blumenau, que se fazem presentes no Parlamento catarinense. Sejam bem-vindos à capital do estado. O nosso sonho é que vocês possam ser deputados futuramente, representando o povo catarinense. Essa escola está localizada na rua Franz Volles, em Blumenau, e orgulha-nos muito.

(Passa a ler.)

"Sr. presidente, esta semana fomos surpreendidos por mais uma denúncia que envergonha o nosso estado, com o desvio de doações feitas pela população brasileira. No município de Ilhota, um empresário desviou mais de dez carretas de roupas da prefeitura e estava vendendo em brechós na cidade de Rio Negrinho, norte do estado de Santa Catarina.

É lamentável que diante da solidariedade do povo brasileiro, pois milhares de pessoas doaram alimentos, roupas, dinheiro, nosso estado tenha sido tão irresponsável.

Aconteceu caso semelhante em Palhoça, onde pessoas encontraram roupas no mangue. Em São José, bombonas de água estavam depositadas ao relento. Ao caso de Ilhota se somam os alimentos jogados no lixo em Blumenau; as roupas enterradas em Itajaí; os calçados deixados nas praças do alto vale. Roupas foram enterradas em Itajaí no lixo, depois do prefeito contratar uma empresa, pagando R\$ 120 mil, para dobrar roupas. Dezenas de carretas foram desviadas de Blumenau para municípios do estado que não estavam em situação de emergência. É lamentável que isso tenha ocorrido em nosso estado.

Quero registrar que foram encaminhadas ao Ministério Público de Blumenau as denúncias referentes a centenas de toneladas desviadas pela prefeitura de Blumenau para municípios e até agora nada foi encaminhado. Carretas e carretas que eram doadas saíram de Blumenau para cidades que não foram atingidas."

Essas denúncias precisam ser averiguadas. Eu falo isso com o coração apertado, porque, deputada Professora Odete de Jesus, há várias famílias ainda nos abrigos que precisam de alimentação, de roupa, de atenção e, principalmente, de casa, que é o bem principal da nossa gente. (Continua lendo.)

"Mas agora, pasmem, público catarinense: o Ministério Público de Santa Catarina teve agilidade em denunciar o casal que foi flagrado levando algumas doações na Vila Germânica, em Blumenau, e que depois acabou devolvendo. O casal está sendo indiciado, deputada Professora Odete de Jesus, por crime de peculato. E se a denúncia for aceita, pode pegar de dois a 12 anos de prisão.

Quero saber se a pena e se as denúncias contra as autoridades, que são as verdadeiras responsáveis pela guarda das doações, serão as mesmas. Essa pena também vai acontecer pelas carretas que foram desviadas no município de Blumenau para as cidades que não foram atingidas pelas enchentes? Essa pena também vai acontecer pelas toneladas de doações do povo brasileiro que foram jogadas no lixo no município de Blumenau? O Ministério Público vai apurar esses fatos? Porque queremos que a justiça seja feita da mesma forma para os governantes incompetentes, para as pessoas que fizeram politicagem com as doações! Queremos a mesma pena!

As autoridades são as verdadeiras responsáveis pela guarda das doações e elas mesmas fizeram os desvios dessas doações. Os desvios de doações, certamente, são de uma dimensão que não podemos imaginar. Agora, querem usar esse casal como exemplo? Por que não os feitos, o governo do estado?

O governo do estado tem responsabilidade e não teve a competência de guardar e de distribuir os alimentos e as roupas que vieram para o estado de Santa Catarina. A população brasileira foi solidária, acolheu-nos. E sem uma ação pública de controle, de cuidado com a coisa pública,

demos um mau exemplo e, num futuro próximo, quando precisarmos - e espero que não aconteça mais nenhum tipo de tragédia em nosso estado -, o povo brasileiro pode lavar as mãos por causa dessa vergonha que está acontecendo de desvio de doações.

Talvez o mau exemplo que Santa Catarina produziu no cuidado com as doações tenha, inclusive, prejudicado as campanhas de socorro ao povo nordestino, neste momento de imensa dor causada pelas chuvas naquela região, deputada Professora Odete de Jesus; 397 mil crianças estão sem aulas, o povo está desabrigado, precisando dessas doações, enquanto em Santa Catarina as pessoas estão vendendo as doações em benefício próprio."

Por isso, deputada Professora Odete de Jesus, fico realmente indignada com as ações do governo do estado, que não conseguiu cumprir o seu compromisso, que era resguardar essas doações; fico indignada com os municípios, que também não tiveram essa clareza e essa responsabilidade.

A Sra. Deputada Professora Odete de Jesus - V.Exa. me concede um aparte?

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Pois não!

A Sra. Deputada Professora Odete de Jesus - Parabéns, deputada Ana Paula Lima, sei que v.exa. tem lutado muito como presidente do fórum, e está no seu papel.

Quero dizer que essas pessoas que pegaram as doações, são pessoas sem caráter, sem amor ao próximo: ir lá pegar, repassar e vender as doações, às vezes até comer, tirar da boca do pobre e comer, é um absurdo!

Parabéns, deputada Ana Paula Lima, pelo tema.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Fico indignada com essas pessoas que não tinham necessidade e foram lá pegar doações, mas fico mais ainda, deputada Professora Odete de Jesus, com os governantes que não tiveram a responsabilidade de fazer a distribuição justa e honesta para quem precisa.

Na cidade de Blumenau há muitas pessoas que estão precisando de alimentos, mas há comida sendo jogada fora! Na cidade de Ilhota, onde foi desviada a carreta para ser vendida em Rio Negrinho, há muitas pessoas, no Morro do Baú, precisando de dinheiro para reconstruir suas casas!

E quero fazer mais um alerta, sr. presidente: o dinheiro do governo federal veio para fazer as obras na cidade de Blumenau, mas essas obras, agora feitas sem licitação, estão andando a passos de tartaruga, embora o dinheiro já tenha sido depositado. Vou exigir rapidez na conclusão de estradas e pontes na cidade de Blumenau.

Sr. presidente, não vou descansar enquanto não reconstruírem as casas no município de Blumenau, de Gaspar, de Ilhota, de Luis Alves e de Brusque. Enquanto houver famílias desassistidas não vou descansar, porque é inconcebível receber essa somatória de recursos e as pessoas ainda terem que dormir em abrigos provisórios nesses municípios.

Muito obrigada!
(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dagomar Carneiro) - Esta Presidência cumprimenta os alunos da Escola Visconde de Taunay, de Blumenau, e deseja boas-vindas ao Parlamento catarinense.

De acordo com o art. 108 do Regimento Interno, a Presidência comunica que são as seguintes as matérias destinadas à Ordem do Dia da 44ª Sessão Ordinária, do dia 26 de maio de 2009: discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n.: 0168/2009; discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0250/2008.

Não havendo mais tempo regimental, esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, ordinária, para terça-feira, no horário regimental.

Está encerrada a sessão.

ATOS DA MESA

ATO DA PRESIDÊNCIA DL

ATO DA PRESIDÊNCIA Nº 016-DL, de 2009

O PRESIDENTE DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições ALTERA o Ato da Presidência nº 001-DL, de 18 de fevereiro de 2009.

Substitui o Deputado Herneus de Nadal, na Comissão de Constituição e Justiça, pelo Deputado Elizeu Mattos; o Deputado Elizeu Mattos, na Comissão de Educação, Cultura e Desporto, pelo Deputado Antônio Aguiar; e o Deputado Cesar Souza Junior, na Comissão de Turismo e Meio Ambiente, pelo Deputado Ismael dos Santos.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Deputado Cesar Souza Júnior

Deputado Jean Kuhlmann

Deputado Marcos Vieira

Deputado Dirceu Dresch

Deputado Pedro Uczai

Deputado Joares Ponticelli

Deputado Elizeu Mattos

Deputado Romildo Titon

Deputado Sargento Amauri Soares

COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

Deputado Darci de Matos

Deputado Marcos Vieira

Deputado José Natal Pereira

Deputado Décio Góes

Deputado Kennedy Nunes

Deputado Sílvio Dreveck

Deputado Manoel Mota

Deputado Renato Hinnig

Deputada Professora Odete de Jesus

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Deputado Darci de Matos

Deputado Nilson Gonçalves

Deputado Pedro Uczai

Deputado Kennedy Nunes

Deputado Elizeu Mattos

Deputado Adherbal Deba Cabral

Deputado Sargento Amauri Soares

COMISSÃO DE AGRICULTURA E POLÍTICA RURAL

Deputado Ismael dos Santos

Deputado Serafim Venzon

Deputado Dirceu Dresch

Deputado Reno Caramori

Deputado Romildo Titon

Deputado Rogério Mendonça (Peninha)

Deputado Sargento Amauri Soares
COMISSÃO DE DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS, DE AMPARO À FAMÍLIA E À MULHER

Deputado José Natal Pereira
 Deputada Ana Paula Lima
 Deputado Kennedy Nunes
 Deputado Rogério Mendonça (Peninha)
 Deputado Genésio Goulart

Deputado Ismael dos Santos
 Deputada Professora Odete de Jesus
COMISSÃO DE TRANSPORTES E DESENVOLVIMENTO URBANO

Deputado Jean Kuhlmann
 Deputado José Natal Pereira
 Deputado Décio Góes
 Deputado Reno Caramori
 Deputado Manoel Mota
 Deputado Adherbal Deba Cabral
 Deputado Narcizo Parisotto
COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

Deputado Cesar Souza Júnior
 Deputado Serafim Venzon
 Deputado Pedro Uczai
 Deputado Lício Mauro da Silveira

Deputado Antônio Aguiar
 Deputado Genésio Goulart
 Deputado Professor Grandó
COMISSÃO DE SAÚDE

Deputado Darci de Matos
 Deputado Giancarlo Tomelin
 Deputada Ana Paula Lima
 Deputado Kennedy Nunes
 Deputado Antônio Aguiar
 Deputado Genésio Goulart
 Deputada Professora Odete de Jesus
COMISSÃO DE TRABALHO, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

Deputado Jean Kuhlmann
 Deputado Giancarlo Tomelin
 Deputado Dirceu Dresch
 Deputado Joares Ponticelli
 Deputado Manoel Mota
 Deputado Elizeu Mattos
 Deputado Professor Grandó
COMISSÃO DE ECONOMIA, CIÊNCIA, TECNOLOGIA, MINAS E ENERGIA

Deputado Serafim Venzon
 Deputado Pedro Uczai
 Deputado Sílvio Dreveck
 Deputado Herneus de Nadal
 Deputado Elizeu Mattos
 Deputado Renato Hinnig
 Deputado Professor Grandó
COMISSÃO DE RELACIONAMENTO INSTITUCIONAL, COMUNICAÇÃO, RELAÇÕES INTERNACIONAIS E DO MERCOSUL

Deputado Nilson Gonçalves
 Deputada Ana Paula Lima
 Deputado Lício Mauro da Silveira
 Deputado Elizeu Mattos
 Deputado Renato Hinnig
 Deputado Edison Andrino
 Deputado Narcizo Parisotto
COMISSÃO DE TURISMO E MEIO AMBIENTE

Deputado Ismael dos Santos
 Deputado Marcos Vieira
 Deputado Décio Góes
 Deputado Reno Caramori
 Deputado Edison Andrino
 Deputado Renato Hinnig
 Deputado Professor Grandó
COMISSÃO DE PESCA E AQUICULTURA

Deputado Giancarlo Tomelin
 Deputado Pe. Pedro Baldissera
 Deputado Reno Caramori
 Deputado Edison Andrino
 Deputado Adherbal Deba Cabral
 Deputado Darci de Matos
 Deputado Professor Grandó
COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA
 Deputado Ismael dos Santos
 Deputado Nilson Gonçalves
 Deputado Pe. Pedro Baldissera

Deputado Kennedy Nunes
 Deputado Herneus de Nadal
 Deputado Genésio Goulart
 Deputada Professora Odete de Jesus
 PALÁCIO BARRIGA-VERDE, em Florianópolis, 26 de maio de 2009
 Deputado JORGINHO MELLO - Presidente
 *** X X X ***

ATOS DA MESA

ATO DA MESA Nº 193, de 26/05/2009

Fixa o valor da remuneração global por Gabinete Parlamentar do Grupo de Atividades de Assessoramento Parlamentar e adota outras providências.

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE:

Art. 1º Fixar o valor da remuneração global por Gabinete Parlamentar, atribuída ao Grupo de Atividades de Assessoramento Parlamentar, Secretário Parlamentar, código PL/GAB, em R\$ 45.000,00 (quarenta e cinco mil reais), em conformidade com o § 1º do art. 1º do art. 1º, da Resolução nº 006, de 21 de fevereiro de 2006, c/c o Ato da Mesa nº 20, de 2008, da Câmara dos Deputados.

Art. 2º O art. 2º da resolução nº 1.344, de 21 de outubro de 1993, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art 2º Fica estabelecido em R\$ 927,00 (novecentos e vinte e sete reais) o valor do auxílio alimentação concedido aos servidores do Poder Legislativo.”

Art. 3º As despesas decorrentes da aplicação do presente Ato correrão à conta da dotação orçamentária própria da Assembleia Legislativa.

Art. 4º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 1º de maio de 2009.

Art. 5º Fica revogado o Ato da Mesa nº 079, de 06 de maio de 2008.

Deputado Jorginho Mello - Presidente
 Deputado Dagomar Carneiro - Secretário
 Deputado Moacir Sopelsa - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 194, de 26/05/2009

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: *com fundamento nos arts. 17 e 31 da Resolução nº 02, de 11 de janeiro de 2006 e alterações, c/c o art. 1º do Ato da Mesa nº 160, de 15 de agosto de 2007,*

DESIGNAR o servidor **AFONSO PRATES DA SILVA JUNIOR**, matrícula nº 1553, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa para exercer a função de Apoio Operacional - Assessoria Técnica-Administrativa, código PL/FC-2, do Grupo de Atividades de Função de Confiança, a contar de 1º de maio de 2009 (Diretoria Geral).

Deputado Jorginho Mello - Presidente
 Deputado Moacir Sopelsa - Secretário
 Deputado Dagomar Carneiro - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 195, de 26/05/2009

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: *com fundamento nos arts. 17 e 31 da Resolução nº 02, de 11 de janeiro de 2006 e alterações, c/c o art. 1º do Ato da Mesa nº 160, de 15 de agosto de 2007,*

DESIGNAR o servidor **JOAO PACHECO DOS REIS**, matrícula nº 0873, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa para exercer a função de Suporte Técnico - Assessoria Técnica-Administrativa, código PL/FC-2, do Grupo de Atividades de Função de Confiança, a contar de 1º de maio de 2009 (Diretoria Administrativa e de Tecnologia).

Deputado Jorginho Mello - Presidente
 Deputado Moacir Sopelsa - Secretário
 Deputado Dagomar Carneiro - Secretário

*** X X X ***

PUBLICAÇÕES DIVERSAS

AVISO DE RESULTADO

AVISO DE RESULTADO

O Pregoeiro da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina, designado pela Portaria n.º 859, de 11/05/2009 comunica que, atendidas as especificações constantes do edital próprio, a licitação modalidade Pregão n.º 015/2009, referente à aquisição de materiais para manutenção do Palácio Barriga-Verde (materiais elétricos, hidráulicos, pinturas e ferragens), **com exceção do lote 1 que está suspenso para diligenciamento junto as empresas**, obteve o seguinte resultado:

LOTES	EMPRESAS VENCEDORAS	VALOR GLOBAL R\$
1	OBS: Suspenso (diligenciamento junto às empresas)	
2	CRISTIANE LOURI ROGRIGUES & CIA LTDA (TERRA FIRME)	33.650,00
3	CRISTIANE LOURI ROGRIGUES & CIA LTDA (TERRA FIRME)	15.400,00
4	ESTRUTURAL ASSESSORIA COMERCIAL LTDA	35.290,00
5	M.V. PEDRAS E MATERIAIS DE CONTRUÇÃO LTDA	60.000,00
6	CRISTIANE LOURI RODRIGUES & CIA LTDA (TERRA FIRME)	8.099,00

Florianópolis, 21 de maio de 2009.
 HÉLIO ESTEFANO BECKER FILHO
 Pregoeiro
 *** X X X ***

MEDIDAS PROVISÓRIAS

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 150/09

**GABINETE DO GOVERNADOR
 MENSAGEM Nº 976**

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE, SENHORAS E SENHORES DEPUTADOS DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO

Nos termos do artigo 51 da Constituição Estadual, comunico a esse egrégio Poder Legislativo que adotei a Medida Provisória inclusa, ora submetida ao exame e deliberação de Vossas Excelências, acompanhada de exposição de motivos da Secretaria de Estado da Agricultura e Desenvolvimento Rural, que "Autoriza o Poder Executivo a contratar operação de empréstimo junto ao Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD, para o Programa de Recuperação Ambiental e de Apoio ao Pequeno Produtor Rural - Prapem/Microbacias 3-SC".

Florianópolis, 21 de maio de 2009

LUIZ HENRIQUE DA SILVEIRA
 Governador do Estado

Lido no Expediente

Sessão de 26/05/09

ESTADO DE SANTA CATARINA

SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL

GABINETE DO SECRETÁRIO

EM nº 8/2009

Florianópolis, 18 de maio de 2009

Senhor Governador,

Desde o ano de 1991 o Estado de Santa Catarina vem desenvolvendo, em parceria com o Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), iniciativas de recuperação ambiental e de apoio ao pequeno produtor rural traduzidas no Programa de Recuperação Ambiental e de Apoio ao Pequeno Produtor Rural - Prapem, ou Projeto Microbacias, que ao longo dos anos foi executado em duas etapas - o Projeto Microbacias 1 e o Projeto Microbacias 2.

Tendo iniciado em 2001 e finalizado em 2008, o Projeto Microbacias 2 não logrou atingir plenamente seus objetivos, especialmente devido à falta de recursos associada à desvalorização do dólar, que inclusive impossibilitou a provisão de incentivos financeiros a 12 mil das 80 mil famílias enquadradas como público prioritário do Projeto.

Para dar seguimento e conclusão ao trabalho do

Microbacias 2 há necessidade de ser contratado um financiamento adicional junto ao organismo internacional de crédito (no caso, o BIRD), intitulado Projeto Microbacias 3. Está prevista a extensão do Projeto por mais três anos, período essencial tanto para consolidar as ações para reduzir a pobreza rural e melhorar a gestão dos recursos naturais em Santa Catarina, buscando o desenvolvimento rural sustentável, bem como para que as estratégias e ações se consolidem nas instituições estaduais e municipais executoras e parcerias.

Isto posto, submetemos à consideração de Vossa Excelência medida provisória que tem como objetivo obter autorização legislativa para o Poder Executivo catarinense contratar empréstimo junto ao BIRD no valor de 35,340 milhões de dólares norte-americanos, visando dar continuidade ao Prapem/Microbacias 2.

Respeitosamente,
 Antônio Ceron
 Secretário de Estado

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 150, de 21 de maio de 2009

Autoriza o Poder Executivo a contratar operação de empréstimo junto ao Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD, para o Programa de Recuperação Ambiental e de Apoio ao Pequeno Produtor Rural - Prapem/Microbacias 3-SC.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SANTA CATARINA,

no uso da atribuição que lhe confere o art. 51 da Constituição Estadual, adota a seguinte Medida Provisória, com força de lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a contrair operação de empréstimo junto ao Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD, na qualidade de agente financeiro internacional, no valor de US\$ 35.340.000,00 (trinta e cinco milhões, trezentos e quarenta mil dólares dos Estados Unidos da América), para implementação do Programa de Recuperação Ambiental e de Apoio ao Pequeno Produtor Rural - Prapem/Microbacias 3-SC.

Art. 2º Em cumprimento ao disposto no art. 115, § 2º, da Constituição do Estado, o Anexo Único desta Medida Provisória apresenta os valores a serem considerados nos orçamentos anuais, durante o prazo para liquidação da operação de crédito, os quais serão adequados, anualmente, em decorrência das variações cambiais e taxas de juros, e de outros ajustes previstos contratualmente para empréstimos internacionais.

Parágrafo único. Além dos valores previstos neste artigo, o Orçamento do Estado consignará, anualmente, os recursos necessários ao atendimento da parte não financiada do Programa de Recuperação Ambiental e de Apoio ao Pequeno Produtor Rural - Prapem/Microbacias 3-SC.

Art. 3º Fica o Poder Executivo autorizado a vincular, como contragarantias à garantia da União, cotas de receitas próprias a que se refere o art. 155 da Constituição Federal e as transferências constitucionais previstas nos arts. 157 e 159, incisos I, alínea "a", e II da Constituição Federal, e os créditos previstos na Lei Complementar federal nº 87, de 13 de setembro de 1996, nos termos do § 4º do art. 167, bem como outras garantias em direito admitidas.

Art. 4º Os recursos provenientes da operação de crédito objeto do financiamento serão consignados como receita no orçamento ou em créditos adicionais.

Parágrafo único. Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a promover a inclusão da programação das dotações orçamentárias no Plano Plurianual e na Lei Orçamentária Anual, contendo o detalhamento das ações necessárias ao atendimento do Programa de Recuperação Ambiental e de Apoio ao Pequeno Produtor Rural - Prapem/Microbacias 3-SC.

Art. 5º Esta Medida Provisória entra em vigor na data de sua publicação.

Florianópolis, 21 de maio de 2009

LUIZ HENRIQUE DA SILVEIRA
 Governador do Estado

ANEXO ÚNICO
CRONOGRAMA FINANCEIRO
PROGRAMA DE RECUPERAÇÃO AMBIENTAL E DE APOIO AO
PEQUENO PRODUTOR RURAL - PRAPEM/MICROBACIAS 3-SC

R\$ 1,00

ANO	LIBERAÇÕES	AMORTIZAÇÕES	ENCARGOS	TOTAL
2009	25.075.361	-	389.295	389.295
2010	27.713.785	-	949.316	949.316
2011	29.800.434	-	1.555.387	1.555.387
2012	-	-	1.709.604	1.709.604
2013	-	-	1.709.604	1.709.604
2014	-	-	1.709.604	1.709.604
2015	-	-	1.709.604	1.709.604
2016	-	-	1.709.604	1.709.604
2017	-	-	1.709.604	1.709.604
2018	-	-	1.709.604	1.709.604
2019	-	5.505.972	1.681.111	7.187.083
2020	-	5.505.972	1.567.137	7.073.109
2021	-	5.505.972	1.453.164	6.959.136
2022	-	5.505.972	1.339.190	6.845.162
2023	-	5.505.972	1.225.216	6.731.188
2024	-	5.505.972	1.111.243	6.617.215
2025	-	5.505.972	997.269	6.503.241
2026	-	5.505.972	883.296	6.389.268
2027	-	5.505.972	769.322	6.275.294
2028	-	5.505.972	655.348	6.161.320
2029	-	5.505.972	541.375	6.047.347
2030	-	5.505.972	427.401	5.933.373
2031	-	5.505.972	313.427	5.819.399
2032	-	5.505.972	199.454	5.705.426
2033	-	5.505.972	85.480	5.591.452
TOTAL	82.589.580	82.589.580	28.110.662	110.700.242

*** X X X ***

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 151/09**GABINETE DO GOVERNADOR****MENSAGEM Nº 977**

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE, SENHORAS E SENHORES DEPUTADOS DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO

Nos termos do artigo 51 da Constituição Estadual, comunico a esse egrégio Poder Legislativo que adotei a Medida Provisória inclusa, ora submetida ao exame e deliberação de Vossas Excelências, acompanhada de exposição de motivos da Secretaria de Estado da Fazenda, que "Altera dispositivos da Lei nº 14.031, de 2007, que autoriza o Poder Executivo a contratar operação de crédito com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES para atender ao Programa de Modernização do Sistema Integrado de Transporte Coletivo de Joinville".

Florianópolis, 21 de maio de 2009

LUIZ HENRIQUE DA SILVEIRA

Governador do Estado

*Lido no Expediente**Sessão de 26/05/09*

ESTADO DE SANTA CATARINA

SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA

Florianópolis, 18 de maio de 2009

Ao Governador do Estado

Dr. LUIZ HENRIQUE DA SILVEIRA

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS nº 058/2009

Senhor Governador,

Com os meus cumprimentos, venho submeter à apreciação de Vossa Excelência, o anexo projeto de Medida Provisória que "Altera dispositivos da Lei nº 14.031, de 22 de junho de 2007, que autoriza o Poder Executivo a contratar operação de crédito com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES para atender ao Programa de Modernização do Sistema Integrado de Transporte Coletivo de Joinville."

Cumpr-me esclarecer a V.Exa. que a medida se torna absolutamente necessária, uma vez que a referida lei não pode ser efetivamente executada, à época, por duas razões básicas: inicialmente, porque os eetores jurídicos do stado desaconselharam o prosseguimento do objeto legal autorizado, em face dos impedimentos decorrentes da legislação eleitoral. Em segundo lugar, por problemas decorrentes da própria lei, que por lapso administrativo, deixou de prever dispositivos necessários às normas da espécie, como as garantias a serem oferecidas ao mutuante, os valores a serem considerados nos orçamentos anuais durante o prazo para liquidação da operação de crédito e outros dados exigidos pela

Constituição Estadual e pela Lei de Responsabilidade Fiscal, no caso de operações de crédito pelo Estado.

Neste sentido, reafirmo a Vossa Excelência as razões de mérito expostas na Exposição de Motivos nº 012/07, que acompanhou a Mensagem 078, de 2007, referente ao anteprojeto que originou a lei nº 14.031, de 22 de junho de 2007, embasando-me nela para ponderar que as providências aqui requeridas se mostram, a presente, inadiáveis.

Finalmente, vemos presentes as razões de **relevância e urgência** que ensejam, na forma do artigo 51 da Carta Estadual, a edição da presente norma, à vista da importância da matéria para o interesse público e da necessidade da utilização dos recursos financeiros que serão liberados para a recuperação dos efeitos nocivos causados pelas cheias em final de 2008, na região.

Em face do exposto, manifesto-me pelo envio da Medida Provisória em anexo, à Assembléia Legislativa Estadual, submetendo-a à apreciação.

Atenciosamente,

ANTÔNIO MARCOS GAVAZZONI

Secretário de Estado da Fazenda

ESTADO DE SANTA CATARINA

SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA

GABINETE DO SECRETÁRIO

Excelentíssimo Senhor

Dr. LUIZ HENRIQUE DA SILVEIRA

Governador do Estado de Santa Catarina

NESTA

Exposição de Motivos nº 012/07 Florianópolis, 08 de fevereiro de 2007.

Senhor Governador,

Com os meus cordiais cumprimentos, venho expor e encaminhar à apreciação de Vossa Excelência, Projeto de Lei para financiamento do Programa de Modernização do Sistema Integrado de Transporte Coletivo de Joinville, como segue:

1) A malha viária urbana joinvilense desenvolveu-se dentro de um cenário natural repleto de manguezais, rios morros e a serra do mar. Com o objetivo de superar os prejuízos causados pela descontinuidade e inadequação da malha, o município de Joinville trabalhou um grande programa de mobilidade urbana com foco no planejamento integrado, notadamente do uso e ocupação do solo, do sistema viário e do transporte coletivo.

2) O Programa tem se desenvolvido por mais de uma década, desde o início do sistema integrado de transporte em 1992, com obras de construção, qualificação e modernização do sistema viário e estações de integração, utilizados pelo Sistema Integrado de Transporte (SIT).

3) No projeto atual os investimentos têm como objetivo a continuidade da qualificação e modernização do sistema integrado de transporte. Este processo será dividido em três grupos de ações, os quais têm foco na implantação e requalificação dos eixos estruturais de transporte, na pavimentação das vias alimentadoras e a requalificação dos equipamentos urbanos do SIT.

4) O primeiro grupo de ações prevê eixos estruturais de transporte a serem implantados e eixos estruturais de transporte a serem requalificados, com abertura, duplicação e consolidação de vias que vão atender linhas troncais e perimetrais, onde o SIT apresenta o maior número de viagens e carregamento de passageiros.

5) O segundo grupo de ações localiza-se no subsistema alimentador e prevê a pavimentação de vias alimentadoras do transporte, sendo que com essas ações todas as vias urbanas utilizadas pelo SIT estarão pavimentadas.

6) Outras ações diferenciadas, mas com o mesmo foco podem ser delineadas num terceiro grupo, o qual prevê a reforma dos terminais de integração construídos em 1992, com a inclusão de bicicletários, adequação das instalações e acessos e ampliações das áreas cobertas.

7) Por oportuno, informo que os valores da operação com o BNDES, constam do Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal do Estado, no cálculo dos limites de endividamento do parágrafo 8º, do artigo 7º, da Resolução SF 43/2001 e artigo 5º da Resolução SF 40/2001.

Desta forma, visando dar início a esta nova etapa de execução do programa em epígrafe, submeto a apreciação de Vossa Excelência, Projeto de Lei que autoriza a realização de operação de crédito junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, na qualidade de agente financeiro, no valor de R\$ 40.000.000,00 (quarenta milhões de reais) para conclusão do Programa de Modernização do Sistema Integrado de Transporte Coletivo de Joinville.

Respeitosamente,

SÉRGIO RODRIGUES ALVES

Secretário de Estado da Fazenda

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 151, de 21 de maio de 2009

Altera dispositivos da Lei nº 14.031, de 2007, que autoriza o Poder Executivo a

contratar operação de crédito com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES para atender ao Programa de Modernização do Sistema Integrado de Transporte Coletivo de Joinville.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SANTA CATARINA,

no uso da atribuição que lhe confere o art. 51 da Constituição Estadual, adota a seguinte Medida Provisória, com força de lei:

Art. 1º A Lei nº 14.031, de 22 de junho de 2007, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 2º Em cumprimento ao disposto no art. 115, § 2º, da Constituição do Estado, o Anexo Único desta Lei apresenta os valores a serem considerados nos orçamentos anuais, durante o prazo para liquidação da operação de crédito, os quais serão adequados, anualmente, em decorrência das variações cambiais e taxas de juros, e de outros ajustes previstos contratualmente para empréstimos internacionais.

Art. 2-A. Fica o Poder Executivo autorizado a vincular, como garantia, cotas de receitas próprias a que se refere o art. 155 da Constituição Federal e das transferências constitucionais previstas no art. 157 e no art. 159, incisos I, alínea “a”, e II da Constituição Federal, além dos créditos previstos na Lei Complementar federal nº 87, de 13 de setembro de 1996, nos termos do que dispõe o § 4º do art. 167 da Constituição Federal, bem como outras garantias em direito admitidas.

Parágrafo único. Os recursos provenientes da operação de crédito objeto do financiamento de que trata esta Lei serão consignados como receita no orçamento ou em créditos adicionais.

Art. 2-B. Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a promover a inclusão, na programação do Plano Plurianual e da Lei Orçamentária Anual, das ações necessárias ao atendimento do objeto desta Lei.”

Art. 2º Esta Medida Provisória entra em vigor na data de sua publicação.

Florianópolis, 21 de maio de 2009

Luiz Henrique da Silveira
Governador do Estado

ANEXO ÚNICO

CRONOGRAMA FINANCEIRO

**Conclusão do Programa de Modernização
do Sistema Integrado de Transporte Coletivo de Joinville**

R\$ 1,00

ANO	LIBERAÇÕES	AMORTIZAÇÕES	ENCARGOS	TOTAL
2009	15.000.000		888.750	888.750
2010	15.000.000		2.073.750	2.073.750
2011	10.000.000		2.962.500	2.962.500
2012	-		3.160.000	3.160.000
2013		2.000.000	3.041.500	5.041.500
2014		2.000.000	2.883.500	4.883.500
2015		2.000.000	2.725.500	4.725.500
2016		2.000.000	2.567.500	4.567.500
2017		2.000.000	2.409.500	4.409.500
2018		2.000.000	2.251.500	4.251.500
2019		2.000.000	2.093.500	4.093.500
2020		2.000.000	1.935.500	3.935.500
2021		2.000.000	1.777.500	3.777.500
2022		2.000.000	1.619.500	3.619.500
2023		2.000.000	1.461.500	3.461.500
2024		2.000.000	1.303.500	3.303.500
2025		2.000.000	1.145.500	3.145.500
2026		2.000.000	987.500	2.987.500
2027		2.000.000	829.500	2.829.500
2028		2.000.000	671.500	2.671.500
2029		2.000.000	513.500	2.513.500
2030		2.000.000	355.500	2.355.500
2031		2.000.000	197.500	2.197.500
2032		2.000.000	39.500	2.039.500
TOTAL	40.000.000	40.000.000	39.895.000	79.895.000

*** X X X ***

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 152/2009
GABINETE DO GOVERNADOR
MENSAGEM Nº 978

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE. SENHORAS E SENHORES DEPUTADOS DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO

ESTADO

Nos termos do artigo 51 da Constituição Estadual, comunico a esse egrégio Poder Legislativo que adotei a Medida Provisória inclusa, ora submetida ao exame e deliberação de Vossas Excelências, acompanhada de exposição de motivos da Secretaria de Estado da

Fazenda, que "Autoriza o Poder Executivo a contratar, junto ao *MLW - Intermed Handels - Und Consultinggesellschaft mbH*, de Berlin, República Federal da Alemanha, operação de crédito externo, no montante de € 17.578.000,00 (dezesete milhões e quinhentos e setenta e oito mil euros), para implementação do Programa de Ampliação e Modernização Tecnológica das Unidades Hospitalares do Estado de Santa Catarina - PROSAÚDE".

Florianópolis, 21 de maio de 2009

LUIZ HENRIQUE DA SILVEIRA
Governador do Estado

Lido no Expediente

Sessão de 26/05/09

Florianópolis, 21 de maio de 2009.

Ao Governador do Estado

Dr. LUIZ HENRIQUE DA SILVEIRA

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS nº 054/2009

Senhor Governador do Estado,

Com os meus cumprimentos, venho submeter à apreciação de Vossa Excelência, o anexo projeto de Medida Provisória que tem por objetivo obter autorização para que o Poder Executivo possa contratar operação de empréstimo junto ao *MLW - Intermed Handels - Und Consultinggesellschaft mbH*, de Berlin, República Federal da Alemanha, no montante de até E 17.578.000,00 (dezesete milhões e quinhentos e setenta e oito mil euros), para o "**Programa de Ampliação e Modernização Tecnológica das Unidades Hospitalares do Estado de Santa Catarina - PROSAÚDE.**"

Cabe esclarecer a V. Ex^ª, inicialmente, que o PROSAÚDE integra o "**Termo de Entendimento Técnico**"! firmado em 24 de outubro de 2008, entre o Estado de Santa Catarina e a Secretaria do Tesouro Nacional - STN, do Ministério da Fazenda, por intermédio do qual foram acordados os critérios, as definições e as metodologias de apuração, projeção e avaliação a serem aplicados no **Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal do Estado para o triênio 2008-2010**, no qual foi incluído o PROSAÚDE, em função de direcionar-se à melhoria do gerenciamento dos recursos públicos na área da saúde.

O valor em Euros, referido no art.1º do projeto encontra-se definido no **Ofício GABGOV nº 108/2009**, de 30 de abril de 2009, encaminhado pelo Governador do Estado à Comissão de Financiamentos Externos - COFIEX, do ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

O Programa tem como objetivo primordial a obtenção de recursos para a aquisição de meios e equipamentos destinados a ampliar e modernizar as Unidades Hospitalares do Estado, que necessitam de contínuo aperfeiçoamento no setor tecnológico. Como se sabe, a introdução de tecnologias avançadas, bem como seu correto uso e manutenção, proporcionam um tratamento mais adequado e satisfatório às demandas, interferindo diretamente na qualidade de vida dos pacientes e aumento de sua expectativa de vida.

Na verdade, a evolução tecnológica na área da saúde implica em constantes evoluções nos sistemas de diagnósticos e tratamentos, estando esse desenvolvimento cada vez mais dependente de **tecnologias avançadas**. Os conhecimentos gerados na área da saúde, voltados principalmente para o diagnóstico e o tratamento das doenças, encontra-se em contínuo movimento de inovação, objetivando a **superação dos padrões assistenciais vigentes**.

Outro aspecto que merece consideração diz respeito ao fato de que os hospitais, além de prestar um bom serviço de saúde, precisam se auto sustentar. Sob esse enfoque., pode-se inferir que a missão essencial das instituições hospitalares é atender seus clientes da melhor forma possível. Para tanto, **faz-se necessário buscar uma melhoria contínua nos modelos de gestão e assistência, objetivando a perfeita integração entre suas diversas áreas**.

A proposta, apresentada pelo Estado de Santa Catarina, por intermédio de Carta Consulta, à SEAIN, para a obtenção do financiamento junto ao *MLW Intermed*, prevê a qualificação da atenção à saúde e a ampliação dos serviços e da complexidade hospitalar. Entre as necessidades evidenciadas estão investimentos nas áreas de Unidade de Tratamento Intensivo, Bloco Cirúrgico, Radiologia e Diagnóstico. Os investimentos em UTI, por exemplo, proporcionarão o aumento da oferta de leitos hospitalares: enquanto no Bloco Cirúrgico a modernização tecnológica das salas convergirá para o aumento da oferta do número de cirurgias.

Assim como as ações citadas, os investimentos no setor de Radiologia e Diagnóstico servirão de alicerce para a consolidação da **REDE CATARINENSE DE TELEMEDICINA**. Uma maior oferta desse serviço resultará, de forma significativa, na ampliação do acesso da população a uma série de exames diagnósticos, alterando significativamente o panorama atual.

Destaco, ainda, a V. Ex^ª, que em cumprimento ao disposto no § 2º, do **artigo 115 da Constituição do Estado**, o Anexo Único do projeto apresenta os valores financeiros a serem considerados nos orçamentos anuais subsequentes, durante o prazo para a liquidação da

operação de crédito, relativamente ao serviço de juros, comissão anual de crédito e amortização, os quais estarão sujeitos a alterações em função de variáveis contratuais.

De outra parte, o projeto de Medida Provisória **atende aos limites e requisitos exigidos para a realização de operações de crédito previstos na Lei Complementar na 101, de 5 de maio de 2000, bem como nas Resoluções na 40/01 e nº 43/01 da STN**, conforme se verifica no "Demonstrativo da Capacidade de Endividamento", anexo à presente Exposição de Motivos, no qual se encontra consignada a posição da Receita Corrente Líquida em dezembro de 2008 e detalhados os limites com relação às despesas de capital, ao montante global das operações, ao comprometimento anual máximo, ao montante da dívida consolidada líquida e em relação ao saldo total das garantias concedidas.

Finalmente, vemos presentes as razões de **relevância e urgência** que ensejam, na forma do artigo 51 da Carta Estadual, a edição da presente Medida Provisória, à vista da importância da matéria para o interesse público e da necessidade urgente da prestação do serviço público de saúde, em nível de excelência, conforme explicitado.

Em face do exposto, manifesto-me pelo envio da Medida Provisória, em anexo, à Assembléia Legislativa Estadual, submetendo-a à apreciação.

Atenciosamente,

ANTÔNIO MARCOS GAVAZZONI

Secretário de Estado da Fazenda

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 152, de 21 de maio de 2009

Autoriza o Poder Executivo a contratar, junto ao *MLW - Intermed Handels - Und Consultinggesellschaft mbH*, de Berlin, República Federal da Alemanha, operação de crédito externo, no montante de € 17.578.000,00 (dezesete milhões e quinhentos e setenta e oito mil euros), para implementação do Programa de Ampliação e Modernização Tecnológica das Unidades Hospitalares do Estado de Santa Catarina - PROSAÚDE.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SANTA CATARINA,

no uso da atribuição que lhe confere o art. 51 da Constituição Estadual, adota a seguinte Medida Provisória, com força de lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a contratar operação de empréstimo junto ao *MLW - Intermed Handels - Und Consultinggesellschaft mbH*, de Berlin, República Federal da Alemanha, na qualidade de agente financeiro internacional, no valor de € 17.578.000,00 (dezesete milhões e quinhentos e setenta e oito mil euros), para implementação do Programa de Ampliação e Modernização Tecnológica das Unidades Hospitalares do Estado de Santa Catarina - PROSAÚDE.

Art. 2º Em cumprimento ao disposto no art. 115, § 2º, da Constituição do Estado, o Anexo Único desta Medida Provisória apresenta os valores a serem considerados nos orçamentos anuais, durante o prazo para liquidação da operação de crédito, os quais serão adequados, anualmente, em decorrência das variações cambiais e taxas de juros, e de outros ajustes previstos contratualmente para empréstimos internacionais.

Parágrafo único. Além dos valores previstos no *caput*, o orçamento do Estado consignará, anualmente, os recursos necessários ao atendimento da parte não financiada do Programa de que trata esta Medida Provisória.

Art. 3º Fica o Poder Executivo autorizado a vincular, como contragarantias à garantia da União, as cotas de repartição constitucional previstas nos arts. 157 e 159, complementadas pelas receitas tributárias estabelecidas no art. 155 da Constituição Federal, nos termos do § 4º, do art. 167, bem como outras garantias em direito admitidas.

Art. 4º Os recursos provenientes da operação de crédito objeto do financiamento de que trata esta Medida Provisória serão consignados como receita no orçamento ou em créditos adicionais.

Parágrafo único. Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a promover a inclusão da programação das dotações orçamentárias no Plano Plurianual e na Lei Orçamentária Anual, contendo o detalhamento das ações necessárias ao atendimento do Programa de Ampliação e Modernização Tecnológica das Unidades Hospitalares do Estado de Santa Catarina - PROSAÚDE.

Art. 5º Esta Medida Provisória entra em vigor na data de sua publicação.

Florianópolis, 21 de maio de 2009

LUIZ HENRIQUE DA SILVEIRA
Governador do Estado

**ANEXO ÚNICO
CRONOGRAMA FINANCEIRO**

**MLW - PROGRAMA DE AMPLIAÇÃO E MODERNIZAÇÃO TECNOLÓGICA DAS UNIDADES HOSPITALARES DO ESTADO DE SANTA CATARINA -
PROSAÚDE**

R\$ 1,00

ANO	LIBERAÇÕES	AMORTIZAÇÕES	ENCARGOS	TOTAL
2009	56.918.000	5.691.800	4.268.850	9.960.650
2010	-	11.383.600	3.628.523	15.012.123
2011	-	11.383.600	2.774.753	14.158.353
2012	-	11.383.600	1.920.983	13.304.583
2013	-	11.383.600	1.067.213	12.450.813
2014	-	5.691.800	213.443	5.905.243
TOTAL	56.918.000	56.918.000	13.873.763	70.791.763

*** X X X ***

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 153/09**GABINETE DO GOVERNADOR****MENSAGEM Nº 980**

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE, SENHORAS E SENHORES DEPUTADOS DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO

Nos termos do artigo 50 da Constituição Estadual, comunico a esse egrégio Poder Legislativo que adotei a Medida Provisória inclusa, ora submetida ao exame e deliberação de Vossas Excelências, acompanhada de exposição de motivos da Companhia Catarinense de Águas e Saneamento - CASAN, que "Autoriza o Poder executivo a prestar contragarantia à União em operação de crédito externa para a Companhia Catarinense de Águas e Saneamento - CASAN junto ao Japan International Cooperation Agency - JICA".

Florianópolis, 21 de maio de 2009

LUIZ HENRIQUE DA SILVEIRA

Governador do Estado

*Lido no Expediente**Sessão de 26/05/09***Exposição de Motivos nº 017**

Florianópolis, 08 de maio de 2009

Excelentíssimo Senhor

Luiz Henrique da Silveira

Governador do Estado de Santa Catarina

Centro Administrativo o

Rod. SC 401 - Km 5, 4600 - Saco Grande

88032-005 Florianópolis - SC

Senhor Governador,

Com os nossos renovados cumprimentos, submetemos à elevada consideração de vossa Excelência, proposição no sentido de editar Medida Provisória objetivando autorizar a operação de concessão de contragarantia pelo Estado de Santa Catarina, para fins de realização de operação de crédito externo entre esta Companhia e o Japan International Cooperation Agency - JICA, cujos recursos serão destinados ao programa de saneamento Ambiental do Estado de Santa Catarina.

O valor da operação é da ordem de S\$ 142.835.000,00 (cento e quarenta e dois milhões, oitocentos e trinta e cinco mil dólares) e se destina a investimentos em saneamento básico cujos projetos serão desenvolvidos nos municípios catarinenses.

Com prazo de carência estipulado em 7 (sete) anos e amortização em 25 (vinte e cinco) anos, o contrato contará com a concessão da garantia pela União.

A vinculação como contragarantias à Garantia da União, as cotas de repartição constitucional previstas nos artigos 157 e 159, complementadas pelas receitas tributárias estabelecidas no art. 155 da Constituição federal, nos termos do parágrafo 4º, do artigo 167, bem como outras garantias em direito admitidas na operação com Japan International Cooperation Agency - JICA, carece de autorização legislativa. Considerando a exiguidade do prazo de que dispomos para a concretização da referida operação, solicitamos a edição de MEDIDA PROVISÓRIA.

Na certeza de que Vossa Excelência não deixará de compreender as razões e a urgência que se reveste o pleito imprimindo a agilidade requerida, reafirmamos nossa sincera admiração e elevada consideração.

Respeitosamente,

Walmor Paulo de Luca

Diretor - Presidente

Documento em Anexo:

. Minuta de Medida Provisória

. Minuta da carta que deverá ser endereçada ao Ministro da Fazenda, Senhor Guido Mantega, após a edição da Medida Provisória que autorizará a contragarantia do Estado na referida operação.

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 153, de 21 de maio de 2009

Autoriza o Poder Executivo a prestar contragarantia à União em operação de crédito externa para a Companhia Catarinense de

Águas e Saneamento - CASAN junto ao Japan International Cooperation Agency - JICA.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SANTA CATARINA,

no uso da atribuição que lhe confere o art. 51 da Constituição Estadual, adota a seguinte Medida Provisória, com força de lei:

Art. 1º Fica o Estado de Santa Catarina autorizado a constituir contragarantias à União, para obter garantias na operação de crédito externa a ser celebrada entre a Companhia Catarinense de Águas e Saneamento - CASAN e o Japan International Cooperation Agency - JICA, até o valor de US\$ 142.835.000,00 (cento e quarenta e dois milhões, oitocentos e trinta e cinco mil dólares) à taxa de juros, prazos, comissões e demais encargos vigente à época da contratação do referido empréstimo, que forem admitidos pelo Banco Central do Brasil para o registro de operações da espécie, obedecidas as demais prescrições legais.

Parágrafo único. Os recursos da referida operação de crédito externa serão obrigatoriamente aplicados em projetos na área de esgotamento sanitário.

Art. 2º A referida operação de crédito será garantida pela União.

§ 1º O Poder Executivo fica autorizado a vincular, como contragarantias à garantia da União, as cotas de repartição constitucional previstas nos arts. 157 e 159, complementadas pelas receitas tributárias estabelecidas no art. 155 da Constituição Federal, nos termos do § 4º, do art. 167, bem como outras garantias em direito admitidas.

§ 2º A contragarantia constituída nos termos desta Medida Provisória será dada em caráter irrevogável e irretratável, a partir da assinatura da referida operação, até o final da liquidação de todas as obrigações nela assumidas.

Art. 3º Esta Medida Provisória entra em vigor na data de sua publicação.

Florianópolis, 21 de maio de 2009

Luiz Henrique da Silveira

Governador do Estado

*** X X X ***

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 154/09**GABINETE DO GOVERNADOR****MENSAGEM Nº 981**

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE, SENHORAS E SENHORES DEPUTADOS DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO

Nos termos do artigo 51 da Constituição Estadual, comunico a esse egrégio Poder Legislativo que adotei a Medida Provisória inclusa, ora submetida ao exame e deliberação de Vossas Excelências, acompanhada de exposição de motivos do Departamento Estadual de Infra-Estrutura - DEINFRA, que "Altera dispositivos da Lei nº 14.532, de 2008, que autoriza o Poder Executivo a contratar operação de empréstimo junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, para o Programa de Investimentos na Implantação e Pavimentação de Rodovias Estaduais e no Fortalecimento do Departamento Estadual de Infra-Estrutura - DEINFRA".

Florianópolis, 21 de maio de 2009

LUIZ HENRIQUE DA SILVEIRA

Governador do Estado

*Lido no Expediente**Sessão de 26/05/09***SECRETARIA DE ESTADO DA INFRA-ESTRUTURA****DEPARTAMENTO ESTADUAL DE INFRA-ESTRUTURA****GABINETE DA PRESIDÊNCIA****EM nº 028/2009**

Florianópolis, 18 de maio de 2009

Excelentíssimo Senhor

LUIZ HENRIQUE DA SILVEIRA

Governador do Estado de Santa Catarina

NESTA

Senhor Governador do Estado,

Com meus cordiais cumprimentos, trago à consideração e aprovação de Vossa Excelência o anexo projeto de Medida Provisória que "Acréscena parágrafo ao Artigo 1º da Lei nº 14.532, de 06 de novembro de 2008, e altera a redação do caput do Artigo 2º e o Anexo Único da referida Lei."

Esclareço a Vossa Excelência que o projeto de Medida Provisória visa adequar os termos da Lei nº 14.532, de 06 de novembro de 2008, que autorizou o Estado a contratar empréstimo no valor de US\$ 300 milhões junto ao BID, para seu ajustamento às denominações formais e às condições mais favoráveis de prazo de amortização (ampliado de 23 anos para 25 anos contados a partir da data de assinatura do contrato), segundo as quais o referido empréstimo está sendo negociado entre o Estado, a Secretaria de Assuntos Internacionais (SEAIN), a Secretaria do tesouro Nacional (STN) e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

O empréstimo pretendido pelo Estado compreenderá uma primeira parte, no valor de US\$ 50 milhões, destinado ao financiamento do Programa Rodoviário de Santa Catarina - Etapa V, a ser contratado junto ao BID ainda no corrente ano, ficando o restante do empréstimo, no valor de US\$ 250 milhões, destinado ao financiamento do Programa Rodoviário de Santa Catarina - Etapa VI, a ser objeto de negociação visando à sua contratação em época oportuna, quando a capacidade de endividamento do Estado o permitir.

A adequação proposta na Medida Provisória viabilizará o imediato prosseguimento das tramitações da primeira parte do empréstimo, de US\$ 50 milhões, junto à SEAIN e STN, para que seja submetido à apreciação do Senado Federal, visando à sua aprovação naquela Casa, e à obtenção da competente autorização para a concessão do aval da União para a operação.

Estão presentes as razões de relevância e urgência que ensejam, na forma do Artigo 51 da Constituição do Estado, a edição da presente norma, tendo em vista a importância da matéria para o interesse público e a necessidade de concluir a tramitação do pedido de financiamento junto à SEAIN e a STN, e o seu devido encaminhamento ao Senado Federal, para a competente apreciação e aprovação, a tempo de viabilizar a contratação do empréstimo com o BID ainda neste ano, contando com os recursos programados pelo Banco para o corrente exercício.

Ante o exposto, manifeste-me pelo envio da Medida Provisória em anexo à Assembleia Legislativa do Estado, submetendo-a à devida apreciação.

Respeitosamente,

Engº ROMUALDO THEOPHANES DE FRANÇA JÚNIOR
Presidente

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 154, de 21 de maio de 2009

Altera dispositivos da Lei nº 14.532, de 2008, que autoriza o Poder Executivo a contratar operação de empréstimo junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, para o Programa de Investimentos na Implantação e Pavimentação de Rodovias Estaduais e no Fortalecimento do Departamento Estadual de Infra-Estrutura - DEINFRA.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SANTA CATARINA,

no uso da atribuição que lhe confere o art. 51 da Constituição Estadual, adota a seguinte Medida Provisória, com força de lei:

Art. 1º O art. 1º da Lei nº 14.532, de 06 de novembro de 2008, fica acrescido de parágrafo único com a seguinte redação:

"Art. 1º

Parágrafo único. A operação de empréstimo de que trata este artigo, ocorrerá em duas etapas:

I - o primeiro empréstimo, no valor de US\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América), será destinado ao financiamento do PROGRAMA RODOVIÁRIO DE SANTA CATARINA - ETAPA V; e

II - o segundo empréstimo, no valor de US\$ 250.000.000,00 (duzentos e cinquenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América), será destinado ao financiamento do PROGRAMA RODOVIÁRIO DE SANTA CATARINA - ETAPA VI." (NR)

Art. 2º O art. 2º da Lei nº 14.532, de 2008, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 2º Em cumprimento ao disposto no art. 115, § 2º, da Constituição do Estado, o Anexo Único desta Lei apresenta os valores a serem considerados nos orçamentos anuais, durante o prazo para liquidação da operação de crédito, os quais serão adequados, anualmente, em decorrência das variações cambiais e taxas de juros, e de outros ajustes previstos contratualmente para empréstimos internacionais.

Parágrafo único."
(NR)

Art. 3º O Anexo Único da Lei nº 14.532, de 2008, passa a vigorar com a seguinte redação:

"ANEXO ÚNICO

(Lei nº 14.532, de 06 de novembro de 2008)

OPERAÇÃO DE CRÉDITO - BID

PROJEÇÃO DE VALORES PARA INCLUSÃO NOS ORÇAMENTOS ANUAIS

FINALIDADE: Programa Rodoviário de Santa Catarina - Etapa V

R\$ 1,00

ANO	LIBERAÇÕES	AMORTIZAÇÕES	ENCARGOS	TOTAL
2009	14.170.400	-	146.664	146.664
2010	28.340.800	-	733.318	733.318
2011	28.340.800	-	1.319.973	1.319.973
2012	17.713.000	2.012.841	1.833.296	3.846.136
2013	-	4.025.682	1.770.797	5.796.479
2014	-	4.025.682	1.687.465	5.713.147
2015	-	4.025.682	1.604.134	5.629.815
2016	-	4.025.682	1.520.802	5.546.484
2017	-	4.025.682	1.437.470	5.463.152
2018	-	4.025.682	1.354.139	5.379.821
2019	-	4.025.682	1.270.807	5.296.489
2020	-	4.025.682	1.187.475	5.213.157
2021	-	4.025.682	1.104.144	5.129.826
2022	-	4.025.682	1.020.812	5.046.494
2023	-	4.025.682	937.481	4.963.162
2024	-	4.025.682	854.149	4.879.831
2025	-	4.025.682	770.817	4.796.499
2026	-	4.025.682	687.486	4.713.168
2027	-	4.025.682	604.154	4.629.836
2028	-	4.025.682	520.823	4.546.504
2029	-	4.025.682	437.491	4.463.173
2030	-	4.025.682	354.159	4.379.841
2031	-	4.025.682	270.828	4.296.510
2032	-	4.025.682	187.496	4.213.178
2033	-	4.025.682	104.165	4.129.846
2034	-	2.012.841	20.833	2.033.674
TOTAL	88.565.000	88.565.000	23.741.177	112.306.177

FINALIDADE: Programa Rodoviário de Santa Catarina - Etapa VI

R\$ 1,00

ANO	LIBERAÇÕES	AMORTIZAÇÕES	ENCARGOS	TOTAL
2011	116.850.000,00	-	2.531.750,01	2.531.750,01
2012	116.850.000,00	-	7.205.750,01	7.205.750,01

2013	116.850.000,00	-	11.879.750,01	11.879.750,01
2014	116.850.000,00	-	16.553.750,01	16.553.750,01
2015	116.850.000,00	-	21.227.750,01	21.227.750,01
2016	-	29.212.500,00	22.834.437,51	52.046.937,51
2017	-	29.212.500,00	21.665.937,51	50.878.437,51
2018	-	29.212.500,00	20.497.437,51	49.709.937,51
2019	-	29.212.500,00	19.328.937,51	48.541.437,51
2020	-	29.212.500,00	18.160.437,51	47.372.937,51
2021	-	29.212.500,00	16.991.937,51	46.204.437,51
2022	-	29.212.500,00	15.823.437,51	45.035.937,51
2023	-	29.212.500,00	14.654.937,51	43.867.437,51
2024	-	29.212.500,00	13.486.437,51	42.698.937,51
2025	-	29.212.500,00	12.317.937,51	41.530.437,51
2026	-	29.212.500,00	11.149.437,51	40.361.937,51
2027	-	29.212.500,00	9.980.937,51	39.193.437,51
2028	-	29.212.500,00	8.812.437,51	38.024.937,51
2029	-	29.212.500,00	7.643.937,51	36.856.437,51
2030	-	29.212.500,00	6.475.437,51	35.687.937,51
2031	-	29.212.500,00	5.306.937,51	34.519.437,51
2032	-	29.212.500,00	4.138.437,51	33.350.937,51
2033	-	29.212.500,00	2.969.937,51	32.182.437,51
2034	-	29.212.500,00	1.801.437,51	31.013.937,51
2035	-	29.212.500,00	632.937,51	29.845.437,51
TOTAL	584.250.000,00	584.250.000,00	294.072.500,22	878.322.500,22

Art. 4º Esta Medida Provisória entra em vigor na data de sua publicação.

Florianópolis, 21 de maio de 2009

LUIZ HENRIQUE DA SILVEIRA

Governador do Estado

*** X X X ***

MENSAGEM GOVERNAMENTAL

MENSAGEM Nº 961

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE, SENHORAS E SENHORES DEPUTADOS DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO

No uso da competência privativa que me é outorgada pelo § 1º do art. 54 da Constituição Estadual, comunico a esse colendo Poder Legislativo que decidi vetar totalmente o autógrafo do projeto de lei que "Inclui na merenda escolar dos alunos da rede estadual de ensino, suco de uva produzido em Santa Catarina", por ser inconstitucional.

O parecer da Procuradoria Geral do Estado, o qual acato e permito-me incluir como parte integrante desta Mensagem, fornece os elementos justificadores do veto.

Florianópolis, 21 de maio de 2009

LUIZ HENRIQUE DA SILVEIRA

Governador do Estado

Lido no Expediente

Sessão de 26/05/09

PAR 0184/09

PARECER:

PROCESSO: PPGE 4197/09-7

ORIGEM: SECRETARIA DE ESTADO DE COORDENAÇÃO ARTICULAÇÃO

ASSUNTO: ANÁLISE DO AUTÓGRAFO APROVADO PELA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, DE ORIGEM PARLAMENTAR, QUE "INCLUI NA MERENDA ESCOLAR DOS ALUNOS DA REDE ESTADUAL DE ENSINO, SUCO DE UVA PRODUZIDO EM SANTA CATARINA". INGERÊNCIA DO PODER LEGISLATIVO EM ATRIBUIÇÕES TÍPICAS DO PODER EXECUTIVO. LEGISLAÇÃO CONCORRENTE. INCONSTITUCIONALIDADE.

Senhor Procurador-Chefe da Consultoria Jurídica,

O Senhor Diretor de Assuntos Legislativos, da Secretaria de Estado de Coordenação e Articulação, solicitou à Procuradoria Geral do Estado o exame e a manifestação a respeito da matéria tratada no autógrafo aprovado pela Assembléia Legislativa, de origem parlamentar, que "Inclui na merenda escolar dos alunos da rede estadual de ensino, suco de uva produzido em Santa Catarina."

A Procuradoria Geral do Estado já concluiu pela inconstitucionalidade de projetos de lei que almejam a inclusão de alimentos na merenda escolar, servida aos alunos da rede estadual de ensino.

O Parecer nº 28/07, emitido pelo Procurador do Estado, Dr. Éderson Pires, deve ser adotado na íntegra, porquanto apresenta os fundamentos jurídicos para sugerir o **veto integral** do projeto de lei, ora analisado.

PARECER 028/07

Processo PPGE nº 259/071

Origem: Secretaria de Estado da Coordenação e Articulação

Interessado: Estado de Santa Catarina

Análise de autógrafo. Origem Parlamentar. Dispõe sobre a inclusão da banana natural e industrializada na merenda escolar das unidades educacionais do Estado de Santa Catarina. Afronta à autonomia do Conselho Estadual de Alimentação. Ausência de critérios científicos para a providência reclamada. Ingerência do, Poder Legislativo em atribuições típicas do Poder Executivo. Legislação Concorrente. Inconstitucionalidade.

Senhor Procurador-Geral:

Cuida-se de solicitação formulada pelo Secretário de Estado da Coordenação e Articulação no sentido de que seja analisado autógrafo submetido à apreciação do Sr. Governador pela Assembléia Legislativa, em projeto de lei de origem parlamentar que dispõe sobre a inclusão da banana natural e industrializada na merenda escolar das unidades educacionais do Estado de Santa Catarina.

O texto aprovado estabelece que o Conselho Estadual de Alimentação adotará as medidas necessárias para o atendimento ao disposto nesta Lei, impondo a inclusão da banana natural ou industrializada no programa de merenda escolar.

Referido projeto legislativo veio a este órgão central de consultoria jurídica para análise quanto a sua constitucionalidade, razão pela qual não seni apreciado o mérito, até porque indisputável a relevância do tema.

O referido projeto de lei foi objeto de exaustiva discussão no âmbito parlamentar, tendo em vista as disposições contidas na Lei Estadual 11.522, de 12 de setembro de 2000, que cria o Conselho Estadual de Alimentação Escolar, com competência administrativa relacionada à gestão do programa de merenda escolar, inclusive com o indispensável acompanhamento nutricional.

A relevância da discussão é incontestável e o fato de haver outros projetos de igual natureza, anteriormente aprovados e sancionados, não lhes retira o vício de inconstitucionalidade relacionado à autonomia do Poder Executivo na gestão do ensino em sua plenitude, consoante disposições contidas nos artigos 208 e ss. da Constituição Federal.

É que a competência estabelecida pela Lei 11.522/2000 ao Conselho Estadual de Alimentação Escolar no desempenho de atividade tipicamente executiva, com autonomia relacionada ao programa de alimentação nas escolas, é flagrantemente afrontada pela norma aprovada e objeto de análise.

Se há um conselho executivo com atribuição e competência específica para gerenciar o programa de alimentação escolar não se pode admitir imposições através de proposições legislativas que tangenciem os critérios técnicos e nutricionais norteadores de um programa oficial.

A conclusão no sentido de que a proposição normativa não adequada é ainda reforçada pelo fato de os documentos que instruem o processo legislativo em nenhum momento indicam que o Conselho Estadual de Alimentação Escolar não tenha a banana como um ingrediente costumeiramente utilizado, fator que talvez legitimasse uma revisão de critérios ou uma recomendação legislativa neste sentido, mas jamais uma norma impositiva, ou seja, de conteúdo obrigatório.

Ora, tanto a Constituição Federal quanto a Constituição

Estadual estabelecem que compete ao Poder Público a oferta ele ensino, mediante a adoção de programas de suplementação alimentar. Nada mais.

Não é crível que se admita, a partir dessa orientação constitucional, que ao Legislativo foi atribuída competência ou até mesmo legitimidade para dizer quais itens deverão compor o cardápio da merenda escolar, com uma providência legislativa específica para cada pretensão de inclusão.

No plano federal a Lei 8.913, de 12 de julho de 1994 já determinava que o cardápio da alimentação escolar seria composto por um corpo técnico de nutricionistas, com a aprovação do Conselho de Alimentação Escolar.

A medida provisória 2.178/36, ainda em vigor por ser anterior à EC 32, por sua vez dispõe em seu artigo 6º:

Art. 6º Os cardápios do programa de alimentação escolar, sob responsabilidade dos Estados, do Distrito Federal e do Municípios, serão elaborados por nutricionistas capacitados, com a participação do CAE e respeitando os hábitos alimentares de cada localidade, sua vocação agrícola e preferência por produtos básicos, dando prioridade, dentre esses, aos semi-elaborados e aos in natura.

Parágrafo único. Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios utilizarão, no mínimo, setenta por cento dos recursos do PNAE na aquisição dos produtos básicos.

A Lei Estadual nº 11.522/2000, anteriormente citada, segue a orientação federal e não pode ser desconsiderada por normas específicas que lhe afetem o conteúdo ou que determinem interpretações equivocadas, especialmente indicativas da obrigatoriedade da inclusão de determinado produto no cardápio da alimentação escolar sem que critérios técnicos nutricionais sejam observados.

A competência do Estado Membro para legislar concorrentemente sobre educação, a teor do que dispõe o artigo 24, IX da Constituição Federal, não admite a possibilidade de afronta às normas gerais editadas pela União.

No que tange à iniciativa legislativa, por outro lado, não está a matéria arrolada dentre as privativas do Chefe do Poder Executivo (Constituição Federal, art. 61, § 1º, I e II e Constituição Estadual, art. 50, § 2º) e sob este aspecto não há restrição a ser apontada.

Sob o aspecto orçamentário, por outro lado, não se verificariam óbices, dada a referência contida no Artigo 2º, conclusiva no sentido de cabe ao Conselho Estadual de Alimentação a avaliação da forma como será incluída a banana natural e industrializada no referido programa.

De se observar, por oportuno, que não há nestes autos qualquer informação relacionada à utilização da banana nos programas já existentes, o que poderia atestar inclusive a total desnecessidade deste tipo de proposição legislativa.

Em face do exposto, considerando-se que no âmbito da competência concorrente não pode o Estado Membro se afastar da respectiva orientação normativa federal e que a atividade de gerenciamento do programa de alimentação escolar caracteriza-se como atividade tipicamente executiva, já disciplinada por leis Federais e Estaduais, opino pelo veto integral ao presente autógrafo(...)"

Estas as considerações de ordem jurídica que submeto à consideração de Vossa Excelência.

Florianópolis, 13 de maio de 2009.

Ana Cláudia Allet Aguiar

Procuradora do Estado

PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

PPGE nº 4197/097

INTERESSADO: Secretaria de Coordenação e Articulação

Senhor Procurador-Geral do Estado.

De acordo com a manifestação da Procuradora do Estado Ana Cláudia Allet Aguiar às fls. 21 a 25

A vossa consideração.

Florianópolis, 13 maio de 2009.

Ivan S. Thiago de Carvalho

Procurador-Chefe da Consultoria Jurídica

GABINETE DO PROCURADOR GERAL DO ESTADO

PPGE nº 4197/097

Assunto: Análise do Autógrafo aprovado pela Assembléia Legislativa, de origem paramentalar, que inclui na merenda escolar dos alunos da rede estadual de ensino, suco de uva produzido em Santa Catarina. Ingerência do Poder legislativo em atribuições típicas do Poder Executivo. Legislação concorrente. Inconstitucionalidade.

Interessado: Secretaria de Estado da Coordenação e Articulação.

DESPACHO

Acolho o Parecer nº 0184/09, de fls. 21/25, da lavra da Procuradora de Estado, Ana Cláudia Allet Aguiar, referendado pelo Procurador - Chefe da Consultoria Jurídica, Ivan S. Thiago de Carvalho.

Encaminha-se à Secretaria de Estado da Coordenação e Articulação. Florianópolis, 14 de maio de 2009.

Sadi Lima

Procurador - Geral do Estado

AUTÓGRAFO DO PROJETO DE LEI N. 324/08

Inclui na merenda escolar dos alunos da rede estadual de ensino, suco de uva produzido Santa Catarina.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica incluído na merenda escolar, servida aos alunos da rede esta de ensino, suco de uva produzido em Santa Catarina.

Art. 2º O Conselho Estadual de Alimentação Escolar adotará as medi necessárias para o atendimento ao disposto nesta Lei.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO BARRIGA-VERDE, em Florianópolis, 05 de maio de 2009.

Deputado JORGINHO MELLO - Presidente

Deputado Moacir Sopesla - 1º Secretário

Deputado Valmir Comin - 3º Secretário

*** X X X ***

OFÍCIOS

OFÍCIO Nº 130/09

ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE CRICIÚMA - APAE MANTENEDORA DA ESCOLA CAMINHO DA LUZ

RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2008

CRICIÚMA - SC

CARACTERIZAÇÃO

ESCOLA CAMINHO DA LUZ - MANTIDA PELA ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS EXCEPCIONAIS DE CRICIÚMA - APE

Código:42119707

Endereço: Rua: Imigrante de Luca - 600

Bairro Pinheirinho - Criciúma SC CX Postal 323

CEP: 88.804-600

Fone: (048) 3438 - 7062

(048) 3438 - 3198

(048) 3438 - 0593

Fax - (048) 3348-2543

email-apaeri@matrix.com.br, apreци@yahoo.com.br

CNPJ - 80.165.871/0001-02

Lei Municipal Nº 723 de 27/03/69

Lei Estadual Nº 4331 de 05/07/69

Lei Federal Nº 95.244 de 16/11/87

Maria Angelita R. Oliveira Boeira

Matrícula nº 228220 -8-02

Diretora

Escola Caminho da Luz

JORGE BERTAN

PRESIDENTE -APAE - Criciúma -SC

Lido no Expediente

Sessão de 26/05/09

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 131/2009

APAE - ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS

ESCOLA PEQUENO GUNTHER

CNPJ: 01.124.111/0001-72

Rua: João Pauletti, 978 - CEP89985-000 - Palma Sola - SC

Senhor Presidente

Jorginho dos Santos Mello

Presidente da Assembléia Legislativa

A Associação de Pais e amigos dos Excepcionais de palma Sola, vem por meio deste que está encaminhando em anexo o relatório de atividades do ano de 2008 e também o balanço patrimonial, para a manutenção do título de Utilidade Pública Estadual.

Atenciosamente,

Nair Libera Javornik

Presidente da APAE

Lido no Expediente

Sessão de 26/05/09

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 132/09

INSTITUTO CIDADE DA ESPERANÇA

Rancho Queimado, 25 de maio de 2009.

Exmo. Deputado

Rogério Mendonça

Primeiro Secretário

Gabinete da Primeira Secretária

Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina

Assunto: Prestação de contas ano base 2008.

Com os nossos cordiais cumprimentos, estamos encaminhando a documentação da prestação de contas, ano base 2008, conforme exigência da Lei nº 14.182 de 01 novembro de 2007.

Gratos por sua atenção, agradecemos.
Atenciosamente.

Luciano Pereira Paiva
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 26/05/09

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 133/09
BANCO DE OLHOS DE JOINVILLE

Joinville, 14 de maio de 2009.

Ao Sr. Vinícius Hamaguschi

Banco de olhos de Joinville, CNPJ83791848/0001-03, sito a Av. Getulio Vargas, 238, Cep: 89201-000 - Bairro Anita Garibaldi - Joinville - SC, objetivando Manutenção do título de Utilidade Pública Estadual, envia os seguintes documentos referente ao ano 2008:

- Ata
- Balancete
- Estatuto
- Relatório das Atividades do Banco de Olhos de Joinville (BOJ) ano 2008.

Contamos com sua inestimável atenção.

Nosso agradecimento antecipado.

Atenciosamente.

Banco dos Olhos de Ille

Galdino Randig

Presidente

Lido no Expediente

Sessão de 26/05/09

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 134/09
Instituto Amar

Centro Municipal Joinvilense do Ser Voluntário
MENSAGEM DO PRESIDENTE

Ser voluntário é uma voz suave no meio da noite, um toque curador de fé, um amigo que estimula e conforta em todas as circunstâncias e muitas vezes você se assemelha às estrelas que do céu indicam o rumo aos caminhantes.

Ser doador de cuidados é algo muito especial, pois o Amor de Deus fica evidente e, tudo o que fazemos. O seu toque de amar em seus semelhantes, igualmente filhos de Deus realiza o que eles por enquanto não tem condições de desenvolver.

Você faz brilhar a luz da verdade que dissipa o medo da noite, você é o amor que conforta e ampara os que dele necessitam. Deus o abençoa cada vez que você num gesto elevado de solidariedade, irradia o amor aos seus semelhantes.

Que o Anjo Mensageiro de Deus com o seu coração possa nos encher da Luz Divina, inspirando nossa ações em prol dos que necessitam de Solidariedade e Amor.

Dilamar Teresinha Gallina Tebaldi

Presidente Fundadora do Instituto Amar

Lido no Expediente

Sessão de 26/05/09

*** X X X ***

PROJETOS DE LEI

PROJETO DE LEI Nº 170/09

Autoriza a remissão da dívida decorrente do Contrato nº 001, de 5 de outubro de 1995, firmado entre a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Rural e Agricultura e a Federação dos Pescadores do Estado de Santa Catarina.

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a fazer a remissão da dívida da Federação dos Pescadores do Estado de Santa Catarina, decorrente do Contrato de Abertura de Crédito nº 001, de 5 de outubro, firmado com a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Rural e da Agricultura.

Art. 2º Efetivada a remissão, cumpre à Procuradoria Geral do Estado requerer a extinção dos processos de execução em tramitação, comunicando ao juízo a remissão da dívida.

Art. 3º O Chefe do Poder Executivo expedirá os atos administrativos necessários à implementação da remissão autorizada nesta Lei, no prazo de sessenta dias.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões em
Deputado Darci de Matos

Lido no Expediente

Sessão de 26/05/09

JUSTIFICATIVA

A presente proposição visa autorizar o Poder Executivo a fazer a remissão da dívida da Federação dos Pescadores do Estado de Santa

Catarina, decorrente do Contrato de Abertura de Crédito nº 001, de 5 de outubro de 1995, firmado entre aquela entidade e o Governo do Estado, por meio da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Rural e da Agricultura.

A medida se faz necessária tendo em vista que os pescadores catarinenses estão passando por sérias dificuldades econômicas.

O projeto de lei estabelece que o Governador do Estado expedirá os atos administrativos necessários à implementação da proposta.

Assim, por entender que a proposição solucionará uma situação vivenciada pelos nossos pescadores, solicito aos nobres Pares o acolhimento da presente proposta.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 171/09

GABINETE DO GOVERNADOR
MENSAGEM Nº 972

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE, SENHORAS E SENHORES DEPUTADOS DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO

Nos termos do artigo 50 da Constituição Estadual, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências, acompanhado de exposição de motivos da Secretaria de Estado da Administração, o projeto de lei que "Autoriza a aquisição de imóveis no Município de Rio do Sul".

Florianópolis, 21 de maio de 2009

LUIZ HENRIQUE DA SILVEIRA
Governador do Estado

Lido no Expediente

Sessão de 26/05/09

SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO
GABINETE DO SECRETÁRIO

EM Nº 70/09 Florianópolis, 02 de março de 2009.

Senhor Governador,

Submeto à apreciação de Vossa Excelência o Projeto de Lei que a autoriza a adquirir, por doação do Município de Rio do Sul, os seguintes imóveis:

I - uma área de terras contendo duzentos e dezanove mil, setecentos e vinte e um metros e vinte decímetros quadrados, a ser desmembrada de uma área maior, matriculada sob o nº 19.476 no Ofício de Registro de Imóveis e Hipotecas da Comarca de Rio do Sul.

II - uma área de terras contendo trinta e dois mil e quinhentos e setenta e quatro metros quadrados, matriculada sob o nº 24.016 no Ofício de Registro de Imóveis e Hipotecas da Comarca de Rio do Sul.

III - uma área de terras contendo sete mil e setecentos e nove metros quadrados, matriculada sob o nº 24.008 no Ofício de Registro de Imóveis e Hipotecas de Rio do Sul.

A aquisição do imóvel de que trata esta Lei destina-se a viabilizar a construção do novo prédio e de um centro de internação provisória da Comarca de Rio do Sul, tendo sido sua doação autorizada pela Lei municipal nº 4774, de 20 de agosto de 2008.

Contudo, à consideração de Vossa Excelência.

Respeitosamente,

José Nei Alberton Ascari

Secretário de Estado da Administração

PROJETO DE LEI Nº 171/09

Autoriza a aquisição de imóveis no Município de Rio do Sul.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SANTA CATARINA,

Faço saber a todos os habitantes deste Estado que a Assembléia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a adquirir, por doação do Município de Rio do Sul, os seguintes imóveis:

I - uma área de terra contendo duzentos e dezanove mil, setecentos e vinte e um metros e vinte decímetros quadrados, a ser desmembrada de uma área maior, matriculada sob o nº 19.476 no Cartório de Registro de Imóveis e Hipotecas da Comarca de Rio do Sul;

II - uma área de terra contendo trinta e dois mil e quinhentos e setenta e quatro metros quadrados, matriculada sob o nº 24.016 no Cartório de Registro de Imóveis e Hipotecas da Comarca de Rio do Sul; e

III - uma área de terra contendo sete mil e setecentos e nove metros quadrados, matriculada sob o nº 24.008 no Cartório de Registro de Imóveis e Hipotecas da Comarca de Rio do Sul.

Art. 2º A aquisição dos imóveis de que trata esta Lei destina-se, exclusivamente, à viabilização da construção do novo prédio e do centro de internação provisória da Comarca de Rio do Sul, tendo sido sua doação autorizada pela Lei municipal nº 4774, de 20 de agosto de 2008.

Art. 3º As despesas com a execução desta Lei correrão por conta do Orçamento Geral do Estado - Secretaria de Estado da Segurança Pública e Defesa do Cidadão.

Art. 4º O Estado será representado no ato de transmissão da propriedade pelo titular da Secretaria de Estado da Administração ou por quem for legalmente constituído.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Florianópolis,

LUIZ HENRIQUE DA SILVEIRA

Governador do Estado

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 172/09

GABINETE DO GOVERNADOR

MENSAGEM Nº 973

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE, SENHORAS E SENHORES DEPUTADOS DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO

Nos termos do artigo 50 da Constituição Estadual, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências, acompanhado de exposição de motivos da Secretaria de Estado da Administração, o projeto de lei que "Autoriza o Poder Executivo a receber imóvel em regime de comodato, no Município de Maravilha".

Florianópolis, 21 de maio de 2009

LUIZ HENRIQUE DA SILVEIRA

Governador do Estado

Lido no Expediente

Sessão de 26/05/09

SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO

GABINETE DO SECRETÁRIO

EM Nº 109/09

Florianópolis, 17 de abril de 2009.

Senhor Governador,

Submeto à apreciação de Vossa Excelência, o Projeto de Lei que autoriza o Poder Executivo a receber, em regime de Comodato pelo prazo de vinte anos, a contar da assinatura do contrato do comodato, da Mitra Diocesana de Chapecó, o imóvel objeto da matrícula nº 16.288, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Maravilha, com área total de um mil e quinhentos metros quadrados, contendo uma edificação denominada Salão Paroquial, localizado na Linha Consoladora, no Município de Maravilha.

A finalidade do presente comodato consiste na utilização do imóvel, pelos alunos da Escola Básica estadual Celso Ramos, para desenvolver as atividades curriculares.

Contudo, à consideração de Vossa Excelência.

Respeitosamente,

José Nei Alberton Ascari

Secretário de Estado da Administração

PROJETO DE LEI Nº 172/09

Autoriza o Poder Executivo a receber imóvel em regime de comodato, no Município de Maravilha.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SANTA CATARINA,

Faço saber a todos os habitantes deste Estado que a Assembléia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a receber, em regime de comodato pelo prazo de vinte anos, a contar da assinatura do contrato do comodato, da Mitra Diocesana de Chapecó, o imóvel objeto da matrícula nº 16.288, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Maravilha, com área total de um mil e quinhentos metros quadrados, contendo uma edificação denominada Salão Paroquial, localizado na Linha Consoladora, no Município de Maravilha.

Art. 2º A finalidade do presente comodato, consiste na utilização do imóvel para desenvolver as atividades curriculares da Escola Básica Estadual Celso Ramos.

Art. 3º As despesas referentes à reforma e manutenção do imóvel correrão às expensas da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Regional - SDR, Maravilha.

Parágrafo único. As despesas decorrentes de tributos incidentes sobre o imóvel correrão por conta da Mitra Diocesana de Chapecó.

Art. 4º A edificação de benfeitorias outorga ao comodatário o direito de indenização no caso de reversão do imóvel antes do término do contrato.

Art. 5º Será firmado contrato subsidiário a esta Lei disciplinado e detalhando os direitos e obrigações do comodante e do comodatário.

Art. 6º O Estado será representado na formalização deste comodato pelo titular da Secretaria de Estado da Administração ou por quem for legalmente constituído.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Florianópolis,

LUIZ HENRIQUE DA SILVEIRA

Governador do Estado

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 173/09

GABINETE DO GOVERNADOR

MENSAGEM Nº 974

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE, SENHORAS E SENHORES DEPUTADOS DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO

Nos termos do artigo 50 da Constituição Estadual, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências, acompanhado de exposição de

motivos da Secretaria de Estado da Administração, o projeto de lei que "Autoriza a cessão de uso de imóvel no Município de Chapecó".

Florianópolis, 21 de maio de 2009

LUIZ HENRIQUE DA SILVEIRA

Governador do Estado

Lido no Expediente

Sessão de 26/05/09

SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO

GABINETE DO SECRETÁRIO

EM Nº 59/09

Florianópolis, 16 de abril de 2009.

Senhor Governador,

Submeto à apreciação de Vossa Excelência, o Projeto de Lei que autoriza o Poder Executivo a ceder, pelo prazo de quatro anos, o uso gratuito do imóvel com área de mil metros quadrados, contendo benfeitorias, localizado na rua General Osório esquina com Marechal Floriano Peixoto, registrado sob o nº 63.755 no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Chapecó e cadastrado na Secretaria de Estado da Administração sob o nº 00635.

A presente cessão de uso tem por objetivo viabilizar a instalação de serviços públicos municipais, visando um melhor atendimento à comunidade.

Contudo, à consideração de Vossa Excelência.

Respeitosamente,

José Nei Alberton Ascari

Secretário de Estado da Administração

PROJETO DE LEI Nº 173/09

Autoriza a cessão de uso de imóvel no Município de Chapecó.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SANTA CATARINA,

Faço saber a todos os habitantes deste Estado que a Assembléia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a ceder ao Município de Chapecó, pelo prazo de quatro anos, o uso gratuito do imóvel com área de mil metros quadrados, contendo benfeitorias, localizado na rua General Osório esquina com Marechal Floriano Peixoto, registrado sob o nº 63.755 no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Chapecó e cadastrado na Secretaria de Estado da Administração sob o nº 00635.

Parágrafo único. A autorização prevista nesta Lei não afasta a obrigatoriedade dos procedimentos exigidos pela Lei federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e suas alterações posteriores.

Art. 2º A presente cessão de uso tem por objetivo viabilizar a instalação de serviços públicos municipais, visando um melhor atendimento à comunidade.

Art. 3º Findas as razões que justificam a presente cessão de uso, bem como vindo o Estado a necessitar do imóvel para uso próprio, o mesmo reverterá ao seu domínio.

Art. 4º Ocorrendo a reversão antecipada ou ao término do prazo da cessão de uso, o imóvel e suas benfeitorias passam ao domínio do Estado, sem direito de indenização à cessionária, face à gratuidade da cessão.

Art. 5º Serão de responsabilidade do cessionário os custos, obras e riscos inerentes aos investimentos necessários à execução dos objetivos desta Lei, inclusive os de conservação, segurança, impostos e taxas incidentes, bem como quaisquer outras despesas decorrentes da cessão de uso.

Art. 6º O cessionário, sob pena de imediata reversão e independentemente notificação judicial ou extrajudicial, não poderá:

I - transferir, parcial ou totalmente, direitos adquiridos com esta cessão de uso;

II - oferecer o imóvel como garantia de obrigação; e

III - desviar a finalidade ou executar atividades contrárias ao interesse público.

Art. 7º Enquanto durar a cessão, o cessionário defenderá o imóvel contra esbulhos, invasões e outros usos desautorizados pelo cedente, sob pena de indenização dos danos, sem prejuízo do estabelecido no art. 103 da Constituição do Estado.

Art. 8º Será firmado contrato subsidiário a esta Lei disciplinado e detalhando os direitos e obrigações do cedente e do cessionário.

Art. 9º O Estado será representado no ato da cessão de uso pelo titular da Secretaria de Estado da Administração ou por quem for legalmente constituído.

Art. 10. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Florianópolis,

LUIZ HENRIQUE DA SILVEIRA

Governador do Estado

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 174/09

GABINETE DO GOVERNADOR

MENSAGEM Nº 975

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE, SENHORAS E SENHORES DEPUTADOS DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO

Nos termos do artigo 50 da Constituição Estadual, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências, acompanhado de exposição de motivos da Secretaria de Estado da Administração, o projeto de lei que "Autoriza a doação de imóvel no Município de Fraiburgo".

Florianópolis, 21 de maio de 2009

LUIZ HENRIQUE DA SILVEIRA
Governador do Estado

Lido no Expediente
Sessão de 26/05/09

SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO

GABINETE DO SECRETÁRIO

EM Nº 108/09

Florianópolis, 17 de abril de 2009.

Senhor Governador,

Submeto à apreciação de Vossa Excelência, o Projeto de Lei que autoriza o Poder Executivo a desafetar e doar, ao Município de Fraiburgo, o imóvel com área de mil e quinhentos metros quadrados, com benfeitorias, matriculado sob o nº 16.851 no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Videira e cadastrado sob o nº 03515 na Secretaria de Estado da Administração.

A presente doação tem por finalidade viabilizar a reforma da atual Unidade Sanitária, por parte do Município, já que os Fundos Estaduais e Federais de Saúde exigem que o município seja proprietário do imóvel no qual serão aplicados os recursos provenientes destes.

Contudo, à consideração de Vossa Excelência.

Respeitosamente,

José Nei Alberton Ascari

Secretário de Estado da Administração

PROJETO DE LEI Nº 174/09

Autoriza a doação de imóvel no Município de Fraiburgo.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SANTA CATARINA,

Faço saber a todos os habitantes deste Estado que a Assembléia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a desafetar e doar, ao Município de Fraiburgo, o imóvel com área de mil e quinhentos metros quadrados, com benfeitorias, matriculado sob o nº 16.851 no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Videira e cadastrado sob o nº 03515 na Secretaria de Estado da Administração.

Art. 2º A presente doação tem por finalidade viabilizar a reforma da atual Unidade Sanitária, por parte do Município.

Art. 3º O donatário não poderá, sob pena de reversão:

I - desviar a finalidade ou deixar de utilizar o imóvel, salvo por interesse público devidamente justificado e com a anuência escrita do doador;

II - deixar de cumprir os encargos da doação no prazo de dois anos; e

III - hipotecar, alienar, alugar, total ou parcialmente, o imóvel.

Art. 4º A reversão de que trata o art. 3º desta Lei será realizada independentemente de notificação judicial ou extrajudicial, sem indenização por benfeitorias construídas.

Parágrafo único. As disposições previstas no art. 3º desta Lei deverão constar da escritura pública de doação do imóvel, sob pena de nulidade do ato.

Art. 5º A edificação de benfeitorias não outorga ao donatário o direito de retenção no caso de reversão do imóvel.

Art. 6º As despesas com a execução desta Lei correrão por conta do Município, vedado ao Estado arcar com quaisquer ônus a elas relacionados.

Art. 7º O Estado será representado no ato de doação pelo titular da Secretaria de Estado da Administração ou por quem for legalmente constituído.

Art. 8º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Florianópolis,

LUIZ HENRIQUE DA SILVEIRA

Governador do Estado

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 175/09

Declara de utilidade pública a Associação de Amigos e Moradores do Parque Joinville, com sede no município de Joinville.

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação de Amigos e Moradores do Parque Joinville, com sede no município de Joinville.

Art. 2º À entidade de que trata o artigo anterior ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembleia Legislativa, até 30 de junho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades;

II - declaração de que permanece cumprindo os requisitos exigidos para a concessão da declaração de utilidade pública;

III - cópia autenticada das alterações ocorridas no estatuto, se houver; e

IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

Deputado Darci de Matos

Lido no Expediente

Sessão de 26/05/09

JUSTIFICATIVA

Levo ao conhecimento dos Senhores Deputados o projeto de lei em anexo que visa declarar de utilidade pública a Associação de Amigos e Moradores do Parque Joinville, com sede no município de Joinville.

Trata-se de entidade sem fins econômicos, de caráter cultural e social, tendo por finalidade promover, apoiar, e desenvolver ações que visem à educação, ao alcance social, esportivo, artístico-cultural e beneficente que sirvam ao interesse de toda a coletividade.

Assim, para dar continuidade às ações dispostas em seu Estatuto é necessário que a entidade usufrua das vantagens legais inerentes à titulação requerida, por isso, solicito aos nobres Pares o acolhimento da presente proposição.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 176/09

Declara de utilidade pública a Associação Casa de Reabilitação Nova Vida em Cristo, com sede no município de Caçador.

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública Associação Casa de Reabilitação Nova Vida em Cristo, com sede no município de Caçador.

Art. 2º À entidade de que trata o artigo anterior ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembléia Legislativa, até 30 de junho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades;

II - declaração de que permanece cumprindo os requisitos exigidos para a concessão da declaração de utilidade pública;

III - cópia autenticada das alterações ocorridas no estatuto se houver; e

IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

Deputado Reno Caramori

Lido no Expediente

Sessão de 26/05/09

JUSTIFICATIVA

Submeto à elevada consideração de Vossas Excelências o projeto de lei com o objetivo de declarar de utilidade pública a Associação Casa de Reabilitação Nova Vida em Cristo, com sede no município de Caçador

Trata-se de uma associação sem fins lucrativos, de caráter cívico-religioso, filantrópico e beneficente, constituída juridicamente e que visa entre seus relevantes objetivos, recuperar pessoas dependentes de álcool e drogas, sempre com aconselhamentos e espiritualidade, proporcionando aos toxicômanos e alcoólatras a assistência social e espiritual por pessoas especializadas, reintegrando-os a sociedade e ao seu bom e íntimo relacionamento familiar.

Assim, para dar continuidade a essas dignas ações de interesse público, faz-se necessário que a Associação Casa de Reabilitação Nova Vida em Cristo seja beneficiada com a declaração de utilidade pública estadual.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 177/09

Declara de utilidade pública a Associação Beneficente Nova Vida de Caçador - ABENOVI, com sede no município de Caçador.

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública Associação Beneficente Nova Vida de Caçador - ABENOVI, com sede no município de Caçador.

Art. 2º À entidade de que trata o artigo anterior ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembléia Legislativa, até 30 de junho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades;

II - declaração de que permanece cumprindo os requisitos exigidos para a concessão da declaração de utilidade pública;

III - cópia autenticada das alterações ocorridas no estatuto se houver; e

IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

Deputado Reno Caramori

Lido no Expediente

Sessão de 26/05/09

JUSTIFICATIVA

Submeto à elevada consideração de Vossas Excelências o projeto de lei com o objetivo de declarar de utilidade pública a Associação Beneficente Nova Vida de Caçador - ABENOVI, com sede no município de Caçador

Trata-se de uma associação civil, sem fins lucrativos, de caráter assistencial, educacional, cultural e filantrópico, constituída juridicamente em 27/06/1988 e que visa entre seus relevantes objetivos, proporcionar assistência e serviços sociais a todas as pessoas, sem distinção de raça, cor, condição social, credo político ou religioso.

Assim, para dar continuidade a essas dignas ações de interesse público, faz-se necessário que a Associação Beneficente Nova Vida de Caçador - ABENOVI seja beneficiada com a declaração de utilidade pública estadual.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 178/09

Declara de utilidade pública a Associação Beneficente Obreiros da Luz, com sede no município de Joaçaba.

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação Beneficente Obreiros da Luz, com sede no município de Joaçaba.

Art. 2º À entidade de que trata o artigo anterior ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembleia Legislativa, até 30 de junho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades;

II - declaração de que permanece cumprindo os requisitos exigidos para a concessão da declaração de utilidade pública;

III - cópia autenticada das alterações ocorridas no estatuto, se houver; e

IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data da publicação.

Sala das Sessões em

Deputado Jorginho Mello

Lido no Expediente

Sessão de 26/05/09

JUSTIFICATIVA

A Associação Beneficente Obreiros da Luz é uma entidade filantrópica, de natureza espírita em seu tridimensional aspecto: moral, filosófico e científico, sem finalidade lucrativa, sem distinção de raça, religião, credo político, de duração ilimitada, cuja finalidade precípua é desenvolver a divulgação dos postulados espíritas por meio de palestras e estudos de cunho científico, filosófico, moral e cultural, visando a abertura dos canais interiores da comunicação do ser com sua essência divina.

Para continuar implementando as ações dispostas em seu Estatuto, faz-se necessário que a entidade usufrua das vantagens legais inerentes à titulação requerida, por isso, submeto aos Senhores Deputados a proposta presente.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR**PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 021/09****GABINETE DO GOVERNADOR****MENSAGEM Nº 979**

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE, SENHORAS E SENHORES DEPUTADOS DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO

Nos termos do artigo 50 da Constituição Estadual, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências, acompanhado de exposição de motivos da Procuradoria Geral do Estado, o projeto de lei complementar que "Acrescenta o § 5º ao art. 4º da Lei Complementar nº 317, de 2005, que dispõe sobre a organização e o funcionamento da Procuradoria Geral do Estado, o regime jurídico dos Procuradores do Estado e estabelece outras providências".

Florianópolis, 21 de maio de 2009

LUIZ HENRIQUE DA SILVEIRA

Governador do Estado

Lido no Expediente

Sessão de 26/05/09

PROCURADORIA GERAL DO ESTADO**EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS Nº 006/2009**

Florianópolis, 14 de maio de 2009

Excelentíssimo Senhor Governador do Estado:

Tenho a honra de submeter à elevada consideração de Vossa Excelência, o incluso anteprojeto de Lei Complementar, que "Altera a Lei Complementar nº 317, de 30 de dezembro de 2005, e adota outras providências".

A medida objetiva estender a autorização para que esta Procuradoria Geral do Estado possa representar judicialmente, durante

o exercício do respectivo cargo, o Governador do Estado, o Presidente do Tribunal de Justiça e os titulares das Secretarias de Estado, além das situações já previstas no § 4º, do art. 4º, da Lei Complementar nº 317, de 30 de dezembro de 2005, também nas hipóteses em que referidas autoridades figurem como vítimas nos crimes contra a honra.

Na oportunidade reitero a Vossa Excelência, votos de distinto apreço.

Respeitosamente,

Sadi Lima

Procurador-Geral do Estado

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 0021/09

Acrescenta o § 5º ao art. 4º da Lei Complementar nº 317, de 2005, que dispõe sobre a organização e o funcionamento da Procuradoria Geral do Estado, o regime jurídico dos Procuradores do Estado e estabelece outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SANTA CATARINA,

Faço saber a todos os habitantes deste Estado que a Assembleia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º O art. 4º, da Lei Complementar nº 317, de 30 de dezembro de 2005, passa a vigorar acrescido do § 5º, com a seguinte redação:

"Art. 4º

§ 5º As disposições do parágrafo anterior aplicam-se nas hipóteses de crimes contra a honra que tenham como ofendidas as referidas autoridades públicas em decorrência de fatos relacionados com o exercício de suas funções".

Art. 2º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Florianópolis,

LUIZ HENRIQUE DA SILVEIRA

Governador do Estado

*** X X X ***

PROJETO DE RESOLUÇÃO**PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 007/09**

Redefine o valor referencial de vencimento dos servidores do Poder legislativo, fixado no art. 1º, *caput*, da Lei nº 13.669, de 28 de dezembro de 2005.

Art. 1º O valor referencial de vencimento dos servidores do Poder Legislativo, fixado no art. 1º, *caput*, da Lei nº 13.669, de 2005, fica redefinido para R\$ 296,55 (duzentos e noventa e seis reais e cinquenta e cinco centavos).

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação desta Resolução correrão à conta das dotações orçamentárias da Assembleia Legislativa.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 1º de maio de 2009.

Sala da Comissão,

Deputado Jorginho Mello - Presidente

Deputado Moacir Sopelsa - Secretário

Deputado Valmir Comin - Secretário

Lido no Expediente

Sessão de 26/05/09

JUSTIFICATIVA

A proposição trata da redefinição do valor referencial de vencimento dos servidores do Poder legislativo, fixado no art. 1º, *caput*, da Lei nº 13.669, de 2005.

A iniciativa processual legislativa está fundamentada no princípio constitucional da simetria entre os entes federados, especificamente no que diz respeito à expressa exceção, contida no art. 48, *caput*, da Constituição Federal, que autoriza as casas legislativas do Congresso Nacional a disporem sobre a matéria por atos legislativos próprios não sujeitos à sanção governamental. Esse entendimento, inclusive, já foi objeto de manifestação formal por parte do Supremo Tribunal Federal - STF, quando do julgamento da ADI nº 1782/DF.

Instruem o presente projeto de resolução as ora anexadas: (1) estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subsequentes, e (2) declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias - exigidas pela Lei Complementar n. 101, de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

*** X X X ***